

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Leni Rodrigues Coelho

**EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: AS AÇÕES DO MOBREAL NO MUNICÍPIO
DE PATOS DE MINAS/MG (1970-1980)**

Uberlândia-MG

2007

Leni Rodrigues Coelho

**EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: AS AÇÕES DO MOBRAL NO MUNICÍPIO
DE PATOS DE MINAS/MG (1970-1980)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. José Carlos Souza Araujo.

Uberlândia-MG

2007

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

- C672e Coelho, Leni Rodrigues, 1976-
Educação de Jovens e Adultos: as ações do MOBRAL no Município de Patos de Minas/MG (1970-1980) / Leni Rodrigues Coelho. - 2007.
146 f. : il.
- Orientador: José Carlos Souza Araujo.
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Educação.
- Inclui bibliografia.
1. Alfabetização de Adultos - Patos de Minas - Teses. 2. MOBRAL - Teses. I. Araujo, José Carlos Souza. II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em Educação. III. Título.

CDU: 374.7 (815.1)

Leni Rodrigues Coelho

**EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: AS AÇÕES DO MOBRAL NO MUNICÍPIO
DE PATOS DE MINAS/MG (1970-1980).**

**Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação
Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia.**

Orientador – Prof. Dr. José Carlos Souza Araujo (UFU).

Examinadora 1 – Prof^ª. Dr^ª. Maria Irene Miranda (UFU).

Examinador 2 – Prof. Dr. Leôncio José Gomes Soares (UFMG)

Uberlândia – MG

2007

Dedico este trabalho ao meu grande amigo Manoel Cipriano, pelo apoio, carinho, atenção e amizade. Jamais esquecerei de suas palavras de conforto nos momentos difíceis em que passei. Sua amizade é muito importante para mim. Obrigada por tudo!

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é fruto de um esforço contínuo, que foi possível graças à minha determinação, bem como o apoio de algumas pessoas muito especiais que estiveram sempre ao meu lado, apoiando-me e dando-me a certeza de que iria alcançar a vitória.

Agradeço primeiramente a Deus, por dar-me sabedoria, força e determinação nos momentos difíceis.

Ao Prof. Dr. José Carlos Souza Araujo, pela orientação, contribuição e compreensão diante de minhas limitações. O meu muito obrigada pelo auxílio nesta caminhada.

Ao Prof. Dr. Carlos Henrique Carvalho, pelo incentivo desde a graduação e pelas contribuições valiosas no exame de qualificação.

À Prof^a. Dr^a. Sônia Maria dos Santos, pelas sugestões no exame de qualificação, bem como pela oportunidade de fazer estágio de docência na disciplina “Didática e Metodologia de Alfabetização de Jovens e Adultos,” no curso de pedagogia, o que contribuiu para a minha formação pessoal e profissional. Gostaria de agradecer também o seu apoio e amizade.

Ao Prof. Leôncio Soares, pelas reflexões e contribuições na banca de defesa.

À Luciana Beatriz Carvalho, pelo apoio e contribuições na realização do projeto desta pesquisa, como também por fazer-me acreditar na capacidade humana em romper limites.

Aos professores e funcionários do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia, pelo carinho e atenção.

Aos sujeitos entrevistados, pela contribuição e possibilidade de realizar este estudo.

Aos colegas de classe do mestrado 2006, pela amizade e companheirismo.

Aos meus amigos Ana Emília, Andréia Demétrio, Handel Carrera, José Santos, Julio César, Manoel Cipriano, Osmar Ribeiro, Renata Fernandes, Vanessa Kern, Willian Douglas e Tânia Cristina, pelo apoio e amizade nos momentos angustiantes.

À Junia Magalhães, pela paciência e compreensão nos momentos de aflição. Segue meu pedido de perdão pelas vezes em que fui intolerante e o meu agradecimento por ter sempre atendido aos meus pedidos de socorro. A você querida, o meu muito obrigada!

Aos meus pais Raimundo e Maria (*in memoriam*), pelos ensinamentos que contribuíram significativamente na minha formação como pessoa.

Aos meus irmãos que, mesmo distantes, se preocuparam comigo e torceram pelo meu sucesso.

À CAPES, pela ajuda financeira.

Enfim, Agradeço a todos que contribuíram direto ou indiretamente na realização deste estudo.

“[...] a alfabetização não pode se fazer de cima para baixo, nem de fora para dentro, como uma doação ou uma exposição, mas de dentro para fora, pelo próprio analfabeto, somente ajustado pelo educador.”

Paulo Freire (1987).

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo analisar as idéias, a implantação e as práticas pedagógicas do Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), em Patos de Minas/MG, entre 1970 e 1980. Essa temática é relevante para o meio acadêmico em razão de se discutir uma problemática relegada a um plano secundário pelos governantes, uma vez que as ações desenvolvidas nesta área não conseguiram superar os problemas referentes ao analfabetismo. O MOBRAL, expressão da Educação de Jovens e Adultos, foi criado em 15 de dezembro de 1967, pela lei nº. 5.379. No entanto, sua implantação em Patos de Minas/ MG ocorreu quase três anos depois, em 17 de setembro de 1970. Dentre as fontes deste estudo, são privilegiados os documentos oficiais, a história oral (entrevistas com ex-supervisora de área, ex-professoras e ex-alunos), os anuários do IBGE de 1970 e 1980, os manuais pedagógicos e a imprensa local. Tal Movimento foi uma das expressões político-educacionais do período da ditadura militar, e a concepção, que o informava, compreendia a educação como qualificação de mão de obra, e visava integrar a massa de analfabetos ao processo capitalista. De outra forma, os princípios como conscientização e participação não prevaleciam, posto que poderiam levar a uma transformação social e, no momento, o que importava era represar os interesses democráticos. Em síntese, o MOBRAL foi um projeto de caráter centralmente ideológico-político, embora pretendesse ser alfabetizador. Nesse sentido, pouco privilegiou os interesses democráticos em favor de uma parcela significativa, a dos analfabetos.

Palavras-chave: MOBRAL, Educação de Jovens e Adultos.

ABSTRACT

This search aims to analyse the ideas, the implantation process and the Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) – Literacy State Program –and its pedagogical practices in Patos de Minas, MG between 1970-1980. This subject is relevant to the academic area because it discusses a problem left in secondary plans by governments, once the developed actions in this area had not overcome the illiteracy problems. MOBRAL, a program reserved for youth and adults education was founded in december 15th/1967 by the law n. 5,379, however, it has been established in Patos de Minas city almost three years later, in september 17th/1970. Among the sources of this study, officials documents, oral history (former-supervisor, former-teachers and alumni interviews), the 1970 and 1980 statistics tables from IBGE, the pedagogical manuals and also the local press will all be emphasized. This program was one of the most important politic educacional faces of the military dictation period, and its conception comprehend the education as labor force qualification. It also aimed to integrate the illiteracy mass to the capitalist system. Otherwise, principles such as mass participation would not prevail, since it could lead to social changes when the government mattered was to moderate the democratics interest. MOBRAL was a project with a main ideological and politcal stamp, although the government planned it to be simply a literacy tool. In this sense, the democratics interest had not been privileged in favour those illiterats.

Key words: MOBRAL, Youth and adults Education

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS UTILIZADAS

ASSOM - Assessoria de Organização e Métodos

CEAA - Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos

CEB - Comunidades Eclesiais de Base

CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

CNEA - Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo

COEST - Coordenação Estadual

COMUM - Coordenação Municipal

CPC - Centro Popular de Cultura

CPI - Comissão Parlamentar de Inquérito

CRUZADA ABC - Cruzada de Ação Básica Cristã

DNE - Departamento Nacional de Educação

EDUCAR - Fundação Nacional para Educação de Jovens e Adultos

EJA - Educação de Jovens e Adultos

FEPAM - Fundação Educacional de Patos de Minas

FNEP - Fundo Nacional de Ensino Primário

GT - Grupo de Trabalho

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INEP - Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos

LDB - Leis de Diretrizes e Bases da Educação

MEB - Movimento de Educação de Base

MEC - Ministério da Educação

MCP - Movimento de Cultura Popular

MOBRAL - Movimento Brasileiro de Alfabetização

PAF - Programa de Alfabetização funcional

PEB - Programa de Educação de Base

PEI - Programa de Educação Integrada

PNE - Plano Nacional de Educação

SEA - Serviço de Educação de Adultos

SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

UNE - União Nacional dos Estudantes

UNESCO - Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e Cultura

LISTAS DE GRÁFICOS, FIGURAS E ORGANOGRAMAS

Figura I - Organograma do MOBRAL.....	49
Figura II - Palavra geradora e decomposição silábica.....	70
Figura III - Palavra geradora e decomposição silábica com maior grau de dificuldade	71
Figura IV - Lição do Livro de Leitura do Aluno.....	72
Figura V - Anos de Estudo das Pessoas por Sexo no Município de Patos de Minas/MG.....	92
Figura VI - Setor de Atividades no Município de Patos de Minas/MG	93
Figura VII - Curso Completo das Pessoas por Sexo no Município de Patos de Minas	94
Figura VIII - Encontro Nacional de supervisores de Área	97
Figura IX - Presidente do MOBRAL Central Arlindo Lopes Corrêa	98
Figura X - Encontro de Supervisores de Área em Patos de Minas.....	99
Figura XI - Prospecto: Você pode. Basta querer.....	101
Figura XII - Prospecto: O MOBRAL faz mais do que ensinar a ler e escrever	102
Figura XIII - Festa Junina em Patos de Minas em 1978 promovida pelo MOBRAL	107
Figura XIV - Comemoração do Dia do Índio em Patos de Minas	107
Figura XV - Torneio de pelada em Patos de Minas organizado pelo MOBRAL em 1979....	108
Figura XVI - Convite: Solenidades comemorativas.....	109
Figura XVII - Coroação da Rainha Mirim do MOBRAL Patense em 1979.....	115
Figura XVIII - Coroação da Rainha Mirim do MOBRAL Patense em 1980.....	115
Figura XIX - Diploma do MOBRAL	116
Figura XX - População Residente por Sexo e Grupo de Idade em Patos de Minas.....	120
Figura XXI - Anos de Estudos das Pessoas por Sexo no Município de Patos de Minas/MG	121
Figura XXII - Grau do Curso Completo e Sexo no Município de Patos de Minas	122
Figura XXIII - Anos de Estudo e Sexo da População no Município de Patos de Minas/MG	123

LISTA DE QUADROS

Quadro I - Indicadores Demográficos e Econômicos e Taxa de Alfabetização entre 1900 e 1970	35
Quadro II - Evolução da Matrícula no Ensino Supletivo para a População Não-Alfabetizada de mais de 14 anos.....	37
Quadro III - Crescimento do Analfabetismo no Brasil	53
Quadro IV - Quadro de Descobertas	72
Quadro V - Estudo da Palavra Geradora	81
Quadro VI - Comissão Municipal de Patos de Minas/ 1970	90

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	25
CAPÍTULO I	31
BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA) NO BRASIL.....	31
1.1 A EJA NA PRIMEIRA REPUBLICA E NO ESTADO NOVO.....	32
1.2 A EJA NO PERÍODO PÓS 64	43
1.3 A EJA NO CONTEXTO ESTADUAL MINEIRO	56
CAPÍTULO II.....	63
AS BALIZAS CURRICULARES, PEDAGÓGICAS, TÉCNICAS E METODOLÓGICAS DO MOBRAL.	63
2.1 TECNICISMO EDUCACIONAL E PEDAGÓGICO.....	63
2.2 TECNOLOGIA EDUCACIONAL	65
2.3 CONCEPÇÃO DOS SUJEITOS	65
2.4 O ENSINO.....	66
2.5 MÉTODOS	67
2.5.1 <i>Métodos Sintéticos /Tradicionalis</i>	68
2.5.2 <i>Métodos Analíticos/Global</i>	73
2.6 TÉCNICA DE ENSINO	73
2.7 TECNOLOGIAS EDUCATIVAS	74
2.8 MATERIAL DIDÁTICO.....	75
CAPÍTULO III	85
O CONTEXTO EDUCACIONAL DE PATOS DE MINAS/MG: DO SÉCULO XIX AOS ANOS DE 1970	85
3.1 AS AÇÕES DO MOBRAL NO MUNICÍPIO DE PATOS DE MINAS/MG (1970 -1980)	89
3.2 OS PROGRAMAS DO MOBRAL.....	105
3.2.1 <i>Programa de Alfabetização Funcional (PAF)</i>	105
3.2.2 <i>Programa de Educação Integrada (PEI)</i>	105
3.2.3 <i>Programa de Desenvolvimento Comunitário (PDC)</i>	106
3.2.4 <i>Programa Cultural</i>	106
3.2.5 <i>Programa de profissionalização</i>	109
3.2.6 <i>Programa Diversificado de Ação Comunitária (PRODAC)</i>	110
3.2.7 <i>Programa de Autodidatismo</i>	111
3.2.8 <i>Programa de educação comunitária para a saúde (PES)</i>	111
3.2.9 <i>Programa de Educação Comunitária para o Trabalho (PETRA)</i>	112
3.2.10 <i>Programa Pré-Escolar</i>	112

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	125
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	131
ANEXOS	139
TERMO DE CONVÊNIO	141
CLÁUSULAS DO CONVÊNIO	142
FICHA DE IDENTIFICAÇÃO	143
ROTEIRO DE ENTREVISTA – PROFESSORES.....	144
ROTEIRO DE ENTREVISTA – SUPERVISORA.....	145
ROTEIRO DE ENTREVISTA – ALUNOS	146

INTRODUÇÃO

A educação é considerada um dos setores mais importantes para o desenvolvimento de uma nação, uma vez que o conhecimento propicia o crescimento do país, contribuindo assim para o aumento da renda e da qualidade de vida dos indivíduos. No Brasil, embora tenham ocorrido avanços significativos nesse campo nas últimas décadas, ainda há muito a ser feito, já que os dados do IBGE¹ (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) mostram que o contingente de indivíduos sem escolaridade no país em 2005, acima de 15, anos é de aproximadamente 14 milhões de pessoas, cerca de 11,1%, o que coloca o Brasil no grupo das 11 nações com mais de 10 milhões de não alfabetizados localizadas nos países latino americano.

A Educação de jovens e Adultos (EJA) no Brasil se inicia apenas no final dos anos de 1940, o que não significa a inexistência de preocupação acerca desse assunto. Para Beisiegel (1974), as alusões no que tange às necessidades de se oferecer instrução aos adultos sem escolaridade, assim como as disposições legais e as primeiras classes noturnas referentes à questão, são percebidas já no período imperial, porém, tais referências são consideradas esparsas na legislação escolar desse período.

No decorrer dos anos de 1930, a sociedade brasileira passou por transformações no âmbito social, econômico e político as quais estão associadas ao processo de industrialização e urbanização, o que se fazia necessário buscar soluções para erradicar o analfabetismo de adultos que não tiveram a oportunidade de concluir seus estudos na idade própria. O Brasil, no final dos anos de 1940, vivia um período de redemocratização política e, com o fim do pós-guerra, a Organização das Nações Unidas² (ONU) alertava para a urgência de integrar os povos, visando à paz e à democracia. Tais fatos contribuíram para que a educação de adultos se destacasse e fosse motivo de preocupação na educação elementar comum. O surgimento desses fatos definiu a identidade da educação de adultos, tornando-a, desse modo, uma campanha de massa em nível nacional em 1947. Segundo Beisiegel (1974) os programas desenvolvidos pelo Estado na educação elementar de adultos se dirigem a:

¹ Foi criado em 1938 e tem como função a produção de um conjunto básico de estatísticas e informações sociais, demográficas, econômicas e geográficas primárias e a coordenação do sistema estatístico e cartográfico nacional.

² É uma instituição internacional, fundada oficialmente em 24 de outubro de 1945, com o objetivo de manter a paz, o progresso social, melhores padrões de vida e direitos humanos.

[...] totalidade da população do país e propõem medidas especiais com vistas ao recrutamento da clientela rural. É preciso assinalar, pois, que nos setores da educação comum – e notadamente no que diz respeito à educação de adolescentes e adultos – os empreendimentos da União, pelo menos ao nível das formulações oficiais, viriam a transcender os limites definidos pelas situações problemáticas que se encontram por trás de sua expansão. Com efeito, os projetos referidos à extensão da educação comum, neste período, adquiriram impulso no âmbito de uma política de extensão de direitos, dirigida para a incorporação das populações urbanas às bases de sustentação de um esquema nacional de poder, e com funções de acomodação de tensões de que avolumam nos meios urbanos (p. 77).

Dessa forma, tornava-se urgente a criação de campanhas que se comprometessem com projetos ligados a EJA, como também buscassem fontes de recursos para sua viabilização. Diante de tantas campanhas acerca da educação de jovens e adultos, criadas e extintas no Brasil, é que no governo Costa e Silva criou-se o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) em 15 de dezembro de 1967, pela Lei nº 5.379, o qual foi fruto do trabalho de um grupo interministerial. O MOBRAL estava ligado diretamente ao Ministério do Planejamento e sua presidência entregue ao economista Mário Henrique Simonsen.

O projeto MOBRAL tinha o intuito de financiar e orientar tecnicamente programa de alfabetização funcional e de educação continuada para jovens e adultos na faixa etária de 15 a 35 anos; no entanto, foi a partir de 1970 mediante sua desvinculação do Ministério da Educação para o Ministério do Planejamento que este se tornou o maior movimento de educação de massa. Diante disso, ocorreram mudanças na estrutura interna do projeto, inclusive no setor administrativo e pedagógico, já que sua proposta de educação estava condicionada aos interesses vigentes da época. Assim, suas atividades passaram a ter um planejamento racional, no qual levou-se em conta os propósitos do governo militar que disseminava a idéia de que o país precisava se desenvolver economicamente e por isso, o MOBRAL deveria reproduzir uma política educacional de cunho econômico.

O MOBRAL tinha como meta prioritária erradicar o analfabetismo no país em dez anos de atuação, já que o índice de analfabetismo da população brasileira em 1970 se encontrava elevado, cerca de 33,6%, o que gerava uma relação desconfortável entre o governo brasileiro e a UNESCO³ (Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura), uma vez que esta defendia a idéia de que a educação é de suma importância no que concerne ao desenvolvimento do país. A influência desse órgão se apresentava como um movimento favorável à educação fundamental das massas populares, uma vez que as regiões menos

³ Foi criada em 16 de novembro de 1945. Seu objetivo é de criar condições para o diálogo fundamentado no respeito pelos valores compartilhados entre as civilizações, culturas e pessoas. Este órgão funciona como um laboratório de idéias e como uma agência de padronização para formar acordos universais nos assuntos éticos emergentes.

desenvolvidas apresentavam índices elevados acerca do analfabetismo, o que gerava preocupação no que se refere à falta de escolarização, pois esta era vista como uma deficiência a ser eliminada. De acordo com Beisiegel (1974), a UNESCO se propunha a:

[...] atuar com vistas ao desenvolvimento de uma consciência internacional atenta às dimensões do fenômeno da “ignorância” e aos significados de sua eliminação por intermédio da “educação fundamental”. [...] É sensível, com efeito, a evolução da temática central da UNESCO, em poucos anos. Da insistência inicial em torno da necessidade de implantação da “educação fundamental” para todos, crianças adolescentes e adultos de ambos os sexos, os interesses da organização se deslocam, rapidamente, para a educação de adultos analfabetos – aliás, a temática que mais sensibilizava os governos dos países-membros com elevadas taxas de analfabetismo. O analfabetismo entre as populações adultas, um fenômeno que inicialmente se entendia como expressão de uma situação de atraso educacional, passa cada vez mais, a apresentar-se como uma deficiência a ser eliminada (p. 82).

Para efetivar tal projeto foi necessário instalar Comissões Municipais (COMUN) para desenvolver suas atividades. No entanto, o convênio com entidades não governamentais e o apoio de voluntários foram indispensáveis para a implantação de seus programas.

O MOBREAL procurava disseminar a idéia de que a educação é o instrumento essencial para o crescimento do país, por oferecer mão de obra qualificada ao mercado de trabalho. É nessa perspectiva que Corrêa (1979), compara o MOBREAL “à própria espécie humana, uma vez que este se desenvolve e cresce continuamente.” Além disso, o autor defende ainda a idéia de que o projeto tinha a finalidade de propor uma metodologia inovadora no que tange à alfabetização de adultos, já que esta seria condizente com a realidade de sua clientela, ou seja, o projeto levava em conta as diversidades regionais. Contudo, esse projeto demonstrou que teoria e prática divergiam uma vez que, em 1980, ainda havia um percentual significativo de analfabetos no país, ou seja, 25,5% aproximadamente.

O projeto MOBREAL foi objeto de estudo de algumas pesquisas em âmbito nacional, cujos resultados apresentaram críticas em relação ao seu papel político e ideológico, já que este estava a serviço de um governo autoritário. Dentre os estudos acerca da educação de adultos considerados de maior relevância são: Beisiegel (1974), Jannuzzi (1979), Paiva (1987), Haddad (1991) e Soares (1995).

Ao fazer um balanço do conhecimento produzido no campo da EJA, percebe-se que ainda são poucos os trabalhos científicos produzidos nesta área se comparados aos de outras áreas. Diante disso, a temática apresenta-se como sendo de grande relevância para o meio acadêmico, em razão de se discutir uma problemática relegada a um plano secundário pelos governantes. No levantamento bibliográfico realizado com o propósito de traçar o perfil

das produções acadêmicas com o tema educação de jovens e adultos, disponibilizadas pela CAPES⁴ (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) em seu portal no link *banco de teses*, no período entre 1987 e 2006, verifica-se que, do total de 22.579 dissertações produzidas sobre os mais variados temas educacionais, somente 639 tratavam sobre a educação de adultos, ou seja, em termos percentuais apenas 2,8% são acerca da EJA. Em relação às teses, o número foi ainda menor: dentre as 4.705 teses, somente 98 são sobre EJA, o que equivale aproximadamente a 2% do total.

No que tange à EJA no âmbito local, acredita-se que é importante, uma vez que preenche lacunas no vazio historiográfico, pois não se tem conhecimento de pesquisas científicas referente às ações do MOBREAL em Patos de Minas⁵ nesse período. Portanto, é através da história local que se pode compreender as relações entre o particular e o geral.

Nesse sentido, percebe-se que os estudos realizados em âmbito local propiciam a compreensão histórica do fenômeno educativo, já que se tem a oportunidade de fazer leituras mais aprofundadas acerca de suas singularidades. Diante disso, surgiu a necessidade de compreender e analisar as especificidades do projeto, como também suas influências no município de Patos de Minas entre 1970 e 1980, período esse em que o MOBREAL se estruturou com propósitos políticos, pedagógicos e ideológicos os quais objetivavam erradicar o analfabetismo no país.

O presente trabalho tem como objetivo realizar um estudo em que se focalize a criação, a implantação e o desenvolvimento do MOBREAL em Patos de Minas, como também a análise do material didático, do qual se pretende compreender suas balizas curriculares, pedagógicas, técnicas e metodológicas. Para tanto, foram consultadas as seguintes tecnologias educativas: o livro de leitura do aluno, o manual de orientação do professor e os livros de módulo complementar.

Dessa forma, busca-se responder os questionamentos: Como o MOBREAL se estruturou? A partir de quais pressupostos político, pedagógico e ideológico o MOBREAL se

⁴ Foi criada em 11 de julho de 1951, pelo Decreto nº 29.741, com o objetivo de “assegurar a existência de pessoal especializado em quantidade e qualidade suficientes para atender às necessidades dos empreendimentos públicos e privados que visam ao desenvolvimento do país”.

⁵ O município de Patos de Minas está situado no Alto Paranaíba e ocupa uma área de 3.189.006 km², com uma população de 133.054 habitantes, com clima tropical úmido. É considerado pólo econômico regional e lidera a microrregião do Alto Paranaíba que é composta por dez municípios. Patos de Minas ganhou projeção nacional através da festa nacional do milho realizada no mês de maio que movimentava vários setores da economia. As atividades que se destacam são a agropecuária e a agricultura. É o mais importante entroncamento rodoviário e o centro comercial, religioso e educacional da região.

desenvolveu? Como ou de que forma os professores receberam as propostas didático-pedagógicas desse projeto? Qual era a metodologia de ensino? Havia algum tipo de orientação pedagógica? Qual o impacto que o MOBRAL propiciou na vida dos alunos em Patos de Minas? O MOBRAL conseguiu resolver o problema do analfabetismo em Patos de Minas?

Na busca de respostas para tais questionamentos, a presente pesquisa procurou traçar o percurso histórico da atuação do MOBRAL em Patos de Minas. Para tanto, foi feito um levantamento bibliográfico, por meio do qual se estabeleceu um diálogo com o conhecimento já sistematizado no que tange à temática produzida em livros, dissertações, artigos e teses, o que contribuiu para a sistematização do primeiro, segundo e terceiro capítulos. Este trabalho foi estruturado a partir da revisão bibliográfica acerca do tema, como também dos dados coletados através de entrevistas com ex-professoras, ex-alunos e ex-supervisora de área do MOBRAL, bem como da imprensa local e dos dados do IBGE de 1970 e 1980, que contribuíram na interpretação das ações do MOBRAL no município de Patos de Minas. Nesse sentido, a dissertação foi dividida em três capítulos.

O primeiro capítulo faz uma retrospectiva histórica acerca da educação de jovens e adultos em nível nacional e estadual, a partir do Brasil colônia até o período do regime militar.

O segundo capítulo aborda questões referentes ao material didático-pedagógico do MOBRAL, analisando suas balizas curriculares, pedagógicas, metodológicas, técnicas e didáticas. Tem-se como objeto de análise os seguintes livros didáticos: A palavra geradora e o aprendizado da leitura e da escrita; Leitura continuada e as habilidades da leitura; objetivos terminais: programa de educação integrada (Livros do Professor) e conjunto de alfabetização: leitura (Livro do Aluno).

O terceiro capítulo apresenta o contexto educacional do município de Patos de Minas/MG, desde o século XIX até os anos de 1970. Analisa ainda as ações do MOBRAL em Patos de Minas no período compreendido entre 1970 e 1980, o que foi fundamentado em pesquisa bibliográfica e entrevistas. Nesse capítulo, estão referidas as consultas aos anuários do IBGE, à imprensa local, os documentos do MOBRAL (Termo de Convênio e Certificado), fotografias e entrevistas orais⁶, com dez sujeitos envolvidos no projeto. Dessas pessoas entrevistadas, cinco trabalharam como professoras, uma atuou no cargo de supervisora de área e quatro são ex-alunos.

⁶As entrevistas concedidas pelas ex-professoras, ex-alunos e ex-supervisora não serão reveladas suas verdadeiras identidades, uma vez que os entrevistados não aceitaram, por guardarem o “ranço” da ditadura até o momento atual. Por isso, tais sujeitos receberão nomes fictícios.

Acredita-se que as entrevistas se fazem necessárias por se aproximarem, concretamente, dos sujeitos que não tiveram suas experiências impressas; por isso, a história oral é de suma importância para compreender as ações do MOBRAL em Patos de Minas no período do regime militar, já que essa fonte irá registrar suas ações no período em apreço. Sobre a importância da história oral, Meihy (1996) afirma que

A história oral implica uma percepção do passado como algo que tem continuidade hoje e cujo processo histórico não está acabado. A presença do passado no presente imediato das pessoas é a razão de ser da história oral. Nessa medida, a história oral não só oferece uma mudança para o conceito de história, mas, mais do que isso, garante sentido social a vida de depoentes e leitores que passam a entender a seqüência histórica e sentir-se parte do contexto em que vivem (p. 18).

Com relação à imprensa local, percebe-se que esta registrou as principais ações do MOBRAL, o que contribuiu para subsidiar este trabalho. Nos jornais, *Folha Diocesana*⁷ e *Correio de Patos*⁸, percebe-se a existência de vários artigos proclamando apoio às diversas entidades locais, no intuito de erradicar o analfabetismo presente no município. Por conseguinte, acredita-se que as fontes citadas anteriormente foram de grande relevância para desvelar as verdadeiras ações do MOBRAL no município de Patos de Minas. Dessa forma, procurou-se utilizar tais fontes de forma cuidadosa, objetiva e crítica. A respeito da importância das fontes, Lopes (2002), afirma que

[...]as fontes são parte do documento que o historiador deve usar, além de questões teóricas e materiais históricos disponíveis. Elas são elementos essenciais e devem ser utilizados de forma crítica e cautelosa, limitada no entanto diante das práticas discursivas e institucionais adotadas por arquivos (p. 103).

No que tange à sistematização das fontes, foram encontrados muitos obstáculos, apesar do período estar vinculado à história recente. Tais dificuldades foram decorrentes da falta de consciência no que concerne à preservação dos documentos, que são de suma importância para manter viva a história educacional do nosso país.

⁷Nasce dos pendores jornalísticos do Bispo D. José André Coimbra. Seu primeiro número aparece pequeno e tímido, por ocasião do primeiro aniversário da instalação da Diocese de Patos de Minas em 1956. É o órgão de maior penetração regional, abrangendo todo o Alto Paranaíba e a zona do Paracatu. Jornal de caráter religioso-doutrinário, e que participa de todas as atividades do Município, e muito trabalha em favor do progresso de Patos de Minas.

⁸Foi criado em 01 de janeiro de 1955, sob a direção de Dr. Mário da Fonseca Filho e Oswaldo Guimarães Amorim, que realizaram um jornalismo moderno e vibrante na terra do milho.

CAPÍTULO I

BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA) NO BRASIL

Este capítulo foi elaborado por meio da revisão bibliográfica sobre a educação de jovens e adultos no Brasil, e tem como objetivo central compreender e analisar os diversos projetos de educação de jovens e adultos que se desenvolveram no país desde suas primeiras iniciativas até o período do regime militar. Diante de tal objetivo, procura-se discutir a temática a partir de uma bibliografia concernente ao tema, uma vez que se faz necessário um breve histórico desde o período colonial até a ditadura, levando em conta os aspectos históricos das iniciativas em torno da EJA, criadas e extintas no Brasil.

A história da educação de adultos no Brasil nasceu a partir da chegada dos jesuítas que, encarregados pela Coroa Portuguesa, em 1549, pretendiam não apenas cristianizar as crianças indígenas, como também estender e difundir seus padrões de civilização européia a todos os aborígines. Sendo assim, a alfabetização tornava-se um instrumento importante no que se refere aos objetivos da Companhia de Jesus. A respeito desse assunto Soares (1995), ressalta:

Liderados por Manoel da Nóbrega, os jesuítas logo fundaram classes de “ler e escrever”, valendo-se da alfabetização para introduzir a língua portuguesa e desenvolver a catequese [...]. Além de indicadores dos índios nas técnicas elementares da instrução e na educação religiosa, os jesuítas foram os primeiros a exercer o ensino profissional no Brasil, ensinando nas aldeias a jovens e adultos, os ofícios de tecelão, ferreiro, pedreiro e sapateiro. Com o tempo passaram a manter, também, escolas, onde se aprendia português e latim. Mais tarde com o intuito de dar prosseguimento aos estudos eclesiásticos, foram fundados seminários (p. 13).

De acordo com Soares (1995), ao passar a fase inicial de organização dos jesuítas, a alfabetização do aborígine perde sua relevância. Já no que se refere às escolas propriamente ditas, o autor salienta que é somente no Império que elas começaram a se multiplicar, uma vez que nesse período ocorrem mudanças significativas no âmbito econômico, provocando assim transformações em nossa sociedade.

1.1 A EJA desde a Primeira República até o Estado Novo

No período republicano, nota-se que, a princípio, não ocorreram mudanças significativas em relação às últimas décadas do Império; contudo, percebe-se que surgiu demanda por educação em locais com índice populacional maior, embora o atendimento oferecido fosse precário. Os índices de analfabetismo, nesse período, ainda se mantinham elevados, demonstrando assim que não havia uma preocupação mais sistemática com a educação de adultos até 1920.

De acordo com Paiva (1987), a educação de adultos só passou a ser vista de forma significativa a partir da revolução de 1930. Portanto, os programas mais concretos de educação de adultos só surgiram quando a radicalização política já havia obrigado muitos educadores a abandonarem seu *neutralismo* e reconhecerem o papel da educação como veículo de difusão de idéias e sua importância para assegurar e consolidar o poder hegemônico. Uma iniciativa significativa ocorrida no país foi o surgimento, em 1933, da experiência do Distrito Federal que teve nesse sentido uma importância especial, já que colocou de forma clara o papel político e ideológico dos programas de educação de adultos. Ainda segundo Paiva, (1987), a educação de adultos passou a ser vista com mais importância a partir do posicionamento desses educadores:

[...] enquanto a situação política o permitiu, os educadores que abandonaram o “tecnicismo neutralista” dos anos 20 lançaram-se, em nome de ideais liberais ou socialistas, a primeira experiência educativa que no Brasil foi impedida de prosseguir e não é casual que tal experiência se referisse à educação dos adultos. Percebia-se claramente o poder da educação enquanto veículo de difusão de idéias tanto quanto o caráter ideológico da organização do ensino (166).

Do ponto de vista legal, as iniciativas da educação de adultos adquiriram um suporte maior a partir de 1934, após a promulgação da Constituição Federal, que estabeleceu a necessidade de elaborar um Plano Nacional de Educação (PNE), com o intuito de coordenar e supervisionar as atividades educacionais nos vários níveis de ensino. O Governo Federal determinou um percentual mínimo de investimento no sistema educacional. Para a União e os municípios, nunca aplicarão menos de 10%, e os estados e o distrito federal, nunca menos de 20% da renda resultante dos impostos. A esse respeito Haddad (1991) ressalta que

No caso dos aspectos educacionais, a nova Constituição propôs um Plano Nacional de Educação, fixado, coordenado e fiscalizado pelo governo federal, determinando de maneira clara as esferas de competência da União, dos Estados e Municípios em matéria educacional: vinculou constitucionalmente uma receita para a manutenção e

desenvolvimento do ensino; reafirmou o direito de todos e o dever do Estado para com a educação; estabeleceu uma série de medidas que vieram confirmar este movimento de entregar e cobrar do setor público a responsabilidade pela manutenção e desenvolvimento da educação (p. 70).

Em meio à efervescência de 1930, que se revela pela Era Vargas até 1945, começa a haver uma preocupação maior com a educação de adultos, embora Beisiegel (1974) afirme que as características marcantes dessa educação apareceriam apenas nos anos 1940:

[...] em suas formas iniciais a educação de adultos ainda não apresenta, de modo algum, as características que viriam adquirir mais tarde, durante a década de 1940. Nesta fase anterior, no Império, na República e mesmo nos primeiros tempos do Estado Novo, o ensino de adulto ainda se aproxima mais daquele primeiro padrão já apontado de relacionamento entre a mudança educacional, aparecida basicamente como uma reação da oferta às características da procura. Há na verdade, nesta fase diversas situações que resistem a esta caracterização. É o caso, por exemplo, das disposições legais que obrigavam industriais e proprietários agrícolas a proporcionarem escolas a seus empregados analfabetos (p. 66).

A Constituição de 1934 determinava que o Plano Nacional de Educação deveria ser de responsabilidade da União, já que legalmente estava previsto em suas normas o ensino primário gratuito, de frequência obrigatória e extensivo aos adultos. Portanto, isso mostra que, a partir de então, a educação passa a ter um tratamento particular e, com isso, a educação de adultos também recebe atenção especial (HADDAD, 1991).

No ano de 1938 o governo criou o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), com o intuito de realizar estudos técnicos acerca da situação educacional do país. Diante dos resultados obtidos através das pesquisas, foi instituído, em 1942, o Fundo Nacional de Ensino Primário (FNEP), uma vez que esses resultados mostraram que a educação em nosso país se encontrava em situação caótica. Por isso, o FNEP tinha por objetivo destinar a arrecadação dos recursos para melhorar e expandir o ensino primário, como também as escolas supletivas para adultos. A esse respeito Haddad (1991), afirma que,

[...] com a criação do INEP – Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos e através de seus estudos e pesquisas, instituiu-se em 1942 o Fundo Nacional do Ensino Primário. Tal fundo através dos seus recursos deveria realizar um programa progressivo de ampliação da educação primária, que incluísse Ensino Supletivo para adolescentes e adultos (p. 71).

De acordo com Beisiegel (1974), a educação de adultos passa a ser vista como problema nacional a partir do final dos anos do Estado Novo, e isso ocorreu principalmente com a criação da UNESCO em 1945, que pretendia estimular e realizar programas direcionados a adultos analfabetos, dando ênfase especialmente às regiões menos

desenvolvidas. A UNESCO tinha como objetivo o desenvolvimento da Educação, Ciência e Cultura, uma vez que em sua concepção a educação deveria propiciar ao homem não apenas as habilidades de ler, escrever e contar, como também oferecer ao indivíduo conhecimentos mais amplos para que este conseguisse viver melhor no mundo moderno.

A educação de jovens e adultos no Brasil está relacionada a fatores econômicos, políticos e sociais, que vieram se delineando no decorrer do período republicano. Os altos índices de analfabetismo do país foram divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 1940, o que provocou uma tomada de decisão por parte do governo que criou a primeira Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA). A esse respeito Osmar Fávero (2004), afirma:

O analfabetismo no Brasil é tema de discussão desde a Colônia e o Império. Mas é no início do século XX, principalmente após 1940, que passa a ser visto como um problema nacional. Pelo censo de 1940, foram mostrados os altos índices de analfabetismo: cerca de 55% para todo país, considerando a população de 18 anos e mais (p. 14).

A CEAA nasceu da regulamentação do FNEP, e seu lançamento surgiu para atender aos apelos da UNESCO em favor da educação popular. A campanha tinha como objetivo preparar mão-de-obra qualificada, integrar os imigrantes do sul do país, além de mostrar um melhor resultado nas estatísticas mundiais de analfabetismo. Quanto ao objetivo político, este estava ligado à ampliação das bases eleitorais, tendo, assim, como justificativa a integração social, o que recuperaria a população analfabeta que estava à margem do processo de desenvolvimento do país. Segundo Paiva (1987):

Com o final da Guerra e a criação da UNESCO, no plano internacional, e a derrubada do Estado Novo, internamente, a alfabetização e educação da população adulta passaram a ser percebidas como um instrumento da redemocratização, como um problema que merecia tratamento especial e que polarizava as atenções pela possibilidade de utilização da educação em função de novos objetivos políticos (p. 141).

A CEAA tinha o intuito de combater o marginalismo, pois o indivíduo analfabeto era visto como um ser marginalizado e incapaz, sendo este responsável pelo atraso do país e, por isso, precisava ser ajustado à vida social para viver melhor em seu próprio lar e na sociedade em geral.

Diante das mudanças nos setores político, econômico e social decorrentes da Revolução de 1930, Romanelli (2001) afirma que houve uma transformação no sistema de

ensino no Brasil, uma vez que se inicia uma luta de classe, que influenciará nas diretrizes educacionais das quais eram até então elitizadas. Essas lutas ocorriam em prol da democratização do ensino, e foi a partir da Revolução de 1930 que ocorreu uma série de mudanças nas relações de produção, provocando, assim, o êxodo dos camponeses para os centros urbanos, o que causou aglomerados com uma população suburbana, analfabeta e carente de trabalho, isso fez com que ocorresse uma crescente procura pela escola. O quadro abaixo ilustra essa afirmativa.

Quadro I - Indicadores Demográficos e Econômicos e Taxa de Alfabetização entre 1900 e 1970

Especificação	1900	1920	1940	1950	1960	1970
População Total	17.438.434	30.635.605	41.236.315	51.944.397	70.119.071	94.501.554
Densidade Demográfica (hab/km ²)	2,06	3,62	4,88	6,14	8,39	11,18
Renda percapta em dólares	55	90	180	-	236	-
% de População Urbana	10	16	31	30	46	56
% de Analfabetos (Dez anos e mais)	65,3	69,9	56,2	50	39,5	33,1

Fonte: Lourenço Filho, Evolução da Taxa de Analfabetismo de 1900 a 1970. R.B.E.P, nº 100 – Fundação IBGE. Brasil – Séries Estatísticas. Retrospectiva, 1970 (In: ROMANELLI, 2001, p. 62).

Ao analisar o quadro acima, percebe-se que a população adulta procurava cada vez mais os centros urbanos em busca de serviços industriais, gerando assim a necessidade de escolarização diante das mudanças no sistema capitalista. Quanto à taxa de analfabetismo, nota-se que, de 1900 até 1920, foram poucas as alterações, porém, da década de 1940 a 1970 esses índices sofreram mudanças significativas. De acordo com Romanelli (2001):

Podemos ver que, se nos primeiros vinte anos deste século, a taxa de alfabetização não cresceu, nos últimos trinta anos (de 1940 a 1970) os progressos já foram notáveis: estavam alfabetizados 33.019.268 adolescentes e adultos de 15 anos e mais, a uma média de 850.000 por ano. Entre 1920 e 1940, a taxa de alfabetização cresceu de 0,4% ao ano. Entre 1940 e 1950, o crescimento foi de 0,5% ao ano. Entre 1950 e 1960 foi de 1,2% e entre 1960 e 1970, a taxa cresceu a 0,6% ao ano (p. 63).

Portanto, percebe-se, diante dos dados do quadro acima, que em termos percentuais a taxa de analfabetismo no Brasil no período compreendido entre 1900 e 1970 cai quase pela metade, no entanto, a questão do analfabetismo continua sendo preocupante, uma vez que esse índice ainda é considerado alto.

Em 1947, o Departamento Nacional de Educação (DNE) instalou o Serviço de Educação de Adultos (SEA), que tinha como finalidade reorientar e coordenar o Plano Anual de Ensino Supletivo para os adolescentes e adultos analfabetos, mediante a distribuição dos recursos destinados a este fim, uma vez que o SEA recebia um percentual de 25% do FNEP para ampliar a educação de adultos. Nesse período, foram desenvolvidas atividades no intuito de mobilizar a sociedade em prol da educação de adultos, objetivando atrair e envolver as autoridades governamentais em todas as esferas públicas. É o que afirma Haddad (1991):

Uma série de atividades desenvolveram-se a partir da criação deste órgão, integrando os serviços já existentes na área, produzindo e distribuindo material didático, mobilizando a opinião pública, bem como os governos estaduais e municipais e a iniciativa particular [...]. Sua influencia foi significativa, principalmente por criar uma infraestrutura nos Estados e Municípios, posteriormente absorvidas pelas administrações locais (p. 72).

Diante da mobilização em busca da erradicação do analfabetismo, realiza-se em fevereiro de 1947 o Iº Congresso Nacional de Educação de Adultos, sendo esse evento uma iniciativa do centro de professores noturnos e da prefeitura do Distrito Federal, com o apoio do Ministério da Educação e Saúde. Segundo Paiva (1987), o Congresso foi um marco no registro das idéias e práticas educativas desenvolvidas acerca da educação de adultos realizada no país, uma vez que seus debates demonstraram a necessidade de elaborar uma Lei Orgânica de educação de adultos, em que abrangesse não apenas o ensino supletivo primário, como também o ensino de aperfeiçoamento e criação de universidades populares.

De acordo com Paiva (1987), o lançamento do CEAA se realizou num clima de entusiasmo, o que resultou na convocação, pelo MEC, para uma reunião entre delegados dos estados e territórios, a fim de discutir a educação de adultos. Tal reunião se fez importante, uma vez que esta tinha a pretensão de discutir à democratização do ensino e à transformação do analfabeto em indivíduo cidadão, já que este era visto como um ser que estava à margem da sociedade. Diante disso, foi realizado no Brasil, em 1949, o Seminário Interamericano de Adultos com o patrocínio da Organização dos Estados Americanos (OEA) e da UNESCO, além da participação de vários países. Nesse Seminário, foram discutidas as possibilidades para que se encontrasse a solução do problema do analfabetismo, uma vez que era visto como a maior ameaça da América Latina. Nas palavras de Paiva (1987):

O Seminário englobava posições políticas bastante diversas. Entretanto, o “entusiasmo pela educação” aí aparece, especialmente representado através dos pronunciamentos do delegado da OEA. O analfabetismo aparece como um mal a ser

combatido por todos os meios e modos; a existência de 70 milhões de analfabetos no continente é apontada como a maior ameaça sobre o futuro da América: estas “zonas obscuras da América precisam da luz” (p. 195).

De acordo com Romanelli (2001), a redução da taxa de analfabetismo no Brasil se iniciou desde 1947, quando foi criada a CEAA, que atendia a uma faixa etária acima de 14 anos, que tinha na sua direção o professor Lourenço Filho⁹, o qual lutava pela melhoria do ensino no país. No início de sua prática, a campanha conseguiu atingir um número significativo de analfabetos com 14 anos ou mais, tendo assim uma inscrição durante o período de 1945 a 1959 de 5,2 milhões de alunos novos.

Pode-se observar no quadro II, a evolução da matrícula de alunos com 14 anos ou mais, nos anos de 1945 a 1959, devido à Campanha:

Quadro II - Evolução da Matrícula no Ensino Supletivo para a População Não-Alfabetizada de mais de 14 anos

Anos	Matrícula	Índice
1945	138.562	100
1950	707.934	510
1955	520.196	375
1959	484.498	349

Fonte: Lourenço Filho, op. cit., p. 262. (In: ROMANELLI, 2001, p. 63).

Fazendo uma análise do quadro acima, percebe-se que em termos numéricos a matrícula no ensino supletivo de 1945 a 1950 cresceu de forma significativa, porém, de 1955 até 1959 o percentual cai consideravelmente. Diante disso, verifica-se que a população brasileira, mesmo de forma precária, começava a buscar a escolarização.

No início dos anos 1950, a CEAA começa a apresentar dificuldades no que se refere ao êxito de seus programas; por isso, o MEC tenta dar respostas aos problemas enfrentados pela campanha. Para isso se fez necessário criar mais duas: a Campanha Nacional de Educação Rural (CNER), em 1952, e a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo (CNEA), em 1958, ambas com vidas curtas e pouca contribuição para a redução do analfabetismo.

⁹ Nascido em Porto Ferreira, interior Paulista, a 10 de março de 1897. Ingressou na Faculdade de Direito de São Paulo, vindo a bacharelar-se em 1929. Neste mesmo ano, aceitou o convite do governo cearense para assumir o cargo de Diretor da Instrução Pública, além de lecionar na Escola Normal de Fortaleza. Além de educador, exerceu cargos também na Administração Pública Federal; foi diretor do Departamento Nacional de Educação, do Instituto Nacional de Educação e do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. O autor viveu seus últimos anos no Rio de Janeiro e faleceu em 3 de agosto de 1970, vítima de colapso cardíaco.

Após o suicídio de Vargas em agosto de 1954, foram realizadas as eleições presidenciais, sendo eleito Juscelino Kubitschek que, ao assumir a presidência, adotou o lema de que iria “fazer o Brasil progredir 50 anos em 5”. Esse período foi inaugurado por um clima de intenso otimismo e euforia no que se refere ao crescimento industrial e desenvolvimento econômico do país, sendo estes apoiados pelo capital estrangeiro. Nesse contexto, a educação tinha como finalidade a qualificação de mão-de-obra, e isso atribuiu à educação de adultos um papel importante no que tange à solução dos problemas criados por esse desenvolvimento. Diante disso, percebe-se que essa formação se fazia urgente, não podendo ser feita pelo sistema regular de ensino, pois era necessária uma ação rápida através de programas destinados à educação de adultos.

O fracasso da CEAA fez com que o governo federal convocasse, em 1958, o IIº Congresso Nacional de Educação de Adultos, a fim de baixar novas diretrizes para a educação dos adultos, já que o país estava passando por um momento de profundas transformações econômicas e sociais. Segundo Paiva (1987),

A convocação do congresso resultou da convicção de que as condições do país tinham mudado; que as novas condições exigiam providências no terreno da educação dos adultos e que os programas existentes não poderiam oferecer diretrizes válidas ao governo nessa tarefa. Cabia aos congressistas diante das atuais condições sociais, econômicas e culturais do país, rever os objetivos da educação dos adultos e fixar suas novas diretrizes, tendo em vista o empenho do atual governo no sentido de orientar a educação em todos os níveis e graus para o desenvolvimento. A importância que a educação de adultos assumia no final do governo Kubitschek parecia, assim, ligar-se às idéias desenvolvimentistas então difundidas (p. 207).

O IIº Congresso Nacional serviu como estímulo ao desenvolvimento de novas idéias e novos métodos em termos de educação para adultos. Tal Congresso marcou o início de um novo período na educação da EJA, já que seu objetivo era buscar a eficiência metodológica, reintroduzindo assim a reflexão sobre o campo social, além de propiciar à população adulta a participação ativa na vida política, ou seja, houve uma preocupação com o ensino em termos de qualidade e com a revisão dos métodos. Essas afirmações se encontram em Paiva (1987):

Marcava o Congresso o início de um novo período na educação dos adultos no Brasil, aquele que se caracterizou pela intensa busca de maior eficiência metodológica e por inovações importantes neste terreno, pela reintrodução da reflexão sobre o social no pensamento pedagógico brasileiro e pelos esforços realizados pelos mais diversos grupos em favor da educação da população adulta para a participação na vida política da nação (p.213).

Nesse Congresso foram discutidos vários temas referentes às experiências de educação de adultos; nele estavam presentes cerca de 1.400 professores que, juntamente com as comissões específicas, buscaram soluções para a questão do analfabetismo. Tal Congresso teve como princípios norteadores as teses apresentadas por participantes de diversas regiões do país, sendo apresentadas um total de 210 teses, o que significou um grande avanço nessa área, bem como a conscientização de que se fazia necessário buscar novas diretrizes, uma vez que a CEAA já não atendia aos anseios da sociedade que estava passando por um momento de transição. De acordo com Paiva (1987),

O congresso ofereceu a oportunidade para a manifestação de diversos grupos de educadores, preocupados em buscar novos métodos para a alfabetização e a educação dos adultos. Para esta busca contribuiu o desprestígio da campanha. Desde meados da década, muitos eram os que começaram a pensar em soluções possíveis para um problema que a campanha de massa não lograra resolver; os próprios sistemas supletivos estaduais haviam se expandido pela necessidade de atender àqueles que não se satisfaziam com a mera alfabetização [...]. As novas idéias refletem também as novas condições do país e sua mobilização intelectual, bem como a intensificação da luta política e ideológica (p. 208-9).

Entretanto, esse período é marcado também pela organização do primeiro Programa Nacional de Educação, que começa a buscar caminhos mais racionais para difundir a educação popular. Como já foi dito, surgiu também, em 1958, a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo (CNEA). Essa campanha foi criada em janeiro de 1958, sendo um programa experimental que pretendia atender às massas populares em geral. Tal Campanha surgiu no momento em que o país buscava novas diretrizes em termos de educação de adultos, pois já era reconhecido o fracasso das campanhas lançadas anteriormente pelo Departamento Nacional de Educação (DNE). Portanto, o objetivo da campanha era mobilizar educadores na busca de novas soluções para o problema do analfabetismo e, com isso, evitar novos fracassos no setor educacional. De acordo com Paiva (1987),

A importância da criação e funcionamento da CNEA, entretanto, não está apenas na efetiva influência que suas experiências exerceram sobre muitos programas de educação popular surgidos no país posteriormente. Está também no fato de que, juntamente com o Congresso de Educação de Adultos, ela anuncia uma nova fase em nossa história educativa: a da tecnificação do campo da educação, não apenas no plano propriamente pedagógico, mas também no sentido mais geral, de estudo dos problemas educativos em sua ligação com a sociedade de planejamento educacional (p. 220).

A Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo tinha como meta integrar a população local a seu programa, através da organização de um comitê municipal e distrital

em que operários e estudantes pudessem ajudar na realização das atividades para que obtivessem maior êxito. Porém, a prática demonstrou que nem sempre esta estratégia é capaz de dar os frutos esperados, pois os altos índices de evasão vieram provar que era possível atingir apenas uma parcela de analfabetos. Devido à evasão, a Campanha ofereceu aos professores melhores salários e aos alunos serviços assistenciais com o intuito de contornar esse problema. De um modo geral, a Campanha teve resultados positivos, porém, a partir de 1961 se inicia uma fase de dificuldades financeiras que leva à sua extinção, juntamente com todas as demais campanhas do MEC.

No início dos anos de 1960 surgiram os seguintes movimentos voltados para a promoção popular: o Movimento de Cultura Popular (MCP), o Centro Popular de Cultura (CPC) e o Movimento de Educação de Base (MEB).

O Movimento de Cultura Popular foi criado a partir do MCP de Recife, em 1960. Esse Movimento surgiu através da iniciativa de estudantes universitários de Pernambuco que objetivavam combater o analfabetismo e elevar o nível cultural das massas populares, propiciando, assim, o diálogo entre os intelectuais e os menos favorecidos. No entanto, suas experiências se limitaram aos estados de Pernambuco e Rio Grande do Norte, posto que requeria custos elevados (PAIVA, 1987).

O Centro Popular de Cultura surgiu em 1961, através da iniciativa do CPC da União Nacional dos Estudantes (UNE), o qual pretendia despertar o entusiasmo da juventude universitária. O CPC buscava desenvolver atividades por meio de teatro de rua, cinema, shows e cursos, no intuito de discutir os problemas sociais, econômicos e políticos do país naquele momento (PAIVA, 1987).

O Movimento de Educação de Base também foi criado em 21 de março de 1961, pelo Decreto n.º. 50.370. Resultou de um convênio entre a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e da União. Tal Movimento era oferecido através de recursos do governo federal, porém, tinha como intermediários as emissoras católicas e o MEC (PAIVA, 1987).

O MEB pretendia oferecer à população rural, através de escolas radiofônicas¹⁰, oportunidades em termos de alfabetização e que esta tivesse uma base mais ampla para ajudar o homem rural a se defender das ideologias difundidas naquele período. Porém, essas referências foram suprimidas no momento da elaboração do regimento interno do mesmo. Esse movimento buscava integrar a escola ao tipo de vida de cada comunidade, já que seu

¹⁰ Eram escolhidos alguns monitores pela comunidade e posteriormente treinados pelo MEB para que estes promovessem discussões sobre o assunto da aula transmitida pelo rádio, além de verificar os exercícios e estimular os alunos para o estudo.

objetivo era conhecer e valorizar os movimentos de cultura popular. O MEB foi o único movimento de cultura popular que sobreviveu ao golpe de 1964, porém começou aos poucos se extinguir, dando, assim, lugar a outras campanhas.

Em meio à efervescência e repercussão dos movimentos criados ao longo dos anos de 1940 e 1950, ocorreu, em 1963, o I Encontro Nacional de Alfabetização e Cultura Popular em Recife, o qual teve a participação de 77 movimentos, sendo que mais da metade destes, desenvolvia atividades referentes à alfabetização de adultos. Tal encontro se fez importante por discutir a educação de adultos como essencial na formação da consciência crítica, possibilitando, assim, a participação política dos sujeitos. Além disso, o Encontro propiciou aos participantes a consciência de que era necessária a criação de uma coordenação nacional, que favorecesse a troca de experiências dos vários movimentos, como também facilitasse a obtenção de recursos federais para o desenvolvimento da área (PAIVA, 1987).

Depois de tantas campanhas e movimentos de alfabetização de jovens e adultos criados e extintos no Brasil, foi criado, em 1962, o sistema Paulo Freire, que representava uma educação conscientizadora, e que levava o indivíduo a uma reflexão radical, em que este seria capaz de transformar a realidade em que vivia. Paulo Freire tinha uma visão cristã de mundo, e seu método objetivava levar o indivíduo a ter consciência da relevância de uma sociedade democrática, e que estes tivesse o direito de participar de forma crítica e reflexiva nas decisões da sociedade. Para a pesquisadora Paiva (1987), Freire acreditava que

[...] a sociedade tradicional brasileira, “fechada”, se havia rachado e entrara em trânsito, ou seja, chegava o momento de sua passagem para uma sociedade “aberta”, democrática. O povo emergia nesse processo, inserindo-se nele criticamente, querendo participar e decidir, abandonando a condição de “objeto” e passando a ser “sujeito” da história. A acomodação e a massificação eram substituídas pela liberdade e pela crítica na luta do homem pela sua humanização (p. 251-252).

O Sistema Paulo Freire tinha como objetivo oferecer uma educação construtiva, na qual educador e educando pudessem compartilhar saberes. Por isso, Freire criticava métodos que adotavam cartilhas, já que estas são colocadas de forma imposta, ou seja, uma roupa pronta que não constrói conhecimento, apenas mecaniza o analfabeto para aprender a ler e a escrever; daí a importância de se levar em conta à realidade do educando. Brandão (1981), afirma que Freire acreditava que os

Métodos de alfabetização têm um material pronto: cartazes, cartilhas, cadernos de exercício. Quanto mais o alfabetizador acredita que aprender é enfiar o saber-de-quem-sabe no suposto vazio-de-quem-não-sabe, tanto mais tudo é feito de longe e chega pronto, previsto. Paulo Freire pensou que um método de educação construído

em cima da idéia de um diálogo entre educador e educando, onde há sempre partes de cada um no outro, não poderia começar com o educador trazendo pronto, do seu mundo, do seu saber, o seu método e o material da fala dele (p. 21).

Na visão de Freire, a construção do conhecimento se dá através da participação, do diálogo, do respeito e das trocas de experiências, em que todos os envolvidos no processo constrói seus conhecimentos, valorizando o outro e buscando a produção do saber através da sua própria cultura. Nesse sentido, a alfabetização deverá levar o indivíduo a refletir acerca de sua existência e de seu universo, o que implica na construção de novas idéias e de novos conceitos, proporcionando-lhe uma participação ativa na sociedade. De acordo com Brandão (1981),

A educação que Paulo Freire vislumbra não é apenas politicamente utilitária. Ela não objetiva somente criar novos quadros para um novo tipo de sociedade. Há uma proposta politicamente mais humana, a de criar, com o poder do saber do homem libertado, um homem novo, livre também de dentro para fora (p.87).

A educação almejada por Paulo Freire é aquela que busca preparar o educando como ser pensante e capaz de transformar o meio e a sociedade em que vive, tornando-a dessa forma, mais justa e humana. Porém, esse modelo de educação passou a ser visto como uma ameaça após o período do regime militar. Período este em que a sociedade não podia manifestar sua vontade política livremente, o que fez com que vários intelectuais fossem punidos ou exilados; dentre eles está Paulo Freire:

Para os representantes das classes aquinhoadas pela ordem anterior, atacá-la e tentar democraticamente sua superação era subvertê-la. Na verdade, subversão era mantê-la fora do tempo. Esta é uma das grandes subversões do Golpe Militar Brasileiro. Por isso, a atitude subversiva é essencialmente comandada por apetites, conscientes ou não, de privilégios. Daí a subversão não ser apenas de quem, não tendo privilégios queira tê-los, mas também daqueles que tendo-os pretendia mantê-los. Por isso mesmo, numa sociedade em transição como a nossa, subversivo tanto era o homem comum, “emergente” em posição ingênua no processo histórico, em busca de privilégios, como subversivo era aquele que pretendia e pretende manter uma ordem defasada (FREIRE, 1983, p. 56).

De acordo com Freire (1983), as elites são assistencialistas e, ao se sentirem ameaçadas, não têm receio de recorrer à repressão e ao autoritarismo, pois o que importa é a permanência no poder. Para o autor é necessário que as massas populares tenham uma educação crítica para que possam transformar a sociedade opressora, já que a solução está nas mãos das massas conscientes e organizadas, porém são criadas barreiras pela elite para que isso não aconteça.

Portanto, a educação de adultos, vislumbrada por Freire, é aquela capaz de propiciar ao indivíduo analfabeto consciência crítica para que possa participar ativamente nas decisões da sociedade, superando a visão preconceituosa de que os analfabetos são sujeitos incapazes e marginalizados.

Em 26 de março de 1963, através do Decreto nº. 51.867, o presidente João Goulart extinguiu todas as campanhas existentes em prol da erradicação do analfabetismo, justificando que estava ocorrendo uma dispersão de recursos, uma vez que existiam vários movimentos com os mesmos objetivos. Com essa medida, a erradicação do analfabetismo ficaria a cargo das unidades da federação.

1.2 A EJA no Período pós 64

O golpe militar de 1964, instaurado no Brasil, veio redefinir os caminhos da educação e, em particular, os da educação de adultos. Os movimentos de educação popular de caráter *conscientizador*, criados no início dos anos de 1960, foram extintos, uma vez que tais movimentos colocavam em risco os interesses dos governantes.

A discussão acerca da educação de jovens e adultos é antiga, porém, em termos de história das legislações educacionais é recente, pois a alfabetização de adultos veio aparecer pela primeira vez apenas em 1971, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). A Lei nº 5.692/71, criada em 11 de agosto de 1971, dedicou um capítulo exclusivo à educação de adultos, regulamentando-a através do ensino supletivo, estabeleceu no Art. 24, alínea a, que o ensino supletivo tem como função.

- a) suprir a escolarização regular para adolescentes e adultos que não a tenham seguido ou concluído na idade própria.
- b) proporcionar mediante repetida volta à escola, estudos de aperfeiçoamento ou atualização para quem tenha seguido o ensino regular no todo ou em partes (BRASIL/CEE, 1971, p. 22).

E no artigo 25, essa Lei abrange um amplo atendimento no que se refere à educação de adultos:

O ensino supletivo abrangerá conforme a necessidade a atender, desde a iniciação no ensino de ler, escrever e contar e a formação profissional definida em lei específica até o estudo intensivo de disciplinas do ensino regular e a atualização de conhecimentos (BRASIL/CEE, 1971, p. 22).

De acordo com Paiva (1987), no início do governo do regime militar, a questão do analfabetismo não foi motivo de grandes preocupações, já que tal questão foi sinalizada apenas em 1966, diante da má repercussão internacional e dos apelos da UNESCO. A partir de então, o governo brasileiro elaborou o Plano Complementar juntamente com o Conselho Federal de Educação (CFE), além de dirigentes e técnicos do MEC, com o intuito de elaborar novas diretrizes para combater os altos índices de analfabetismo. Nesse sentido, foi tomada como primeira providência a determinação do remanejamento do Fundo Nacional de Ensino Primário, devendo o MEC aplicá-los no ensino fundamental, a fim de atender às pessoas sem escolaridade que não tiveram acesso à educação na idade própria. Diante disso, cabia aos estados, municípios e instituições privadas a responsabilidade de erradicar o analfabetismo presente naquele momento.

Nesse contexto, percebe-se o retorno à visão preconceituosa da sociedade frente ao analfabetismo, uma vez que os indivíduos analfabetos passaram a ser vistos novamente como seres marginalizados, além de não possuírem condições intelectuais de tomar decisões importantes na sociedade, como também produzir e consumir o mínimo esperado e, por isso, eram responsabilizados pelos problemas de desenvolvimento no país. Segundo Paiva (1987),

O analfabeto seria um empecilho para que o indivíduo pudesse desenvolver atividades sociais e econômicas, ter experiências e formar opiniões no decorrer da sua vida. Era o analfabeto um homem destituído de um instrumento essencial para que pudesse manifestar-se como homem. Por isso mesmo, para o diretor do DNE, a erradicação do analfabetismo era uma exigência cívica, pois “social e intelectualmente capazes, os brasileiros formarão uma Pátria unida e autêntica”, participando todos do progresso social “não apenas com a matéria humana aparente, mas com a espiritualidade básica de ser” (p. 266).

Diante disso, foi necessário criar um programa oficial, o qual tivesse como princípios norteadores a valorização e a integração dos indivíduos ao meio sócio-econômico, como também evitar a formação de indivíduos revoltosos e influenciados por ações subversivas, o que colocaria em jogo os interesses da elite dirigente.

Embora, tenham ocorrido muitas discussões e esforços dos movimentos acerca da alfabetização de jovens e adultos no país, o que se percebe é que aconteceram de forma conturbada, pois, nenhum programa de erradicação do analfabetismo teve continuidade, sofrendo, dessa forma, várias mudanças no decorrer dos anos, ou seja, esses movimentos estão atrelados ao contexto histórico do país.

Diante de tais conturbações, em 1967, a Lei nº 5.379, de 15 de dezembro de 1967, instituiu o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), que se converteu no maior

movimento de alfabetização de jovens e adultos já realizado no país. Esse programa se constituiu como organização autônoma em relação ao Ministério da Educação e vinculou-se ao Ministério do Planejamento, dando à educação uma direção econômica.

De acordo com as cláusulas no termo de convênio¹¹, o MOBRAL tinha as seguintes competências:

- a) acompanhar e fiscalizar o desenvolvimento das ações em todas as suas fases, através da participação efetiva de seus técnicos nas atividades de planejamento, implantação, execução, supervisão e avaliação;
- b) fornecer material adequado à execução das atividades/ações;
- c) organizar e ministrar o treinamento dos elementos envolvidos na execução das atividades/ação, em época previamente fixada, podendo transferir essas atribuições à ENTIDADE;
- d) subsidiar tecnicamente a ENTIDADE durante o desenvolvimento das atividades/ações;
- e) fornecer e repassar na forma estabelecida nos Boletins de Informações de Participação em Projetos – os recursos financeiros (MOBRAL, s/d).

Diante das competências atribuídas ao projeto MOBRAL, percebe-se que seus dirigentes pretendiam coordenar e fiscalizar o desenvolvimento das atividades em âmbito local, uma vez que estavam preocupados com a efetivação dos objetivos pré-estabelecidos.

A educação nesse contexto passou a ser vista como instrumento de consolidação do modelo político-econômico, já que suas diretrizes iam ao encontro do ensino meramente técnico. Dessa forma, o MOBRAL adotou uma concepção tecnicista, uma vez que nesse período valorizava-se os princípios de racionalidade, eficácia e produtividade.

A origem do projeto MOBRAL se iniciou a partir das discussões feitas na Conferência de Teerã em 1965 acerca da alfabetização. Na ocasião, os países-membros da UNESCO foram aconselhados a criar medidas urgentes para combater o analfabetismo. A partir de então, a UNESCO qualificou a alfabetização funcional como: “Um processo formativo no qual o domínio das técnicas de leitura, escrita e cálculo deveria integrar-se à capacitação do alfabetizando para resolver seus problemas fundamentais, entre eles em primeiro lugar os relativos à suas atividades produtivas” (CORRÊA, 1979, p.65).

No entanto, a alfabetização é concebida pelo MOBRAL de forma divergente da conceituação da UNESCO, uma vez que esse projeto acreditava que o indivíduo analfabeto necessitava apenas das técnicas da leitura e da escrita para viver melhor no seu cotidiano, como também para se capacitar para o mercado de trabalho e, conseqüentemente, adquirir melhores condições de vida. De acordo com Corrêa (1979), o MOBRAL sustentava que

¹¹ Ver anexo p. 124

A alfabetização funcional [...] tem como objetivo permitir que adolescentes adultos carentes de instrução apliquem, de forma prática e imediata, as técnicas que os habilitem a ler, escrever e contar, capacitando-os assim a melhorar suas condições de existência. Não está vinculada só com o conceito de transformar o homem em agente do processo de desenvolvimento, mas, especialmente, com a idéia de convertê-lo em beneficiário desse mesmo processo. É funcional porque induz a descobrir sua função, seu papel no tempo e no espaço (p. 67).

Em 08 de setembro de 1967, dia internacional da alfabetização, o presidente da república, Costa e Silva, divulgou em solenidade realizada no Palácio do Planalto com transmissão nacional os fundamentos da alfabetização do projeto MOBRAL. Foi criado um Grupo Internacional de trabalho tendo como objetivos principais “[...] propor estudos no campo da educação e alfabetização de adultos e encontrar recursos para seu funcionamento, considerando que a Cruzada ABC, programa de maior extensão apoiado pelo Estado, vinha recebendo críticas” (HADDAD, 1991, p. 82).

Em 1970, o MOBRAL iniciou suas atividades de forma sistemática e massiva, com o intuito de erradicar o analfabetismo até 1980. Para que isso ocorresse, foi necessário instalar Comissões Municipais (COMUM) para executar suas atividades, mas a orientação e a supervisão pedagógica, bem como, a produção de materiais didáticos eram centralizadas (Rio de Janeiro/MOBRAL Central), embora pregassem a ideologia de que levavam em conta a realidade dos alunos. As competências atribuídas às entidades municipais estão explicitadas na cláusula terceira do convênio:

- a) observar as diretrizes e normas do MOBRAL para a execução das atividades/ações previstas;
- b) recrutar os elementos necessários ao desenvolvimento das atividades/ações e desenvolvimento das atividades/ações e selecioná-los dentre aqueles que atenderem aos critérios estabelecidos para o desenvolvimento do trabalho;
- c) participar dos treinamentos realizados pelo MOBRAL, com vistas a sua permanente atualização e correta aplicação da metodologia dos programas;
- d) organizar e ministrar treinamento dos elementos envolvidos nas atividades/ações em época previamente fixada, sempre que transferidas essas atribuições pelo MOBRAL e de acordo com as diretrizes por ele determinadas;
- e) distribuir, controlar e zelar pela conservação do material fornecido pelo MOBRAL, informando, sempre que solicitado pela Coordenação do MOBRAL, a quantidade existente, e restituir o saldo que houver ao final do desenvolvimento das atividades/ações;
- f) supervisionar, sistematicamente, as atividades/ações previstas;
- g) gerir os recursos financeiros enviados pelo MOBRAL através de conta especial;
 - g.1.) em se tratando de Comissão Municipal, a conta será movimentada em conjunto pelo Presidente e o responsável pelos assuntos financeiros da mencionada Comissão;
 - g.2.) nos demais casos, a ENTIDADE nomeará uma Comissão Especial, composta de, no mínimo, 2 (dois) membros, os quais serão responsáveis pela movimentação da conta especial;
- h) elaborar e remeter ao MOBRAL, via Coordenação do MOBRAL, a prestação de contas dos recursos financeiros recebidos na forma estabelecida na cláusula sexta;

i) enviar ao MOBRAL, via Coordenação do MOBRAL, os instrumentais específicos de acompanhamento das atividades/ações (MOBRAL, s/d).

Ao analisar as competências atribuídas às Comissões Municipais, o MOBRAL central não dava autonomia para que tais Comissões desenvolvessem seu trabalho, uma vez que os objetivos a serem atingidos já se encontravam previamente fixados, cabendo às Comissões apenas desenvolvê-los e fiscalizar as atividades propostas.

A lei, que criou o projeto MOBRAL, atribuiu a tarefa de alfabetização funcional e a educação continuada de adultos como as principais entre as diversas atividades educacionais a serem desenvolvidas pelo movimento. De acordo com Paiva (1987), o projeto MOBRAL se incumbiria de

[...] promover a educação dos adultos analfabetos financiando 1/3 do seu custo; cooperar com movimentos isolados de iniciativas privadas; financiar e orientar tecnicamente cursos de 9 meses para analfabetos entre 15 e 30 anos, com prioridade oferecida aos municípios com maiores possibilidades de desenvolvimento sócio-econômico. O programa previa uma descentralização da ação sistemática através de convênios com entidades públicas e privadas e a integração da alfabetização em programas mais amplos de educação para a saúde, o trabalho, o lar, a religião, o civismo e a recreação, além da instalação de centros de integração social e cívica (p. 293).

De acordo com Paiva (1987), o MOBRAL pretendia alfabetizar cerca de onze milhões e quatrocentos mil alunos, no período de 1968 e 1971. No entanto, o projeto não logrou nesses primeiros anos, uma vez que se dedicou mais à sua organização e, por isso, contou com o apoio dos técnicos do DNE, que tinham experiências em campanhas de alfabetização de adultos.

A presidência do MOBRAL foi entregue, em 1970, ao economista e colaborador do Instituto de Pesquisa e Estudo Sociais (IPES), Mário Henrique Simonsen¹², que o lançou no Brasil como campanha de massa, além de articular mecanismos para a obtenção de recursos amplos, o que facilitaria a propagação do projeto. Simonsen, juntamente com o ministro da educação, coronel Jarbas Passarinho, buscavam expandir o MOBRAL por todo o país; para isso, o discurso era de que iriam livrar o país do analfabetismo, o que convenceria os empresários a apoiá-los, já que estes seriam favorecidos, uma vez que contariam com mão-de-obra qualificada. O MOBRAL criou inicialmente dois programas: em 1970, foi implantado

¹² Assumiu no governo Médice a presidência do MOBRAL. Foi banqueiro, ministro da fazenda, engenheiro civil, professor de economia da FGV e ministro do planejamento. Faleceu em 1997.

o Programa de Alfabetização Funcional (PAF) e em 1971, o Programa de Educação Integrada (PEI). Daí em diante, foram implantados outros programas pelo projeto.

De acordo com Haddad (1991), o MOBREAL firmou convênios com a Secretaria de Educação, Comissões Municipais, instituições privadas e órgãos governamentais, como o Departamento de Educação Básica de Adultos, o MEB, o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAI), o Serviço de Radiodifusão Educativa do Ministério da Educação e Cultura, e o Centro Brasileiro de TV Educativa, a Fundação Padre Anchieta.

Segundo Corrêa (1979), o MOBREAL foi estabelecido através de Comissões Municipais, sendo estas constituídas por voluntários e líderes locais. A COMUM preencheu a função de desenvolver atividades de caráter obrigatório, a fim de erradicar o analfabetismo. Além disso, tais comissões podiam criar também outras modalidades de ensino e desempenhar novas funções ou tarefas. Portanto, tudo dependia do sucesso ou insucesso das experiências desenvolvidas. Dessa forma, cada COMUM tinha autonomia para desenvolver em seu município o programa mais adequado à sua realidade.

A seguir, encontram-se alguns programas oferecidos pelo MOBREAL: educação integrada, autodidatismo, atividades culturais, esportivas, programas de profissionalização e educação sanitária.

No que tange aos cargos e postos de chefia, no projeto MOBREAL, esses eram ocupados por indicações de grupos políticos. Esse projeto tinha uma verticalidade inegável, e sua hierarquia proporcionou maior controle das atitudes, decisões e iniciativas nos âmbitos locais.

De acordo com Corrêa (1979), no início dos anos de 1970, as ações do MOBREAL eram realizadas com pouca burocracia, e isso resultou na flexibilidade, na velocidade e na improvisação das decisões a serem tomadas, e nos problemas a serem resolvidos, já que o tempo era considerado um aliado para atingir seus fins mais rapidamente. O referido autor afirma ainda que em termos de alfabetização o MOBREAL conseguiu, em 1971, atingir cerca de 3.405 municípios, os quais alfabetizaram, aproximadamente, 1 milhão e 81 mil alunos, em todo o país. Corrêa (1979) mostra o impressionante crescimento do MOBREAL nos primeiros anos de 1970:

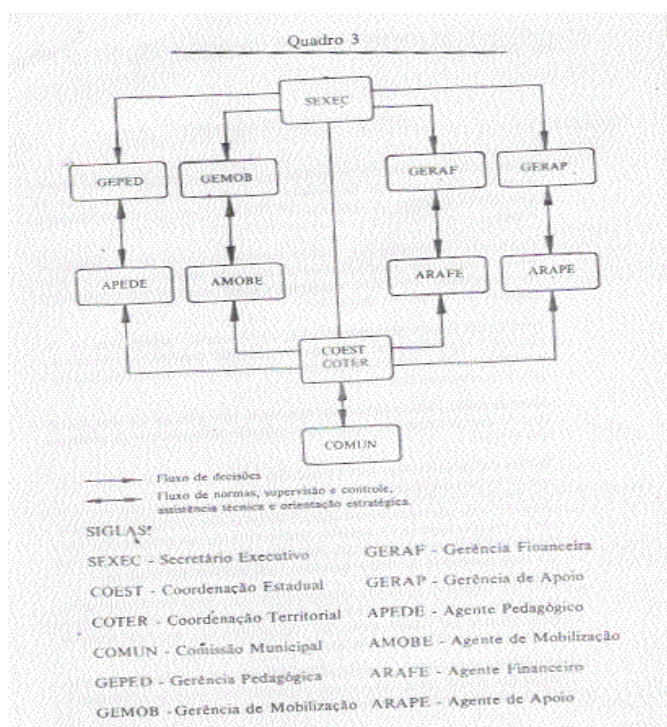
Esse esquema improvisado de funcionamento – caracterizado principalmente por notável agressividade gerencial por parte dos Coordenadores Estaduais, assim como pela mística e emoção do envolvimento comunitário – conduziu o Movimento a resultados bastante satisfatórios: ainda em 1970, 613 Municípios assinaram

convênios com o MOBRAL, atingindo cerca de 507 mil alunos, dos quais 172 mil foram alfabetizados (produtividade de 33,9%); no ano seguinte, 1971, um total de 3.405 municípios estavam incorporados ao Movimento, somando 2 milhões e 590 mil alunos, sendo efetivamente alfabetizados aproximadamente 1 milhão e 81 mil, elevando-se a produtividade para 41,8% (p. 89).

No entanto percebe-se que essa improvisação e pouca burocracia ocorreram apenas nos primeiros anos de funcionamento do projeto. Essa situação de improvisação ocasionou uma crise na campanha, devido ao excesso de autonomia das Coordenações Estaduais (COEST), o que ocasionou a substituição do secretário executivo, Pe. Felipe Spotorno pelo engenheiro Arlindo Lopes Corrêa¹³, o qual procurou criar medidas estratégicas, no sentido de melhorar as condições do movimento a partir de decisões técnicas.

Nesse sentido, o MOBRAL foi estruturado hierarquicamente, com o intuito de garantir o controle das orientações centrais a partir dos seguintes níveis de decisões: a base administrativa dos municípios, chamadas de Comissões Municipais (COMUM), subordinadas à Coordenação Estadual (COEST), a qual, por sua vez, recebia as deliberações do MOBRAL Central (SEXEC), que comandava todas as Coordenações através de sub-sistema. Segue o organograma com os cargos oferecidos pelo programa do MOBRAL.

Figura I - Organograma do MOBRAL



Fonte: Corrêa, 1979, p. 100.

¹³ Foi funcionário do IPEA. A convite de Simonsen exerceu a função de secretário executivo do MOBRAL, assumindo a direção do mesmo em 1974.

De acordo com Haddad (1991), a direção do MOBRAL foi entregue a Arlindo Lopes Corrêa em 1972, o qual tinha como assessora Terezinha Saraiva. No entanto, duas posições se confrontaram ocasionando, assim, divergências no que tange às propostas do projeto. Terezinha Saraiva fez críticas severas aos rumos que o movimento estava tomando, uma vez que acreditava que a crise do projeto estava ligada a aspectos pedagógicos e não a aspectos técnicos. Diante desse ponto de vista, Terezinha Saraiva acreditava que havia incoerência no que se referia aos resultados divulgados pelo MOBRAL, como também, discordava do tempo destinado à alfabetização, dos critérios estabelecidos para avaliar a leitura e a escrita e as atividades propostas pelo MOBRAL aos seus alunos. Em 1974, Terezinha Saraiva foi afastada do cargo por discordar da direção técnica, pois acreditavam que a técnica era indispensável para o crescimento da instituição. Diante disso, o papel do MOBRAL foi muito mais político e ideológico do que pedagógico. Dessa forma, Haddad (1991), afirma que

Ao se perpetuar como educação permanente, justificando sua tendência em se desdobrar em novos cursos, o MOBRAL, no quadro da conjuntura da época, cumpria o seu papel central, menos de ordem pedagógica e muito mais de ordem político-ideológica (p. 91).

O MOBRAL pregava o discurso de que o sistema de educação permanente veio para contribuir na qualidade de vida dos mobralenses em todos os âmbitos sociais. E para que isso ocorresse, foi necessário criar diversos programas, com o intuito de atingir uma clientela diversificada. Para Corrêa (1979), esse programa foi um instrumento de ligação entre as entidades públicas e privadas com as massas populares, tendo em vista objetivos comuns, que pretendiam alcançar: “A valorização do homem brasileiro, a sua ascensão social, econômica, cultural e política. Isto através de sua participação em programas educacionais desenvolvidos pela Organização, voltados para diversos campos da ação do homem” (p. 134).

No entanto, Haddad (1991) contrapõe-se a esse discurso, uma vez que sustenta que o MOBRAL buscava conciliar as classes sociais, no intuito de minimizar as tensões, bem como, responsabilizar o indivíduo por sua condição social, ou seja, o crescimento social e intelectual dependia da competência de cada um.

Em 1972, foi realizada a III Conferência Internacional de Adultos em Tóquio, na qual a educação de adultos ganha novos direcionamentos. A partir de então, a educação de adultos passa a ser definida como instrumento capaz de propiciar uma formação crítica ao indivíduo. Diante de tal concepção ocorre um redimensionamento na idéia de funcionalidade

da alfabetização do MOBREAL, que aos poucos vai direcionando seus programas para uma visão mais humanista, e isso se dá através de programas de ação comunitária e de profissionalização. Essas são as formas que o MOBREAL encontrou para atender às necessidades de sua clientela, como também às exigências da UNESCO. Na Conferência de Tóquio foi definido que a educação de adultos deveria ser

Instrumento de tomada de consciência, de socialização e de vastas transformações sociais; instrumento de realização do homem integrado; instrumento de preparação à atividade produtiva e à participação na gestão; instrumento que permite combater a alienação econômica e cultural e elaborar uma cultura nacional libertadora e autêntica (CORREA, 1979, p. 78).

Na III Conferência de Tóquio foi ressaltada a importância do papel desenvolvido pela UNESCO no que se refere à educação de adultos. Sua atuação favorece o desenvolvimento e a difusão da educação de adultos em todos os países. Podemos constatar tais afirmações na citação abaixo:

Desde su creación, la Unesco no há cesado de estimular la cooperación y los intercambios em materia de educación de adultos. La presente conferencia es una manifestación concreta de esta fase de sua acción. Em el transcurso de los años de la década del sesenta, actuando de conformidad com los objetivos del Primer Decenio para el desarrollo, la Unesco há emprendido actividades operacionales de gran alcance dentro del marco del Programa Experimental Mundial de Alfabetización y há contribuido directamente a la elaboración, a la aplicación y a la difusión del concepto de alfabetización funcional (Conferência de Tóquio, 1972, p. 41).

Dessa forma, a educação de adultos passa a ter um caráter humanístico, já que suas características vão além da mera transmissão de conhecimentos, características estas, consideradas de maior relevância. Assim, a educação de adultos passaria a ter um papel primordial na sociedade, já que iria acelerar o desenvolvimento do país, e aumentaria a produtividade do sistema econômico, através da qualificação de mão-de-obra para o mercado de trabalho. Quanto ao progresso social, ocorreria na medida em que o sistema educacional propiciasse a todas as classes sociais oportunidades para ingressar na educação sistemática. Nesse contexto, a educação de adultos seria um instrumento necessário para que o indivíduo tivesse acesso às oportunidades oferecidas pela sociedade moderna.

No entanto, percebe-se que, no período da ditadura, os governos militares buscavam a legitimidade do poder; além disso, procuravam manter a ordem econômica e política através de medidas coercitivas, o que impediria as manifestações dos movimentos, já que esses, poderiam colocar em risco o regime imposto naquele momento.

O MOBRAL, por ter sido implantado durante o período do regime militar, foi controlado por este, pois, em sua concepção, a educação seria apenas para a qualificação de mão-de-obra, e não para levar o indivíduo à reflexão. Nesse contexto, não prevaleceram os princípios como conscientização e participação, pois tais princípios poderiam levar a uma transformação social, e o que importava naquele momento era o controle de qualquer ato de rebeldia da sociedade como um todo. Embora pregassem a ideologia de que o indivíduo tinha total liberdade para fazer suas escolhas, bem como de se posicionar diante de decisões da sociedade, exercendo, assim, o seu papel de cidadão. Para Corrêa (1979),

O projeto político do MOBRAL parte, fundamentalmente, de uma visão positiva e construtiva da sociedade e do homem. Diante de qualquer problema é sempre possível adotar uma constatação de diferentes atitudes. O MOBRAL acredita nas posições renovadoras das relações entre os homens, mas acredita, que isso pode ser feito com a preservação de valores que dão identidade cultural ao povo brasileiro e sem os traumatismos pregados pelos radicais. Ao surgir em um mundo cuja tradição, propagada pelos meios de divulgação dos extremistas, era a de programas de educação de adultos associados a movimentos de luta revolucionária armada, o MOBRAL adotou um programa “evolucionário”, aberto, participativo, livre dos dogmas e dos mitos [...] No MOBRAL, as pessoas discutem com toda liberdade e sem qualquer dirigismo, as coisas de seu mundo, que é também o mundo do alfabetizador, recrutado ali, no ambiente que moram seus alunos (p. 50).

A proposta de educação do projeto MOBRAL era baseada nos interesses vigentes à época (regime militar). Para alcançar seus objetivos, desenvolveu-se o discurso ideológico de que esse seria o caminho mais tênue para a integração e participação da população. Porém, o que ocorreu foi uma visível concentração de renda nas mãos da burguesia nacional e do capitalismo internacional, uma vez que o MOBRAL reproduziu uma política educacional de cunho econômico. Para Jannuzzi (1979),

O MOBRAL no período que se estudou, sofreu a influência da linha econômica que impulsionou a sociedade brasileira. Esta linha econômica abrindo-se às exportações (constante na nossa história) facilitou a concentração de renda pela burguesia nacional e multinacional, que atraída para cá, já nos governos anteriores, continuou a receber os incentivos para aqui se estabelecer. Essas indústrias multinacionais tendem a reproduzir o modo de produção e os produtos da matriz. Assim sendo, o mercado interno que se expandiu no Brasil foi de modo a facilitar a venda desses produtos (p. 55).

No final da década de 1970, o MOBRAL tentou implantar o MOBRAL Infanto-Juvenil, para atender a crianças menores de 15 anos, através do Programa Nacional de Educação Pré-Escolar e, por isso, foi duramente criticado, pois sua missão era erradicar o analfabetismo de jovens e adultos e não assumir funções do Ministério da Educação. Nesse

sentido, o MOBRAL objetivava incluir essa faixa etária em seus programas para recrutar novos alunos, já que ocorreria um aumento significativo no que se refere aos números atingidos pelo projeto.

O projeto MOBRAL foi criticado pelas supostas irregularidades administrativas, pela forma com que foram aplicados seus recursos, como também pela manipulação dos altos resultados, já que estes números divergiam daqueles divulgados pelo senso demográfico.

Tudo isso contribuiu, sem dúvida, para que o projeto não conseguisse obter recursos para desenvolver seus programas. Dessa forma, o MOBRAL não teve outra alternativa a não ser expandir seu atendimento ao público infantil, através do Programa Pré-Escola, já que passaria a receber apoio financeiro do governo estadual, gerando, assim, um esvaziamento gradativo das classes de alfabetização de adultos.

Diante disso, foi instalada em 1976, pelo Senado Federal, uma Comissão Parlamentar de Inquéritos (CPI) contra o MOBRAL, já que este tinha como objetivo principal alfabetizar jovens e adultos. Portanto, a CPI concluiu que o MOBRAL estava desenvolvendo uma atividade inconstitucional, uma vez que não era sua função, e sim da escola pública regular (SOARES, 1995).

Verifica-se no quadro abaixo que, em 1940, para uma população de 15 anos ou mais, tinha-se um índice de 56% de analfabetos, já, em 1970, o percentual de analfabetos cai para 33%. Isso demonstra uma queda significativa no que tange ao índice de analfabetismo do país, se levar em consideração que esta população é composta em sua maioria de indivíduos jovens.

Quadro III - Crescimento do Analfabetismo no Brasil

Ano	População 15 anos ou mais	Analfabetos 15 anos ou mais	%	População de 15-39 anos	Analfabetos de 15-39 anos	%
1940	23.639.769	13.279.899	56	16.515.330	8.937.272	54
1950	30.249.423	15.272.432	50	20.911.777	9.964.060	46
1960	40.187.590	15.815.903	39	27.017.011	9.422.610	35
1970	54.338.606	17.936.887	33	35.954.488	9.911.744	28

Fonte: Censo Demográfico em 1940, 1950, 1960 e 1970. (In: Informe Brasileiro, para a 3ª Conferência Internacional de Educação de Adultos. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, v. 59, n. 131, jul./set.73. MEC - INEP) (In: BARROS, 1974, p. 132).

Portanto, percebe-se que o programa do MOBRAL atendia a uma população bastante jovem, não sendo majoritariamente o adulto maduro, que não teve acesso à escola na idade escolar, embora o referido programa pregasse o discurso ideológico de que a sua clientela era composta por indivíduos maduros, conscientes e ativos, o que lhes propiciaria melhores condições de vida. A esse respeito, Ribeiro (1992) diz que

Com relação a clientela, há pelo menos um indicador constante que merece séria consideração: a população que recorria a esse programa de alfabetização de adultos eram bastante jovem. Aproximadamente os diversos estudos, constata-se que algo em torno de 60% dos estudantes do MOBRAL tinham menos de 20 anos e que mais da metade deles já havia freqüentado escola anteriormente (p. 18).

Diante da realidade do país, fica evidente que o MOBRAL tinha em suas propostas um caráter puramente ideológico, uma vez que se desenvolveu em um período com regime extremamente autoritário, e que o mais importante era desenvolver técnicas eficientes para atingir os objetivos pré- estabelecidos.

O MOBRAL tinha a preocupação em apresentar os altos índices de redução do analfabetismo no país, embora os números divulgados pela Fundação do MOBRAL fossem questionados, pois divergiam dos resultados obtidos por outras Fundações, como ressalta Mendonça (1984):

No período compreendido entre 1970 e 1980, verificou-se uma redução no índice de analfabetismo no Brasil, que passou de 33,6% em 1970, para 8,2%, em 1980, conforme dado divulgados pela Instituição. Segundo esses dados declinou também o número absoluto de pessoas sem nenhuma escolaridade. É necessário ressaltar, entretanto, que de há muitos educadores vinham questionando os números divulgados pelo MOBRAL. Vanilda Paiva, analisando a discrepância entre os resultados da PNAD/76 e as estimativas da Fundação, levanta as possíveis causas dessa diferença de resultados: alunos que já haviam freqüentado o MOBRAL e que voltavam novamente; alunos fantasma, aluna com menos de 15 anos que eram computados nas estatísticas e alunos não alfabetizados que eram aprovados (p. 579-580).

Segundo Jannuzzi (1979), o MOBRAL adotou um método com uma verticalidade inegável, pois as escolhas das metas a serem atingidas, bem como os conteúdos programáticos, eram pré-estabelecidos pelo MOBRAL/Central, e que educadores e educandos seguiam as prescrições, discutindo apenas o meio de realizá-las. Diante disso, fica evidente que a atuação do MOBRAL adotou uma linha metodológica autoritária e antidialógica, uma vez que determinava o que era certo ou errado, cabendo aos educadores apenas a ilusão de que atuavam ao procurar os meios mais adequados aos objetivos fixados, jamais questionados.

Diante disso, fica claro o quanto o MOBRAL investiu em suas ideologias, pois estas eram fundamentais para resguardar seus interesses. Por isso, era passada para o povo o discurso de que seus objetivos eram prepará-los para desempenhar funções críticas, e que pudessem participar e transformar a realidade da sociedade como um todo. Porém, percebe-se que não era possível exercer essas funções, uma vez que não era admitido em seu contexto a possibilidade de questionar, pois tudo já se encontrava previamente determinado pela elite dirigente, que incorporou uma política educacional nitidamente econômica.

Em 1976, ocorreu a Conferência de Nairobe, a qual recomendou que a alfabetização de adultos se fizesse não apenas pelos processos escolares, como também por todas as dimensões da vida do ser humano, desenvolvendo, assim, suas aptidões e enriquecendo seus conhecimentos para viver melhor em sociedade. Encontra-se a seguir um trecho que retrata essa afirmação:

La expresión “educación de adultos” designa la totalidad de los procesos organizados de educación, sea cual sea el contenido, el nivel o el método, sean formales o no formales, ya sea que prolonguen o reemplacen la educación inicial dispensada en las escuelas y universidades, y en forma de aprendizaje profesional, gracias a las cuales las personas consideradas como adultos por la sociedad a la que pertenecen, desarrollan sus aptitudes, enriquecen sus conocimientos, mejoran sus competencias técnicas o profesionales o les dan una nueva orientación, y hacen evolucionar sus actitudes o su comportamiento en la doble perspectiva de un enriquecimiento integral del hombre y una participación en un desarrollo socioeconómico y cultural equilibrado e independiente (Conferencia de Nairobe, 1976, p. 02).

A partir de então, surgiu uma nova conceituação acerca da educação de adultos e, com isso, o MOBRAL começou a planejar estrategicamente mudanças no sentido de criar programas de ação comunitária, como forma de atender às reivindicações populares e para isso teve o apoio do Exército. Essa estratégia utilizada pelo governo militar objetivava um maior envolvimento com a comunidade, pois temiam que as Comunidades Eclesiais de Base (CEB) criassem movimentos para reivindicar melhores condições de vida. Além disso, essa alternativa serviu também para resguardar sua sobrevivência, já que estava enfrentando dificuldades por causa do fracasso do PAF, o que colocava em risco a permanência do órgão.

A partir do início dos anos de 1980, surgiu no país um clima de entusiasmo no que tange à mobilização popular; além disso, houve a luta dos trabalhadores para o restabelecimento das eleições diretas, o que ocasionou mudanças em nossa sociedade no que se refere ao papel do Estado e suas relações com a educação brasileira.

Diante desse clima de redemocratização foi criado o programa *Educação para Todos* pelo governo da Nova República. Em 1985, o MOBRAL foi extinto e teve como programa sucessor a Fundação Nacional para Educação de Jovens e Adultos (Fundação Educar). Esta Fundação adotou o lema *alfabetização para a cidadania*, o qual oferecia modelos e paradigmas diferentes daqueles adotados pelo MOBRAL. De acordo com Soares (1995): O MEC “instituiu a Fundação Educar como órgão de fomento e apoio técnico às atividades de educação básica de jovens e adultos executados por prefeituras municipais ou instituições da sociedade civil” (p. 263).

De acordo com Haddad (1991), as diferenças entre o MOBRAL e a Fundação Educar vão além da ordem administrativa e político-pedagógico, uma vez que a Educar tinha uma maior integração com os sistemas oficiais de ensino. Embora possuísse recursos próprios advindos de incentivos fiscais, a Educar tinha ligação direta com o MEC. Dessa forma, a Fundação passou a ter as secretarias municipais de educação como promotora de seus programas.

A Educar criou o Programa de Educação Básica (PEB) para substituir os Programas (PAF) e (PEI) do MOBRAL. Tal Fundação, por ter um caráter de integração em seus sistemas, conseguiu adotar cursos com estrutura e funcionamento, nos quais sua proposta metodológica e seu material didático fossem de acordo com as necessidades de cada região, ou seja, procurava levar em conta as especificidades regionais e ou locais.

Nesse sentido, percebe-se que o entusiasmo em busca do combate ao analfabetismo no país se dava através do caráter ideológico, uma vez que os índices elevados de analfabetismo eram considerados como *vergonha nacional*. Diante deste estudo, percebe-se que a educação de jovens e adultos, com exceção do sistema Paulo Freire, não tiveram o intuito de formar cidadãos críticos e reflexivos, já que as campanhas de massa populares desenvolvidas no delinear dos tempos traziam arraigadas ações muito mais de cunho ideológico do que educacional.

1.3 A EJA no Contexto Estadual Mineiro

O Estado de Minas Gerais iniciou suas atividades na educação de adultos de forma mais sistemática a partir de 1947, quando a administração estadual convidou o professor Duntalmo Prazeres e o Dr. Leôncio Ferreira do Amaral a representar o Estado de Minas Gerais na 1ª reunião dos delegados dos estados e territórios e do I Congresso Nacional de Educação de Adultos para discutir acerca da execução da Campanha Nacional de Educação

de Adultos. O Estado de Minas Gerais enviou o professor Manuel Casassanta como representante à 2ª reunião dos delegados, realizada no Distrito Federal. Nessa ocasião, foi previsto que o Estado de Minas Gerais teria em 1948 uma média de 2.000 classes para o ensino supletivo (SOARES, 1995).

De acordo com Soares (1995), foi realizado um encontro no gabinete do Ministro da Educação, no qual o professor Lourenço Filho ressaltou a importância do papel desempenhado pelo Estado no que se refere à educação de adultos, o que levou Minas a ser reconhecida como um exemplo a ser seguido pelas demais regiões do país. Até 1930, a capital mineira havia inaugurado apenas dez grupos escolares. Entretanto, no ano de 1947, houve uma expansão com a criação de mais cinco grupos escolares, devido à execução da campanha de educação de adultos. Diante disso, a campanha de ensino supletivo passou a ser vista como um verdadeiro acontecimento público, já que as matrículas nessa área chegaram a 70.000 alunos. Foi criada também em 1947 pela Portaria nº 7, a Comissão de Educação de Adolescentes e Adultos que objetivava a viabilização e execução de tal campanha no Estado mineiro. Essa comissão recebeu da Coordenação Geral da Campanha materiais para o desenvolvimento do trabalho, já que estavam previstas 1.500 salas de ensino supletivo para o Estado.

O Serviço de Educação de Adulto (SEA) no Estado de Minas Gerais teve como principais funções designar professores para atuar na campanha, sendo que estas designações eram feitas na maioria das vezes através de indicações políticas, além disso, os professores beneficiados, em sua grande maioria, eram leigos. Portanto, tal campanha tinha um cunho partidário, já que havia o interesse pelo voto do analfabeto. A falta de formação profissional dos professores, os baixos salários recebidos, como também o fato de que o tempo de serviço não seria revertido no plano de carreira dos professores, fizeram com que a campanha recebesse várias críticas durante o seu desenvolvimento. No entanto, esses problemas não foram suficientes para fazer o professorado desistir da função (SOARES, 1995).

Além dos professores designados, Minas Gerais contou também com o apoio dos colaboradores voluntários, uma vez que estes tinham uma relevância significativa para a campanha, já que o objetivo dela era caracterizá-la como um movimento social, eliminando assim seu caráter totalmente oficial. De acordo com Soares (1995), o Estado mineiro contou com o apoio de várias instituições, empresários, como também da Igreja Católica, que mantinha algumas escolas com o objetivo de alfabetizar adolescentes e adultos. No entanto, essa participação foi entrando em declínio no decorrer dos anos 1958, mediante a realização

do II Congresso, que contribuiu para o aumento das críticas e queixas referentes à remuneração e qualificação dos professores.

Em meio à intensa mobilização acerca da alfabetização de adultos, a Portaria nº 8, de 1947, estabelece que a instalação de classes destinada a este fim deveria ser constituída por uma média de cinquenta a sessenta alunos, sendo estes distribuídos em duas turmas, sob a regência de apenas um professor que lecionava em dias alternados em cada uma delas. As aulas seriam oferecidas de segunda a sábado, no turno da noite, com carga horária de duas horas diárias e duração de dois anos (SOARES, 1995).

Soares (1995) afirma que o Serviço de Educação de Adultos ficou responsável em todo o desenvolvimento da campanha, já que este ficou encarregado de receber o material didático e a manutenção necessária ao DNE, como também enviar o material didático-pedagógico aos municípios que ofereciam o ensino supletivo. No entanto, a campanha no Estado de Minas Gerais foi aos poucos perdendo força e, a partir de 1958, as dificuldades enfrentadas pela campanha começaram a ser vistas de forma mais nítida.

Em meio ao enfraquecimento de tal campanha no Estado, a experiência de Leopoldina/MG, vinculada à campanha CNEA, tornou-se referência nacional. O projeto-piloto em Leopoldina foi estruturado para ser desenvolvido, inicialmente, em Passa-Quatro/MG. No entanto, o município contemplado foi Leopoldina, e isso se deu por influências políticas, já que o ministro da educação nesse período era natural da cidade. De acordo com a pesquisadora Vanilda Paiva (1987),

[...] realizava-se a experiência em Leopoldina, considerada como Centro Nacional, onde eram ensinados e testados os projetos antes de serem adaptados aos outros Centros Pilotos e onde foram aplicados 80% dos recursos do ano de 1958, reservando-se os 20% restantes para os primeiros passos a serem dados nos demais centros. A CNEA logrou crescer extraordinariamente no ano de 1959 sendo estruturada em Janeiro de 1960 – sob a forma de Campanha Extraordinária de Educação subordinada ao DNE (p. 216).

Esse projeto tinha, inicialmente, o propósito de combater o analfabetismo em todas as faixas etárias, entretanto, limitou-se apenas ao ensino infantil, expandindo, assim, o sistema regular de ensino. Isso ocorreu porque os representantes desse projeto acreditavam que, para erradicar o analfabetismo, era preciso investir na expansão da educação infantil, sendo assim, a educação de adultos pouco contribuía para tal fim (SOARES, 1995).

A campanha de educação de adultos em Minas não tinha em suas bases divergências substanciais no que tange aos parâmetros adotados em âmbito nacional, ou seja, não se percebe no Estado diferenças significativas das demais regiões no que se refere às

ações no campo da educação de adultos. Assim como nos outros Estados, Minas também realizou um seminário regional em Belo Horizonte, com o intuito de discutir a expansão do ensino, como também as dificuldades enfrentadas pela campanha no referido Estado, que, por sinal, eram semelhantes as dificuldades em nível nacional. Tais afirmações podem ser percebidas em Paiva (1987):

O caráter experimental da Campanha justificava a sua limitação ao Centro Nacional. Entretanto, em face do aumento substancial dos recursos durante o exercício de 1959 realizou-se um Seminário do qual participaram todos os técnicos da Campanha e no qual foi preparado um plano de expansão das atividades de 10 centros, cada um deles com um setor de educação urbana e outro de educação rural. [...] A expansão da Campanha continuou em 1961, chegando atuar através de 34 centros nas diversas regiões do país. A partir de então a CNEA se vê impedida de prosseguir na ampliação de suas atividades, devido á contensão orçamentária (p. 220).

A realização dos seminários regionais objetivava o encontro de educadores para discutir previamente os problemas em termos regionais e locais a serem abordados no II Congresso de Educação de Adultos. No entanto se for levado em conta à dimensão do estado e a importância que o mesmo teve no início da campanha, percebe-se que Minas não teve uma participação significativa neste congresso, já que o Estado apresentou somente duas teses e apenas trinta e cinco mineiros compareceram ao evento. Além disso, os trabalhos apresentados também não tiveram diferencial em termos qualitativos dos apresentados por outros Estados (SOARES, 1995).

Todavia, os participantes mineiros contribuíram no sentido de propiciar aos congressistas o diagnóstico da situação real da campanha no Estado, que, por sinal, funcionava de forma precária, assim como nas demais regiões do país. De acordo com Soares (1995), os participantes mineiros apontaram como principais dificuldades e fracasso da campanha do Estado:

[...] a falta de material didático adequado (e com isso, a ênfase de serem utilizados cada vez mais recursos audiovisuais), o despreparo dos professores, a inadequação dos programas, foram problemas detectados e divulgados no II Congresso, revelando, mais uma vez, o declínio da Campanha (p. 154).

Diante disso, percebe-se que, após a realização do II Congresso, a Campanha de Educação de Adultos foi aos poucos entrando em decadência, assim como nos demais Estados, sendo extinta em 1963.

De acordo com Soares (1995), a partir de 1963, inicia-se em Minas o projeto de alfabetização denominado *Mina de Morro Velho*, em Nova Lima. A sede desse projeto funcionava em Belo Horizonte e que tinha a participação predominante de estudantes ligados

à Ação Popular, à Ação Católica e à Juventude Universitária Católica. Tal projeto utilizava a filosofia de Paulo Freire como princípio norteador de suas ações. Porém, o golpe de estado fez com que essas ações fossem sufocadas, e a partir de então, a equipe que recebia treinamento no Rio de Janeiro não pôde mais dar continuidade em suas atividades, como também teve todo o material do projeto apreendido, e os recursos financeiros recebidos tiveram que ser devolvidos.

No que tange aos Movimentos de Cultura Popular (MCP), Minas Gerais participou do I Encontro Nacional de Alfabetização e Cultura Popular realizado no ano 1963, em Recife. Na ocasião foram relatadas as experiências desenvolvidas pela equipe de saúde do CPC de Belo Horizonte, além disso, foi desenvolvida discussões referentes a noções de cultura e a problemas de saúde.

Em 1970, o MOBRAL entrou em cena atuando em alguns Estados, inclusive no Estado de Minas Gerais. De acordo com Guarato (2001), em menos de um ano foram assinados aproximadamente 81 convênios entre o MOBRAL Central e as prefeituras municipais do Estado de Minas, sendo efetivada cerca de 66.052 matrículas para o curso. Diante da repercussão dos resultados do MOBRAL, foram assinados novos convênios em abril de 1971 entre a Secretaria do Estado de Minas e o MOBRAL Central, em solenidade realizada em Belo Horizonte.

Segundo Guarato (2001), no final do ano de 1971 havia no país cerca de 1.850.162 alunos matriculados nos cursos do MOBRAL, abrangendo uma média de 3.189 municípios, sendo Minas Gerais o Estado com o maior percentual de matrículas. O MOBRAL surgiu no cenário mineiro como um milagre, já que era visto como a possibilidade de mudança na melhoria de vida da população.

De acordo com Soares (1995), o MOBRAL manteve duas coordenações com sedes distintas no Estado de Minas: o MOBRAL Norte, que abrangia o norte do Estado e Belo Horizonte, e o MOBRAL Sul, que incluía toda a área sul da capital mineira, área esta em que eram freqüentes ingerências entre políticos para a obtenção de recursos, bem como a indicação de pessoas para ocupação de cargos no programa.

Dessa forma, percebe-se que a educação de jovens e adultos em Minas Gerais não teve divergências significativas, se for levado em consideração o que ocorreu em âmbito nacional. Observa-se também que os papéis atribuídos à educação de jovens e adultos tiveram roupagens diferentes, e isso ocorreu em conseqüência das transformações sociais, econômicas, políticas e culturais que foram surgindo nos diferentes momentos históricos do nosso país.

Portanto, os principais fatores que desencadearam as mudanças referentes à educação de adultos foram: a euforia do pós-guerra, a influência da UNESCO, a queda do Estado Novo, a convocação de eleições, os debates que antecederam a Lei 4.024/61, o Congresso de 1958, o espírito de desenvolvimento do país, idealizado pelo governo Juscelino Kubitschek, e as ideologias pregadas no período do Regime Militar. Estes foram, sem dúvida, os acontecimentos sócio-políticos responsáveis pelas mudanças ocorridas no campo da educação de adultos no delinear dos tempos.

CAPÍTULO II

AS BALIZAS CURRICULARES, PEDAGÓGICAS, TÉCNICAS E METODOLÓGICAS DO MOBRAL.

A elaboração deste capítulo se deu por meio da análise dos manuais pedagógicos do MOBRAL e tem como objetivo abordar as balizas curriculares, pedagógicas, técnicas e metodológicas adotadas pelo material didático-pedagógico desse projeto. Para tanto, foi consultado referencial teórico concernente ao tema, como também o livro de leitura do aluno, o manual de orientação do professor e livros de módulo complementar.

2.1 **Tecnicismo Educacional e Pedagógico**

O tecnicismo educacional é uma tendência que surgiu no final dos anos 1960, inspirada na teoria behaviorista da aprendizagem e da abordagem sistêmica do ensino. Nessa perspectiva, o que é valorizado não é o professor, e sim a tecnologia, ou a dimensão técnica do processo didático-pedagógico, uma vez que o professor passa a ser um especialista na aplicação de manuais e sua criatividade fica restrita aos limites da técnica utilizada.

De acordo com Araújo (1991), a técnica de ensino sugere tecnicismo, e este, tecnologia que, por sua vez, está associada ao desenvolvimento, e o tecnicismo à modernização. Dessa forma, a modernização, o desenvolvimento e a tecnologia, não podem ser destacados do *para quê* e a *quem* serve.

Para Araújo (1991), em termos pedagógicos, é necessário lidar com outros conceitos-chave que compõem também o universo das preocupações com a dimensão técnica do ensino. Conceitos como: técnica, método, metodologia, processo, procedimento, estratégia, tática, recurso, instrumento, atividade, revestem-se de diferentes concepções de educação.

No decorrer dos anos 1970, o cenário pedagógico assistia a uma expectativa de que os benefícios da tecnificação seriam eficazes no que se refere ao processo de ensino e aprendizagem. Assim, o tecnicismo pedagógico sobreleva as técnicas, os processos e os recursos materiais ligados à dinâmica do ensinar e aprender. Dessa forma, tende-se a enfatizar a autonomia dos recursos técnicos, e a escola tende a ser autônoma no que tange ao processo

social, e suas idéias estão associadas à racionalização, à eficiência e à eficácia, idéias essas que permeiam todos os níveis do ensino (ARAÚJO, 1991).

Segundo Araújo (1991), os fundamentos que denominam o tecnicismo, em termos ideológico e científico, remontam ao início do século XX, com as obras de Taylor e Fayol, com as teorias sobre administração. Posteriormente, tem-se Norbert Winer com sua obra *Cybernetics*, em 1948, Bertalanffy, Bouding e Gagne, com análise de sistema, James Finn, com as concepções de ensino ligadas à utilização de recursos audiovisuais e Skinner, com a psicologia comportamentalista de educação.

Na década de 1960, assiste-se no Brasil à necessidade de recursos humanos, pois estes devem acompanhar a modernização e está a serviço da industrialização. Nesse contexto, surgem várias teorizações e o processo pedagógico escolar busca guiar-se nas teorias psicológicas, sistêmicas, de administração e de comunicação. No entanto, a supervalorização da técnica não é específica do campo educacional, que apenas compartilhou, com os vários setores, os desdobramentos de uma visão tecnocrática. Dessa forma, o tecnicismo é muito maior do que a pedagogia, a técnica pedagógica ou o tecnicismo pedagógico (ARAÚJO, 1991).

De acordo com Araújo (1991), a partir do final dos anos de 1970, o tecnicismo pedagógico começa a sofrer críticas, e essas são justificadas pela incompatibilidade com a teoria histórico-crítica. No tecnicismo o processo pedagógico era concebido como uma racionalidade objetiva, neutra e eficiente, e podendo ser aplicado em qualquer situação. Assim, acreditava-se que, ao justificar o uso de determinadas técnicas ou recurso, haveria sucesso no ensino-aprendizagem do aluno. A técnica de ensino, ao se tornar o componente principal no processo pedagógico, acaba substituindo, mesmo que simbolicamente, o lugar do professor, já que ela se torna em destaque, subjugando professores e alunos.

Diante das análises e críticas feitas por várias dimensões do conhecimento, o tecnicismo pedagógico deixa de ser um paradigma confiável à prática docente. A partir dos anos de 1970, a dimensão técnica no campo pedagógico-escolar é solidificada e, portanto, não ser tecnicista nesse período era constrangedor. Já, no fim da década de 1970 e na primeira metade dos anos 1980, começam a ocorrer críticas acerca do tecnicismo e aí ser tecnicista era motivo de constrangimento.

2.2 Tecnologia Educacional

De acordo com Oliveira e Oliveira (1974), a tecnologia educacional é definida de forma global como um modo sistemático de preparar, implementar e avaliar o processo da aprendizagem e da instrução em seus objetivos específicos, os quais são baseados nas pesquisas de aprendizagem humana e comunicação. No entanto, é necessário empregar recursos humanos e materiais adequados para que a educação se torne mais efetiva.

A tecnologia educacional deve ser vista como uma cadeia de esforços que redirige as atividades de inovação em educação. Assim, o conceito de tecnologia educacional dá ênfase aos aspectos qualitativos e, além disso, procura desenvolver tecnologias no intuito de melhorar aquilo que é sugerido. A tecnologia educacional, sob o enfoque sistêmico, interessa-se pelas relações, atuações e interações das diferentes unidades de educação formal e não formal, dentro e fora do sistema educativo (OLIVEIRA e OLIVEIRA, 1974).

Segundo Oliveira e Oliveira (1974), o sistema instrucional é formado por pessoas e recursos materiais e tem por finalidade mudar as capacidades do aluno, ou de um grupo de estudantes através da aprendizagem. Esse sistema deve propiciar mudanças no que se refere: ao conhecimento, às habilidades, às capacidades psicomotoras e intelectuais, às estratégias cognitivas e atitudes. Sistemas de instrução são apenas um dos subsistemas que compõem o sistema maior englobado na definição de tecnologia educacional, no entanto, constitui a espinha dorsal da mesma. Se for aceita a distinção entre instrução e educação, trata-se aqui de problemas relacionados com a tecnologia instrucional e não aos aspectos de tecnologia educacional.

2.3 Concepção dos Sujeitos

Na pedagogia tecnicista, o professor ocupa uma posição secundária, uma vez que o elemento principal é o sistema técnico de organização da aula e do curso. O professor é orientado por uma concepção mecanicista e, por isso, seus planejamentos e planos de aula são centrados nos objetivos que são operacionalizados de forma minuciosa. No contexto tecnicista, o uso de recursos tecnológicos e audiovisuais sugere uma modernização do ensino.

No MOBRAL é pregado o discurso de que o alfabetizador é um profissional aberto ao diálogo e que deve procurar discutir assuntos referentes à vida cotidiana, como também, trocar idéias e experiências com seus alunos. De acordo com os documentos do MOBRAL:

Estimulando o debate, o alfabetizador estará permitindo, verdadeiramente, a troca de idéias e opiniões sobre assuntos que são parte da experiência de vida dos alunos. Outros assuntos que surgirem, neste momento, poderão, também, ser debatidos (MOBRAL, 1976, p. 3).

Segundo Corrêa (1979), no programa de alfabetização do MOBRAL, o alfabetizador deve ser recrutado no ambiente em que moram os alunos, uma vez que é de suma importância conhecer e valorizar a realidade dos seus alunos. No entanto, percebe-se, através do manual de orientação do professor, que este tem apenas a função de executar os objetivos pré-estabelecidos pelo MOBRAL Central.

Na perspectiva tecnicista, o aluno é visto como um indivíduo que reage aos estímulos de forma a corresponder às respostas esperadas pela escola, ou seja, deve ter êxito e avançar de forma progressiva. Os interesses particulares dos alunos não são considerados, uma vez que o objetivo é o de ajustá-lo ao ritmo de aprendizagem oferecido pelo professor.

O MOBRAL, embora tenha adotado em seu programa uma vertente tecnicista, prega o discurso de que a educação de adultos oferecida por ele

[...] não se limita à transmissão de conhecimento, mas, através da participação ativa de todos, objetiva o aproveitamento constante das experiências de vida, oferecendo, assim, oportunidades concretas de expressão, criação e transformação; esta educação, tendo como base a realidade do indivíduo, pretende ainda proporcionar oportunidades de acesso a outras experiências, inclusive as vividas num contexto cultural diferente do seu, favorecendo um enriquecimento cultural (Corrêa, 1979, p. 279).

De acordo com Corrêa (1979), o MOBRAL propicia aos seus alunos educação para que apliquem de forma prática e imediata, técnicas que os habilitem a ler, escrever e contar, como também capacitá-los para viver melhor em sociedade, já que são induzidos a descobrirem qual é a sua função e o seu papel no tempo e no espaço.

No entanto, Jannuzzi (1979) salienta que o MOBRAL concebe a educação como investimento e preparação de mão-de-obra para o mercado de trabalho. Dessa forma, o MOBRAL utiliza um modelo antidialógico, já que não possibilita a troca de idéias com os profissionais da educação, uma vez que os objetivos a serem atingidos se encontram determinados pelo MOBRAL/Central.

2.4 O Ensino

De acordo com Araújo (1991), a palavra *ensino* tem sua raiz vinculada ao termo *signo*, e o verbo latino *insignire* significa sinalizar em, tornar notável, distinguir, analisar. Em língua portuguesa, sua datação começa a partir do século XIV. Outro termo que também tem

vínculo com o ensino, é *instrução*. Em latim o verbo *instruere*, significa erguer, construir, pôr em ordem, formar. Dessa forma, *instrução* implica uma ação de ordenar, de construir e em língua portuguesa ela é datada no século XVI. Ensinar também significa explicar, esclarecer, tornar claro o que é obscuro. Temos no ensino três modalidades: o mútuo, o individual e o simultâneo.

O ensino *mútuo* ou *monitorial* nasce no final do século XVIII, devido à ampliação da escolarização, passando a substituir o ensino individual predominante até então. A instrução era desenvolvida pelos próprios alunos e monitores sob a direção de um só professor (ARAÚJO, 1991).

Quanto ao ensino *individual*, este implica-se na relação professor/aluno e nessa relação o professor se preocupa em estruturar o ensino em detrimento das necessidades, dos obstáculos, das possibilidades e dificuldades do aluno. Assim, o professor se compromete com o desenvolvimento intelectual e moral do seu aluno (ARAÚJO, 1991).

O ensino *simultâneo* surgiu na educação escolar ocidental desde meados do século XX. A relação professor/aluno se dá mediante a concepção tradicional, ou seja, cabe ao professor transmitir seus conhecimentos a um grupo de alunos. Neste sentido, o professor tem um papel central na atividade de ensino, no entanto, implica uma ação de caráter coletivo, além de reunir as interações em um grupo de alunos (ARAÚJO, 1991).

No que se refere ao programa do MOBREAL, percebe-se que foi priorizado esse tipo de ensino, uma vez que garantia educação a um número maior de pessoas a custos razoáveis. Para Corrêa (1979), O MOBREAL tinha por objetivo oferecer educação às massas populares carentes de instrução do país e, para isso, se fazia necessário um programa em que oferecesse educação em grande escala, ou seja, que atingisse o maior número possível de pessoas no menor tempo possível.

2.5 Métodos

Na Europa, a partir de 1850, vive-se um período de generalização da escola primária, e o Brasil participou desse processo de forma paulatina. De acordo com Araújo (1991), o método implica um norte ao processo educativo no campo das instituições escolares, e requer planejamento prévio e operacionalização do ensino, já que o caminho a ser percorrido não deve imprimir esforços inúteis, ou seja, deve conduzir o educando à aprendizagem. Portanto, o método é visto como um conjunto de processos que se ordenam em vista do ensino e da aprendizagem. Os métodos e as técnicas de ensino estão ligados ao *como*

ensinar, no entanto, isso não é suficiente para se obter bom resultado, uma vez que o *como ensinar* deve estar ligado ao *que se ensina*. Encontram-se a seguir, as teorias sobre os métodos sintéticos e analíticos.

2.5.1 Métodos Sintéticos

O método sintético consiste, fundamentalmente, na correspondência entre o oral e o escrito, entre o som e a grafia. Estabelece associação a partir dos elementos mínimos (que são as letras), em um processo que vai das partes ao todo. A ênfase está na análise auditiva para que os sons sejam separados, estabelecendo assim um elo de ligação entre grafema-fonema (letra-som).

De acordo com Rizzo (1983), o método alfabético tornou-se universalmente aceito, sendo empregado desde a Grécia e Roma antigas até o final da Idade Média. Nesse método, o aluno aprendia primeiro o nome das letras e suas formas (maiúscula e minúscula) na seqüência alfabética. Após a apresentação das letras eram treinadas as sílabas e, posteriormente, estas eram apresentadas formando palavras. O ensino da escrita era paralelo, e dava-se uma ênfase maior à caligrafia das letras. Na aprendizagem do aluno tinha-se como base a repetição e era enfatizado mais o reconhecimento dos sons da palavra do que a apreensão do significado.

O método fônico passou a ser adotado em substituição ao alfabético na busca de superar a dificuldade existente na diferença entre o nome e o som da letra. Nesse método, os sons das letras são ensinados de forma isolada e, posteriormente, são reunidas em sílabas, palavras e, por último, pequenas frases. É considerado um método lógico, por começar o ensino pelos sons das vogais, a forma da letra e a maneira correta de pronunciá-la. Insiste na repetição das vogais e posteriormente introduz as consoantes em uma determinada ordem pré-estabelecida, sendo os sons combinados com cada vogal (RIZZO, 1983).

No que se refere ao método silábico, a sílaba é a unidade fonética para o ponto de partida do ensino da leitura. Sua estratégia é de unir consoante e vogal formando a sílaba, e unir as sílabas para compor as palavras. No método silábico é ensinado o nome das vogais e depois o nome de uma consoante, apresentando em seguida as famílias silábicas por ela composta (RIZZO, 1983).

O programa do MOBREAL utilizou desse método para alfabetizar sua clientela. Para facilitar a aprendizagem da leitura e escrita o alfabetizador deve trabalhar com as palavras geradoras, estando atento aos seguintes passos:

Apresentação e exploração do cartaz gerador; estudo da palavra geradora, depreendida do cartaz; decomposição silábica da palavra geradora; estudo das palavras silábicas, com base nas palavras geradoras; formação e estudo de novas palavras; formação e estudo de frases e textos (Corrêa, 1979, p. 153).

De acordo com Corrêa (1979), a decomposição silábica da palavra geradora, com valorização fonêmica, permite que o aluno fixe de imediato, as estruturas silábicas, além disso, possibilita ao aluno sair de esquemas simples para esquemas mais complexos. Ao decompor a palavra geradora em sílaba, o aluno conhecerá as famílias silábicas correspondentes a essa palavra. Após o conhecimento das palavras silábicas é necessário que o alfabetizador leve o aluno a perceber a função dessas sílabas, para que ele possa formar com essas sílabas novas palavras. A partir do estudo das palavras, o aluno será capaz de formar frases e textos. O manual do alfabetizador salienta a importância de estimular o aluno a se comunicar através da escrita.

[...] O alfabetizador deve sempre estimular o grupo, mostrando que são capazes de escrever as coisas que pensam [...]. Que são capazes, também, de se comunicar com outras pessoas através de cartas, bilhetes, telegramas e outros meios (MOBRAL, 1974, p. 17).

A seguir, encontram-se palavras geradoras com decomposição silábica por ordem de dificuldades, formação de novas palavras e frase presentes nas lições do livro do aluno do MOBRAL.

Figura II - Palavra geradora e decomposição silábica

The image shows two pages from a 1974 student reading book. The left page features a large illustration of a person sitting on a chair, with a small box containing the number '1' and the word 'sapato' written below it. The word 'sapato' is decomposed into its syllables: 'sa pa to'. Below this is a grid of syllable families:

sa	se	si	so	su
pa	pe	pi	po	pu
ta	te	ti	to	tu
a	e	i	o	u

The right page features two illustrations: a armadillo labeled 'tatu' and a frog labeled 'sapo'. Below these are two rows of words formed by combining the syllables from the left page:

sopa	pata	tio	pote
tipo	seta	tapete	ato
popa	tapa	sete	oito

At the bottom of the right page, the sentence 'Tito saiu a pé.' is written.

Fonte: Livro de Leitura do Aluno - MOBRAL, Rio de Janeiro, 1974.

Ao analisar a primeira lição do livro de leitura do aluno do MOBRAL, percebe-se que a palavra geradora é composta pelas famílias silábicas simples, e a lição apresenta uma pequena frase com palavras simples. Tal procedimento é justificado pelo fato de facilitar e estimular a aprendizagem do aluno. Observa-se a seguir uma lição com maior grau de dificuldade.

Figura III - Palavra geradora e decomposição silábica com maior grau de dificuldade

9

queijo
quei jo

	que	qui		
a	e	i	o	u
ja	je	ji	jo	ju

18

janela leque

queimada ajuda quilo quase
moleque máquina toque caqui

A vaca dá leite.
O queijo é feito de leite.
Júlio come queijo e doce de leite.

19

Fonte: Livro de Leitura do Aluno - MOBRAL, Rio de Janeiro, 1974.

Na lição de número nove do livro de leitura, verifica-se a existência de palavras geradoras mais complexas, como também se apresentam frases mais longas e com um grau maior de dificuldade.

O livro do professor, *A palavra geradora e o aprendizado da leitura e da escrita*, traz os passos que o alfabetizador deve seguir. Ao destacar as sílabas, o alfabetizador deve pedir aos alunos que leiam pausadamente a palavra, destacando as sílabas. Por exemplo: a palavra CO-MI-DA deve ser lida pelo professor de forma que o aluno perceba que esta é composta por três sílabas. Após destacar as sílabas da palavra geradora, o alfabetizador acrescenta as demais sílabas de cada uma das famílias. Na família do CO: CA - **CO** - CU; depois a família do MI: MA - ME - **MI** - MO - MU; e finalmente a família do DA: **DA** - DE - DI - DO - DU.

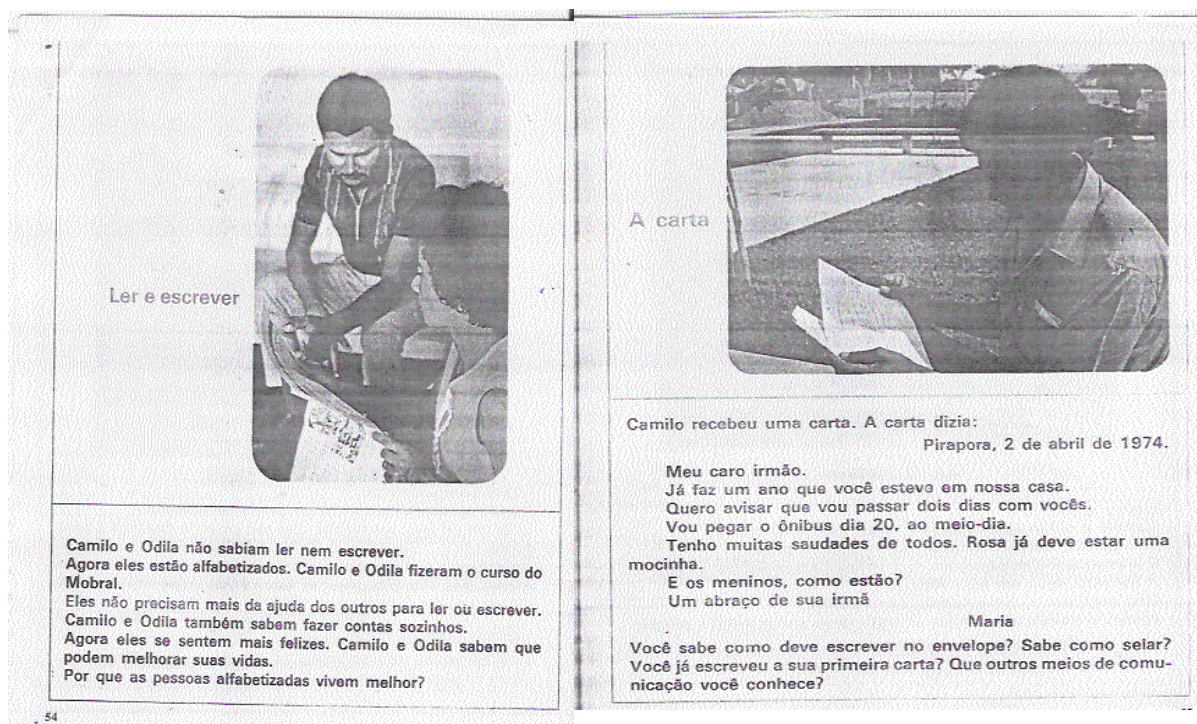
Diante disso, o alfabetizador formará um quadro de descoberta com as famílias silábicas da palavra geradora, pois é a partir dele que os alunos vão unir as sílabas e descobrir novas palavras. Veja no quadro a seguir as famílias silábicas.

Quadro IV - Quadro de Descobertas

CA	CO	CU		
MA	ME	MI	MO	MU
DA	DE	DI	DO	DU

Fonte: Livro do Professor: Módulo Complementar - MOBRAL, Rio de Janeiro, 1974.

O alfabetizador deve apresentar o *quadro de descoberta* aos alunos utilizando o quadro de giz e, logo após, desenvolver atividades em que o aluno perceba que as palavras são formadas por sílabas. Isso levará o aluno a descobrir que, se juntarem algumas dessas, sílabas poderá formar novas palavras. No livro de leitura do aluno do MOBRAL, percebe-se que, no início, são apresentadas pequenas frases; no entanto, estas vão se tornando mais complexas e formando textos no decorrer do curso. A seguir encontram-se os textos no final do livro de leitura do aluno do MOBRAL.

Figura IV - Lição do Livro de Leitura do Aluno

Fonte: Livro de Leitura do Aluno - MOBRAL, Rio de Janeiro, 1974.

A figura apresentada anteriormente mostra que a última página do livro de leitura do aluno traz textos com maior complexidade. Percebe-se que os textos abordam assuntos

referentes à importância da educação, ou seja, discute os benefícios que a educação propicia na vida do ser humano. Encontram-se explicitados a seguir os métodos de palavração, sentencição e contos.

2.5.2 Métodos Analíticos

No método analítico, a leitura é um ato global. Acredita-se no reconhecimento prévio de palavras ou orações; a análise dos componentes é uma tarefa posterior. Não importa a dificuldade auditiva daquilo que se aprende, já que a leitura é uma tarefa predominantemente visual. Propõe-se ainda começar com unidades significativas para os alunos. Encontram-se explicitados a seguir os métodos de palavração, sentencição e contos.

No método de palavração, as palavras são apresentadas em agrupamentos e os alunos aprendem a reconhecê-las através da visualização. As gravuras são acompanhadas das palavras, no intuito de facilitar esse reconhecimento. Há uma preocupação com os detalhes da palavra como sílabas, letras e sons, pois, acredita-se que, posteriormente, será capaz de adquirir autonomia para criar palavras novas (RIZZO, 1983).

De acordo com Rizzo (1983), a sentencição é o terceiro estágio na evolução dos métodos que enfatizam a formação de habilidades de leitura com compreensão. A sentencição tem como objetivo preparar o aluno para perceber unidades menores de sentido, ou seja, as sentenças. O intuito do método é levá-lo a perceber que as sentenças formam o conto. Nesse sentido, procura-se propiciar ao aluno a memorização do texto todo, bem como sua decomposição em unidades menores.

O método de contos, apresenta seqüência de sentenças organizadas em forma de história e atende aos interesses do aluno. Nesse método, decompõe-se pequenas histórias em partes cada vez menores: conto ou texto, sentenças, palavras, sílabas e letras (RIZZO, 1991).

2.6 Técnica de Ensino

De acordo com Araújo (1991), mesmo que se afirme a unidade e a autonomia da dimensão técnica do ensino, sua razão de ser e sua significação devem ter uma relação mútua com o aluno, o professor, o conteúdo, o ensino, a aprendizagem, a educação, como também com a situação sócio-cultural dos alunos e os fins que esta se destina. Tais aspectos são elementos que compõem a prática sócio-educacional e sua importância não pode ser obscurecida pela dimensão técnica.

A técnica de ensino é um componente da racionalidade que procura imprimir o processo pedagógico. Na busca de realizar tal racionalidade, a técnica tem seu lugar como condição necessária, mas não é suficiente, já que favorece e condiciona o próprio processo pedagógico em sua realização concreta. No entanto, essa racionalidade que se busca para o processo pedagógico não é apenas teórica, mas também prática (ARAÚJO, 1991).

Segundo Araújo (1991), o processo da comunicação entre professor e aluno não deve ser totalmente formal, pois isso pode diluir o processo pedagógico e as técnicas de ensino não devem ser concebidas como algo pronto. As técnicas devem estar a serviço do processo de ensino, ou seja, deve-se destinar ao professor e ao aluno e não estes às técnicas. Como a técnica de ensino não se inscreve formalisticamente, ela não é capaz de realizar tudo sozinha, pois é necessário estar encadeada a outras técnicas e aos elementos componentes do processo pedagógico; sendo assim, a técnica tem um caráter de subordinação aos fins e por isso sua significação é relativa.

De acordo com Corrêa (1979), o programa do MOBREAL adotou uma metodologia em que valorizava técnicas de trabalho em grupo, ou seja, as técnicas são direcionadas para o fazer coletivo, o que demonstra trabalho em equipe:

Todo o trabalho metodológico do programa está baseado em técnicas de trabalho em grupo, em ajuda mútua e inserção comunitária. Desenvolvimento pessoal e desenvolvimento comunitário estão intimamente relacionados, um não se fazendo sem o outro (p. 152).

O discurso pregado por Corrêa (1979), é de que o MOBREAL discute, conjuntamente com os sujeitos envolvidos no projeto, as formas mais viáveis para propiciar educação de qualidade a seus alunos. No entanto, sabe-se que no período da ditadura não houve essa abertura para o diálogo, uma vez que nesse contexto os interesses políticos se sobrelevavam aos objetivos educacionais.

2.7 Tecnologias Educativas

As tecnologias educativas são resultantes do desenvolvimento da eletrônica, da ótica e da informática. Elas propiciaram o reaparecimento do método intuitivo, uma vez que privilegiam a dimensão audiovisual. No entanto, não se pode negar sua associação com o método tradicional (ARAÚJO, 1991).

Segundo Araújo (1991), as tecnologias educativas advêm do século XIX, mas é no século XX que ganham maior amplitude. Tais tecnologias se expressam pela sua materialidade, e essa pode ser maior ou menor em termos de complexidade.

De acordo com Corrêa (1979), o MOBRAL utilizou das novas tecnologias no intuito de oferecer ao professor ferramentas necessárias a uma educação de qualidade, com baixo custo a um número maior de pessoas:

O emprego das novas tecnologias permitirá ultrapassar a fase artesanal em que vive a educação que, aliás, jamais sofreu uma Revolução Tecnológica. Passará, assim, do artesanato para a Era Tecnocrônica, que garantirá educação a maior número de pessoas, a custo razoáveis; de boa qualidade e centrada no indivíduo. Reservará ao professor, dessa forma, uma tarefa mais rica e importante que a atual, além de elevar seus salários, limitados hoje por questões econômicas óbvias, mas pouco divulgadas (p. 48).

2.8 Material Didático

O material didático do MOBRAL, com a expansão do PAF, tornou-se necessária, a partir de 1973, uma reorganização administrativa e uma descentralização operacional das atividades, gerando assim, a necessidade de distribuir um material didático padronizado para todo o país.

O MOBRAL distribuiu aos professores e alunos um conjunto didático básico, elaborado de acordo com a metodologia e os princípios do Programa de Educação Integrada. Esse conjunto era constituído dos seguintes materiais: os livros de leitura, de exercícios de linguagem e de matemática para o aluno, o livro do alfabetizador e um conjunto de cartazes geradores para os professores. Jannuzzi (1979) descreve esse material da seguinte forma:

O livro de gravura do professor apresenta um conjunto de vinte cartazes, onde está apresentada a gravura relacionada com a palavra. Estes cartazes são complementados por cartões onde estão impressas só as palavras geradoras, sem a gravura que as representa. Acompanham esse conjunto didático os quadros de descobertas, elaborados com as famílias silábicas de cada palavra geradora. O aluno por outro lado, recebe a cartilha ou o livro de leitura, onde aparece à gravura da palavra geradora, a sua grafia, as famílias silábicas, algumas palavras formadas pela junção dos fonemas geradores. No final de cada lição há as frases-contexto que mostram palavras formadas com fonemas já estudados e ligados semanticamente a palavra geradora. Textos no final do livro de leitura permitem ao aluno entrar em contato com construções mais complexas (p. 63).

Além do material citado anteriormente, os alunos e alfabetizadores recebiam também material didático complementar, sendo esse material constituído de livros de leitura continuada e jornais que serviam de apoio e enriquecimento no processo de alfabetização. A seguir, encontram-se explicitados os tipos de materiais didáticos utilizados pelo projeto MOBRAL.

A cartilha foi um tipo de material didático utilizado pelo MOBRAL, embora sua origem no Brasil seja antiga, uma vez que seu surgimento ocorreu no início do século XVI. As cartilhas vinham de Lisboa, Portugal, para a alfabetização na colônia. A primeira cartilha brasileira foi a *Cartilha de aprender a ler*, de João de Barros, impressa em 1539. No entanto, outras cartilhas foram utilizadas no Brasil: em 1850, Antonio Feliciano de Castilho elaborou o *Método Castilho*, que continha abecedário, silabário e texto de leitura; a *cartilha maternal*, do poeta João de Deus, em 1876; e a *cartilha da infância*, de Thomas Galhardo, publicada por volta de 1880. A partir do final do século XIX, são impressas as primeiras cartilhas de autores brasileiros, mas sua produção só vai se intensificar a partir de 1930 (MENDONÇA e MENDONÇA, 2007).

De acordo com Mendonça e Mendonça (2007), o uso de cartilhas se dá de forma inadequada, uma vez que abordam apenas a codificação (escrita) e a decodificação (leitura) de sinais, esses fatores ocorrem pelo fato de o alfabetizador não ter em sua formação o embasamento da lingüística. Outra crítica colocada a respeito das cartilhas é que não apresentam análise das dificuldades enfrentadas pelos alunos ao aprenderem a ler e a escrever. As cartilhas são planejadas para quem não apresenta dificuldades, seguindo as lições sem interrupção, e quando o objetivo não é alcançado, se recomeça tudo novo, ou seja, desde a primeira lição. As cartilhas apresentam também um tempo determinado e curto para que o aluno aprenda a ler, não levam em conta os obstáculos enfrentados pelos alunos.

Quanto ao programa do MOBRAL, Corrêa (1979) afirma que as cartilhas adotadas são compostas de palavras de curso universal em todo o país, cabendo ao alfabetizador a responsabilidade de enfatizar a tonalidade local do discurso educativo:

[...] nossas cartilhas são construídas com palavras corriqueiras do universo lingüístico brasileiro, ilustradas por cartazes sugestivos, com imagens familiares a todos os alunos. Palavras que se prestam á discussão de seus grandes problemas, pois são retiradas das necessidades básicas do homem (comida, remédio, tijolo, família, etc.), mas que não contêm uma carga de ódio nem são desnecessariamente mórbidas (fome, doença, etc.) (p. 50).

Diante disso, percebe-se que o MOBRAL prega o discurso ideológico de que preocupa com a realidade do aluno, embora seu material seja distribuído de forma padronizada para todo o país.

Até meados do século XIX, os livros de leitura praticamente inexistiam nas escolas. Fontes como relatos de viajantes, autobiografias, romances e ofícios indicam que textos manuscritos, como documentos de cartório e cartas, serviam de base ao ensino e à prática da leitura. Em alguns casos, a Constituição do Império, o Código Criminal e a Bíblia

serviam como manuais de leitura nas escolas. A partir da segunda metade do século XIX, começou com mais frequência a surgir, no país, livros nacionais de leitura destinados, especificamente, às séries iniciais da escolarização. Os livros de leitura teriam a função não só de ensinar, mas também de auxiliar os professores na educação da infância.

Segundo Jannuzzi (1979), o material didático do MOBRAL foi confeccionado por uma equipe central, sendo utilizado em todo o Brasil. Esse material foi elaborado de modo que oferecesse oportunidade ao aluno de caminhar no processo de alfabetização dentro das técnicas analítico-sintética.

De acordo com Corrêa (1979), o livro de leitura adotado pelo programa do MOBRAL objetivava não apenas desenvolver as habilidades de ler, escrever e contar, como também pensar e discutir assuntos referentes a problemas enfrentados pela sociedade, buscando soluções para resolvê-los. Acreditava-se que tal material favorecia a integração do aluno na comunidade, em virtude dos assuntos que aborda. O livro de leitura do aluno não tinha apenas a intenção de fixar as palavras estudadas, mas também incutir no aluno o hábito da leitura de pequenos textos. O manual do professor do MOBRAL salientava a importância da utilização do livro de leitura do aluno:

Os livros de leitura podem ser utilizados em classe, desde o início do programa, isto porque, alguns de seus assuntos enriquecem idéias básicas que são geradas pelo trabalho com os cartazes e as palavras geradoras. Desse modo, a utilização dos livros de leitura, além de desenvolver no aluno as habilidades de ler, de fazer com que ele se habitue a entender informações escritas, ainda permite aprender coisas que poderá por em prática para seu benefício (MOBRAL, 1976, p.3).

Outra justificativa dada pelos dirigentes do MOBRAL em relação ao livro de leitura é de que o aluno deve ter contato com o livro não apenas em sala de aula, pois este, ao levá-lo para casa tem a oportunidade de envolver outras pessoas que vivem com ele. Essas pessoas ao lerem os livros aprendem coisas que o ajudam a resolver problemas do seu cotidiano, já que tais livros abordam assuntos não só de interesse do aluno, mas também de toda a comunidade.

No que diz respeito ao cartaz, Carvalho (1979), afirma que este é um recurso didático que apela para o sentido da visão como fonte de experiência. É importante destacar a importância de levar em consideração o tema ou a mensagem que se pretende comunicar, como também apresentar as ilustrações, os textos e a estética coerentes com os objetivos a serem alcançados. Esse recurso se bem utilizado é considerado valioso no que tange ao trabalho didático do professor.

Esse recurso foi utilizado pelo programa do MOBRAL com o intuito de auxiliar o trabalho do professor em sala de aula. De acordo com Jannuzzi (1979), o cartaz gerador tem o seguinte objetivo:

[...] favorecer a troca de experiências, o enriquecimento informativo e o uso freqüente da palavra geradora. Deve ser discutido até que a palavra geradora seja decodificada, isto é, aprendida na sua significação. Então o que se faz neste primeiro momento é analisar o cartaz gerador, com o objetivo de decodificar a palavra geradora (p. 64).

Para Corrêa (1979), o cartaz gerador deve ser apresentado aos alunos nas primeiras aulas de cada palavra geradora, pois este ajuda o professor na apresentação e exploração dessa palavra que se encontra juntamente com a imagem no cartaz despertando, assim, interesse de participação dos alunos. Nesse sentido, o alfabetizador tem um papel importante no que tange à comunicação e à expressão dos pensamentos e experiências de seus alunos, uma vez que essa técnica gera o debate, que é sistematizado no final da aula pelo professor. Encontra-se na obra intitulada *Leitura Continuada e as Habilidades de Leitura*, publicada pelo MOBRAL e direcionada ao professor, a justificativa de se explorar o cartaz gerador:

Quando o aluno fala ou quando está ouvindo os colegas falarem a respeito de assuntos de um cartaz gerador, ele já está se preparando para entender a palavra geradora que será apresentada após o debate. No momento em que a palavra é lançada, ele começa a aprender a ler essa palavra. Isso porque ela não surgiu ao acaso, foi gerada numa conversa, numa discussão onde ele participou ativamente. Então essa palavra já diz alguma coisa para ele. Tem um significado para sua vida. Não são apenas letras formando sílabas, sem sentido (MOBRAL, 1976, p. 6).

Dessa forma, percebe-se que o cartaz gerador se apresenta como sendo uma ferramenta de suma importância para o professor do MOBRAL no que tange aos recursos disponibilizados em sala de aula.

No que se refere ao manual de orientação do professor, Mendonça e Mendonça (2007) afirmam que esse surgiu por volta de 1944, com a função de orientar o professor quanto ao correto uso do material didático-pedagógico.

No que se refere ao manual do professor do MOBRAL, percebe-se que orienta e direciona os objetivos terminais que o professor deve atingir com seus alunos. Nesse sentido, o prefácio do manual do professor escrito pelo presidente do MOBRAL Central, Arlindo Lopes Corrêa, revela quais são os objetivos pretendidos pelos dirigentes do MOBRAL. Para Corrêa, o trabalho do professor deve:

[...] voltar-se para a consecução de tais objetivos, sendo o aluno considerado apto, na medida em que demonstrar o domínio de conhecimentos/habilidades/attitudes sob a forma de objetivos terminais em cada área de estudo. Pretendemos com esta publicação ajudá-lo a selecionar as atividades de ensino e facilitar o processo instrucional de sistematizar e ordenar aptidões e conhecimentos que o aluno adquiriu com a vida (MOBRAL, p. 1978).

No manual do professor do MOBRAL, os objetivos a serem atingidos vêm explicitados de forma separada através da área de conhecimento. Nesse sentido, o MOBRAL priorizou as seguintes áreas: comunicação e expressão, matemática, integração social, ciências físicas e biológicas e educação para o trabalho.

Na área de comunicação e expressão os objetivos terminais que o professor deve atingir com seus alunos em sala de aula são:

Identificar as várias formas de linguagem como instrumento de expressão e comunicação, utilizando-as; demonstrar o domínio da expressão oral e escrita, traduzindo idéias, pensamentos e sentimentos em frases organizadas; demonstrar o domínio da leitura, aplicando as habilidades de compreensão do material lido a textos informativos e recreativos; identificar o sentido das palavras, empregando-as de acordo com o contexto; demonstrar a habilidade de pronunciar e representar por escrito as palavras da língua portuguesa, apontando a diversidade regional da fala e a unidade nacional da ortografia; demonstrar o domínio da entonação e pontuação e demonstrar o domínio da estrutura da língua, identificando os seus elementos e relações (MOBRAL, 1978, p. 4-15).

O ensino da matemática oferecido pelo programa do MOBRAL traz no manual do professor os seguintes objetivos:

Demonstrar domínio da leitura e escrita de números; demonstrar domínio na realização de operações com números naturais, aplicando as regras operatórias em situações de vida prática; demonstrar domínio no uso das propriedades dos números naturais e suas aplicações; demonstrar domínio no uso dos números racionais; identificar as unidades de medidas, empregando-as em situações de vida prática (MOBRAL, 1978, p.21-29)

De acordo com Corrêa (1979), no programa do MOBRAL, o ensino de matemática é paralelo ao da leitura e escrita, e o professor deve ter como ponto de partida o conhecimento prévio do aluno, para depois sistematizá-los e ampliá-los.

Na disciplina de integração social o manual do professor do MOBRAL objetiva levar seus alunos a conhecer os direitos e deveres das instituições: escola, igreja e família, uma vez que acredita na ação conjunta de tais instituições no que se refere ao bem estar do indivíduo e da comunidade. Nessa área de conhecimento o programa do MOBRAL oferece conteúdos relacionados às disciplinas conhecidas atualmente como geografia e história. Os objetivos propostos no manual do professor demonstram a preocupação em levar o aluno a

assimilar os conhecimentos básicos dessa disciplina, como também conhecer seus direitos e deveres perante a sociedade.

Em ciências físicas e biológicas, percebe-se que seus objetivos estão mais direcionados para a vida no campo, uma vez que enfatizam a importância de utilizar corretamente as riquezas e produtos gerados através do solo e subsolo.

No que se refere à educação para o trabalho, o MOBRAL se propõe levar o aluno a perceber a importância do trabalho humano enquanto meio de promoção pessoal, propiciando-lhe conhecimentos acerca dos direitos e deveres do trabalhador. Objetiva também inculcar nos alunos a mentalidade de que a aprendizagem e o aperfeiçoamento profissional devem ser contínuos, uma vez que favorecem o desenvolvimento econômico e social da sociedade. Segundo Corrêa (1979):

Pretende-se com este programa, na verdade, não uma qualificação profissional no seu sentido mais formal, e sim uma disseminação de técnicas e atitudes para o trabalho que permitam ao aluno uma iniciação profissional. Evidencia-se, geralmente, a preocupação com a elevação do nível de cultura técnica do povo brasileiro (p. 307).

O programa de educação do MOBRAL tem equivalência nas quatro primeiras séries do ensino fundamental. Tendo em vista os objetivos terminais estabelecidos pelo MOBRAL Central, percebe-se que este propunha aos seus alunos os conhecimentos básicos da aprendizagem, o que lhes possibilitaria continuar os estudos no sistema regular de ensino após o término do curso. No entanto, sabe-se que o programa do MOBRAL foi fixado com uma duração de 5 meses, com 2 horas diárias de aula, tempo considerado curto pelos alfabetizadores, uma vez que tais objetivos requeriam um tempo maior.

De acordo com Corrêa (1979), o roteiro de orientação do alfabetizador é considerado como um meio de capacitação, uma vez que apresenta a teorização sobre educação de jovens e adultos, juntamente com os objetivos a serem seguidos pelo programa em uma linguagem simples e acessível.

Outro recurso didático muito utilizado em sala de aula é o quadro-negro, ou quadro-de-giz. Esse recurso é considerado um dos meios auxiliares de ensino mais empregado, e sua utilização em sala de aula é feita a mais de um século. Apesar de seu uso ter sido difundido universalmente, grande parte dos professores não sabem retirar dele o máximo proveito, uma vez que desconhecem os fins a que se presta. Esse recurso é considerado barato e econômico, por isso da sua acessibilidade. O quadro-de-giz pode ser confeccionado de ardósia e, na maioria das escolas é geralmente pintado de verde e usa-se giz branco, embora

pesquisas revelem que o ideal seja utilizar quadro cor de marfim e giz azul escuro (CARVALHO, 1979).

O quadro-negro, ou quadro-de-giz, foi um recurso bastante utilizado pelo alfabetizador do MOBRAL, uma vez que os conteúdos são apresentados de forma expositiva aos alunos, o que o torna indispensável em sala de aula.

O projeto MOBRAL adotou também como recurso para facilitar à aprendizagem do aluno o quadro de descobertas, em que apresentava as palavras geradoras. De acordo com Corrêa (1979), tais palavras foram selecionadas pelo programa do MOBRAL a partir das necessidades básicas do ser humano, o que garante o interesse e envolvimento do aluno. Essas palavras têm uso universal em todas as regiões do país. Além disso, o programa teve a preocupação com a pertinência semântica em relação ao mundo físico e psíquico de seus alunos, uma vez que levava em conta o contexto social e profissional do aluno. No manual do professor o uso da palavra geradora tem a seguinte justificativa:

Ao trabalhar com a palavra geradora, o alfabetizador deve auxiliar o aluno nas possíveis dificuldades para que este tenha a oportunidade de aprender a ler e escrever, expressar suas idéias e aumentar os conhecimentos que podem ser úteis em sua vida (MOBRAL, 1976, p. 18).

No material didático do MOBRAL, as palavras geradoras apareciam em ordem crescente de dificuldade, partindo das mais simples para as mais complexas, pois acreditava-se que isso facilitava e estimulava a aprendizagem do aluno. Encontra-se no quadro abaixo as palavras geradoras utilizadas em cartaz gerador pelo programa do MOBRAL.

Quadro V - Estudo da Palavra Geradora

NECESSIDADES BÁSICAS	PALAVRAS GERADORAS
EDUCAÇÃO	ESCOLA/PROFESSORA
SAÚDE	REMÉDIO/VACINA
ALIMENTAÇÃO	COMIDA/PANELA/COZINHA
HABITAÇÃO	TIJOLO/CASA
LAZER	RÁDIO/FUTEBOL/VIAGEM
TRABALHO	TRABALHO/MÁQUINA
PREVIDÊNCIA SOCIAL	HOSPITAL/TRABALHO/UNIÃO
VESTUÁRIO	SAPATO/PLÁSTICO
LIBERDADES HUMANAS	VIDA/FAMÍLIA/VIDA/AMOR

Fonte: Corrêa (1979), p. 154.

As palavras do quadro acima são trabalhadas pelo alfabetizador da seguinte forma: no primeiro momento, o alfabetizador apresenta aos alunos as palavras consideradas como necessidades básicas e sua exploração se dá através do cartaz gerador e do significado da palavra. À medida que o aluno desenvolve sua capacidade de leitura o alfabetizador vai apresentando as palavras geradoras, partindo das formas mais simples para as mais complexas.

De acordo com Corrêa (1979), o MOBRAL ofereceu aos seus alunos uma educação verdadeiramente conscientizadora, uma vez que propiciou a eles uma concepção de homem e de sociedade pautada em princípios democráticos, além de oferecer qualidade de vida à população carente:

Nestes quase sete anos de trabalho intenso, jamais deixamos de nos indagar se a Instituição estava realmente cumprindo sua missão de contribuir para o desenvolvimento do país e para a melhoria da qualidade de vida da população brasileira mais carente. Nunca, também, sentimos qualquer dúvida acerca da resposta, pois o MOBRAL, mesmo analisado do ponto de vista mais severamente crítico, é uma realização sem precedentes na área social, pelo seu dinamismo, pelo engajamento dos que nele trabalham, pela eficiência e eficácia de sua atuação (p. 49).

Embora o presidente do MOBRAL Central, Arlindo Lopes Corrêa, pregasse o discurso de que o projeto MOBRAL adotou um material didático-pedagógico com base democrática, percebe-se que esse discurso teórico não condiz com a prática, uma vez que

sabe-se que o MOBRAL foi desenvolvido no período do regime militar, período esse em que a participação popular foi suprimida. Jannuzzi (1979), salienta que

Esse método antidialógico é adequado as finalidades de trazer todos ao “está sendo” escolhido, uma vez que não permite jamais questioná-lo, que não o analisa, que não parte da realidade do universo vocabular que exprime o modo de ver o mundo segundo o alfabetizando [...]. Não tem interesse de captar o pensamento-linguagem do povo, mas dar o significado que existe, que foi previamente determinado. Os momentos de horizontalidade que permite, também são adequados, porque feitos ao nível da ação são meios de concretizar mais facilmente os objetivos prefixados (p. 66).

Portanto, o material didático-pedagógico adotado pelo MOBRAL traz uma concepção de educação pautada em bases não democráticas, já que não deu a oportunidade de participação dos profissionais da educação em seu projeto educacional. Ao analisar o material didático, verifica-se, principalmente no manual de orientação do professor, que os objetivos terminais estão pré-estabelecidos, cabendo ao alfabetizador apenas a função de colocá-los em prática, pois tal manual tem o objetivo de instruir e dirigir o trabalho docente. Diante dos objetivos terminais, o alfabetizador deve seguir as dicas pré-determinadas a fim de que não haja erro, ou seja, se o professor seguir os caminhos determinados pelos dirigentes do MOBRAL, certamente os objetivos estabelecidos serão atingidos.

Dessa forma, o material didático-pedagógico do MOBRAL revela a preocupação em oferecer ao seu aluno apenas as habilidades básicas da leitura e escrita, embora pregue o discurso de que propicia ao aluno uma educação capaz de transformar a situação sócio-econômica de sua clientela.

Assim, fica explícito que o material oferecido pelo MOBRAL traz o discurso ideológico de que propicia a elevação do nível sócio-econômico dos alfabetizados, uma vez que estes têm a oportunidade de adquirir novos conhecimentos, o que lhes possibilita melhores condições de vida. O MOBRAL salienta também a responsabilidade individual no que tange ao êxito ou fracasso pessoal, pois tal estratégia diminui os riscos de uma possível contestação no que diz respeito à efetivação desse discurso. No entanto, sabe-se que esta é uma visão parcial da realidade, já que a simples alfabetização pouco influenciará na vida dos indivíduos.

CAPÍTULO III

O CONTEXTO EDUCACIONAL DE PATOS DE MINAS/MG: DO SÉCULO XIX AOS ANOS DE 1970

Este capítulo apresenta o contexto educacional do município de Patos de Minas/MG, desde o início de seu povoamento em 1737 até 1970, como também analisa as ações do MOBREAL enquanto política pública, implantada no município em um período histórico determinado (regime militar). Nesse sentido, procura-se compreender o MOBREAL como um movimento organizado de forma hierárquica e com objetivo de elaborar e disseminar concepções de mundo, de homem e de educação, de acordo com os ideais almejados pela sociedade dominante, ideais que estão intimamente ligados ao sistema político e econômico do país.

Patos de Minas iniciou seu povoamento em 1737, com a abertura da picada de Goiás e, posteriormente, com a concessão das sesmarias ao longo de seu trajeto. Essas sesmarias foram concedidas aos abridores de picada com o intuito de fundarem pousos para as tropas, proporcionando assim segurança para os viajantes.

De acordo com Mello (1971), o governo da capitania de Minas Gerais foi concedendo sesmarias ao longo da picada de Goiás, e de outras que ligavam Pitangui a Paracatu, e que eram concedidas àqueles que desejavam fixar-se na região, iniciando assim o seu povoamento. Os primeiros habitantes brancos ao chegarem no território patense encontraram negros que haviam fugido das senzalas de Paracatu e Goiás, os quais viviam do cultivo de milho, arroz e gado roubado. O dismantelamento desses quilombos se iniciou em 1768, com a chegada de Afonso Manoel Pereira, que foi beneficiado por uma carta de sesmaria, a qual requeria três léguas de terras para estabelecer fazenda de gado *vacum e cavalari*. A concessão dessa sesmaria se deu no dia 29 de maio de 1770, pelo Conde de Valadares, José Luiz Sayão, secretário do governo de Minas Gerais. Com isso, o requerente assumia o compromisso de, dentro de um ano, demarcar judicialmente as terras, notificando os vizinhos e confrontantes, além de povoar e cultivar essas terras no prazo de dois anos, resguardando os rios navegáveis para uso público e não se apropriar demasiadamente de suas vertentes e logradouros.

O patrimônio, denominado *Os Patos*¹⁴, foi doado a Santo Antônio, em 1826, por Antônio Joaquim da Silva e sua esposa, Luíza Corrêa de Andrade. Na época, *Os Patos* contava com aproximadamente 700 habitantes, conforme mostra o censo da província de Minas Gerais de 1834. No ano 1832, foi baixado o edital pela câmara de Paracatu, criando o distrito de Santo Antônio da Beira do Paranaíba, que passou a ser o nome da antiga povoação Os Patos, o qual iniciou sua vida autônoma apenas em 1868 (BRITO, 1999).

Segundo Fonseca (1974), em 1866, criou-se a vila Santo Antônio dos Patos, a qual pertencia à comarca de Paracatu, sendo institucionalizada através da Lei 1.291, que estabeleceu em seu art. 3º que a vila se instalaria quando fosse criada a cadeia e a casa da câmara. Santo Antônio dos Patos, passou à categoria de cidade, através da Lei nº 23, de 24 de maio de 1892. Em relação ao nome da cidade, ocorre novamente mudança, passando a se chamar Patos, e em 1945, oficializa-se como Patos de Minas. A economia de Patos resumiu-se, por muito tempo, à cultura do milho, feijão, cana e gado, já que seu avanço industrial era barrado pela falta de eletricidade e água encanada, uma vez que estas foram inauguradas apenas em 1915. Patos de Minas destacou-se pela produção de trigo em 1930, porém, não houve sucesso com essa cultura. O Rio Paranaíba apresentava-se como uma barreira natural no município, pois a maior parte do seu percurso não era navegável, cuja travessia em barcas era difícil, o que dificultava o escoamento e, conseqüentemente, o desenvolvimento da região. Diante de tais dificuldades foi construída a primeira ponte de madeira e apenas em 1926 inicia-se a construção da ponte atual. No que se refere às primeiras estradas, estas foram construídas em 1872; no entanto, a primeira rodovia pavimentada para o escoamento da produção foi inaugurada somente em 1972, tendo, desse modo, 100 anos de espera.

Com relação à educação em Patos de Minas, Fonseca (1974) salienta que, no início do século XX, havia cerca de 30 mil habitantes; no entanto, estes indivíduos não podiam-se vangloriar da instrução que era oferecida, uma vez que ela beneficiava em sua grande maioria as classes mais favorecidas, apesar de que o governo da província tivesse oficializado o ensino em 1853, quando criou uma cadeira de instrução primária na freguesia de Santo Antônio dos Patos. Isso não foi suficiente para solucionar o problema da instrução popular. Para o referido autor, o governo da província dava pouca atenção ao ensino em regiões de menor densidade demográfica, por haver uma grande distância separando os habitantes e também pela falta de mestres capazes de preencher as exigências pré-estabelecidas. Quanto à instrução feminina, observa-se que esta era relegada a um plano

¹⁴ Deu-se o nome Os Patos por haver bandos de palmípedes, habitados em lagoas, alagadiças e cursos d' água da região (Mello, 1971).

secundário, uma vez que, nessa época, cabia às mulheres apenas as habilidades de costurar, bordar e cozinhar, educação esta que se dava no próprio âmbito familiar.

Segundo Mello (1971), a elevação à categoria de cidade, em 1892, intensificou a vida política local, já que a promulgação de leis e resoluções tinham o intuito de dotar a cidade de melhorias, quanto à modernização e ao progresso, fugindo assim, do isolamento em todos os âmbitos sociais. Em Patos de Minas, no início do século XX, desenvolveu-se um espírito progressista, o qual se estruturou no apelo da ampliação da instrução, da comunicação, dos transportes, do abastecimento de água e da saúde pública. As políticas públicas da época assentavam-se no ideário progressista, e em sua direção política haviam grupos hegemônicos locais que passaram a ser os guardiões do processo de urbanização, não permitindo, assim, a participação de outros seguimentos sociais.

Nesse contexto marcado pela busca do progresso, a educação escolar tem um papel relevante, uma vez que civiliza os alunos, já que seus objetivos é o de adequá-los às exigências estabelecidas pela nova sociedade. Vale lembrar, também, que no início do século XX havia um percentual bastante alto de analfabetos no país (80% da população), o que significava para os republicanos um atraso no que tange ao progresso. Portanto, nota-se que esse discurso se fazia presente também nessa região, uma vez que a educação era vista de forma positiva não só em âmbito nacional.

De acordo com Fonseca (1974), a situação educacional em Patos de Minas, até o início do século XX, era bastante precária, pois havia poucas escolas instaladas. Em 04 de junho de 1917, instalou-se, finalmente, o Grupo Escolar Marcolino de Barros, sendo que a instalação desse estabelecimento de ensino foi considerada como um acontecimento notável na história da instrução primária da cidade, uma vez que simbolizava o avanço para o progresso.

Em 1929, foi fundado em Patos de Minas o Instituto Sul-Americano, com curso ginásial que foi oficializado em 1930. Esse Instituto teve duração efêmera e ao encerrar suas atividades, serviu enquanto estabelecimento oficial para a escola Normal Oficial, que foi a pioneira do ensino médio na cidade.

A Escola Normal Oficial, hoje Escola Estadual Professor Antônio Dias Maciel foi criada pelo Decreto nº 10310, de 02 de Abril de 1932. Esse estabelecimento de ensino funcionou durante algum tempo em um casarão na praça Antônio Dias, transferindo-se definitivamente para sua sede própria em 1933. De sua fundação até 1962, a escola funcionou com classes mistas e daí em diante foi oferecido apenas para o sexo feminino. Por essa escola,

passaram ilustres filhos da terra, era um estabelecimento de alta funcionalidade e imponência arquitetônica (MELLO, 1971).

Em 1939, foi criado o Ginásio Municipal de Patos de Minas, sendo designado, posteriormente, Ginásio Benedito Valadares. Este estabelecimento passou a funcionar oficialmente a partir de 1940, e foi o segundo estabelecimento de ensino secundário de Patos de Minas. A aprovação desse ginásio se deu após muito esforço do Dr. Anair Santana; no entanto, os atritos com as autoridades da época fizeram com que o mesmo regressasse a Belo Horizonte, ficando o ginásio entregue aos padres sacramentinos de Nossa Senhora. Após a chegada das irmãs sacramentinas em Patos de Minas no ano de 1945, o estabelecimento passa por uma radical transformação e em 1947 foi criado o curso normal. No ano de 1948, o nome do estabelecimento mudou para Escola Normal e Ginásio Nossa Senhora das Graças e, desde então, vêm sendo feitas várias reformas, como também passou a ser considerado um dos melhores do Alto Paranaíba.

Compõe ainda o cenário educacional de Patos de Minas: o Grupo Escolar Santa Terezinha, fundado em 1947; o Grupo Escolar Professor Modesto, em 1954; a Escola Técnica Pio XII, no ano de 1956, iniciando suas atividades com o 1º ano do Curso Básico e o 1º Curso Técnico de Contabilidade; criou-se o Grupo Escolar Cônego Getúlio, em 1958; surgiu, em 1959, o Colégio Municipal de Patos de Minas, criado pela Lei 4/59, cujo objetivo era oferecer curso científico que ainda não existia na cidade, embora já houvesse outros estabelecimentos de ensino secundário. Foi criado também, em 1959, o Grupo Escolar Monsenhor Fleury, que iniciou suas atividades como escolas reunidas; em 1964, foram criados os Grupos Escolares Cel. Osório Dias Maciel e Adelaide Maciel; no ano de 1965, instituiu-se o Grupo Escolar Abner Afonso, que foi instalado em prédio próprio e funciona em três turnos; e, por fim, instala-se em 1971, a Escola Estadual Polivalente D^a. Elza Carneiro Franco (MELLO, 1971).

Diante dos dados acerca da educação em Patos de Minas, percebe-se que, a partir dos anos de 1950 até a 1970, foi criado um número considerável de escolas públicas que ofereciam educação básica no município. A partir de 1960, a população estudantil secundária de Patos de Minas sentia a necessidade de uma instituição superior o que facilitaria a vida dos estudantes que desejavam prosseguir seus estudos, sem problema de êxodo. Diante disso, a população patense buscou através de pareceres e decretos, atingir esse objetivo. Porém, tal objetivo foi realizado somente em 1970, quando o presidente Médici autorizou, através do Decreto nº 66.443, o funcionamento da primeira faculdade em Patos de Minas, a de Filosofia Ciência e Letras (FEPAM). A autorização desse decreto fez com que o povo patense vibrasse de satisfação, pois estaria concretizando o tão esperado e almejado sonho.

Portanto, ao analisar o panorama educacional público e privado de Patos de Minas/MG, fica evidente o nítido direcionamento à classe média local desde as primeiras letras até os níveis mais elevados, uma vez que as classes populares ficaram à mercê da elite dirigente, que preocupou apenas em atingir seus objetivos para que pudessem continuar no poder.

3.1 As Ações do MOBRAL no Município de Patos de Minas/MG (1970 - 1980)

O MOBRAL, foi criado pela Lei nº 5.379, de 15 de dezembro de 1967, porém, sua implantação no município de Patos de Minas ocorreu em setembro de 1970, demorando portanto, quase três anos para que fosse desenvolvido. Aos 17 de setembro de 1970 foram inauguradas oficialmente as aulas do MOBRAL no auditório da Rádio Clube de Patos de Minas. Estavam presentes nessa cerimônia as autoridades locais, os clubes de serviços e representantes da Igreja Católica. Esse projeto, se iniciou em janeiro de 1970 em caráter experimental, sendo oferecido inicialmente para trinta e duas cidades, e a partir de setembro do mesmo ano começou sua operação em grande escala.

O jornal Folha Diocesana de Patos de Minas, do mês de janeiro de 1970, traz um artigo em que relata as ações do MOBRAL em termos nacionais, o que mostra o acesso dessas discussões na região, ou seja, tais discussões eram feitas em âmbito nacional, porém, havia uma repercussão em âmbito local:

Trinta e duas cidades foram selecionadas pelo plano que o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), do Ministério da Educação e Cultura, deverá realizar em 1970, visando a beneficiar 1 milhão e 300 mil brasileiros entre adolescentes e adultos de preferência na faixa dos 14 aos 30 anos de idade. Para a execução do programa, o MOBRAL precisará de uma dotação calculada em torno de NCr\$ 57,6 milhões. A escolha das cidades foi feita após longos estudos e pesquisas por parte de setores técnicos do MEC. O Projeto de 1970 deverá ter caráter experimental, levando em conta métodos funcionais aplicados pela UNESCO em vários países, levando-se de todos os canais de comunicação de massa e do ensino tecnicamente organizado (Alfabetização em 32 cidades em 70. Folha Diocesana. Patos de Minas, 8 de jan. 1970, nº 537, p. 06).

O MOBRAL foi um programa que se preocupou em divulgar suas ideologias tanto no âmbito nacional quanto local. É possível perceber tais dados a partir da análise feita nas reportagens dos jornais que circulavam em Patos de Minas nesse período. Tais jornais propagavam o discurso em prol da erradicação do analfabetismo através do MOBRAL. Esse programa, começou a ser divulgado através da imprensa patense, a partir de janeiro de 1970,

período este, em que iniciou-se em caráter experimental, e daí em diante o Movimento passou a ser divulgado constantemente nas páginas dos jornais *Folha Diocesana* e *Correio de Patos*.

Após a efetivação do Movimento em Patos de Minas, o prefeito, Ataídes de Deus Vieira, marcou reunião para eleger a comissão do MOBREAL em nível municipal, a fim de que logo após pudesse dirigir-se a Belo Horizonte para assinar o convênio com o MOBREAL Cental. Além disso, foi divulgado em nota que toda a comunidade teria participação ativa no que se refere à erradicação do analfabetismo, como também os clubes e associações religiosas. O jornal *Folha Diocesana*, traz uma nota informando a população patense a data de eleição da Comissão Municipal do MOBREAL (COMUM), e a assinatura de convênio em Belo Horizonte:

Deverá ser eleita na próxima semana a Comissão do Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBREAL no âmbito Municipal. A reunião especificará as bases de instalação do Movimento, e logo após seguirão para Belo Horizonte o Prefeito Ataídes de Deus Vieira e o Presidente eleito, para a assinatura do convênio, a ter lugar dia 3 de setembro, às 10 horas. Ainda com relação ao MOBREAL, podemos informar que participarão do mesmo, para alfabetização em massa, entidades representativas de todas as classes locais, bem como clubes de serviço e associações religiosas (MOBREAL. *Folha Diocesana*. Patos de Minas, 27 de ago 1970, nº 570, p. 01).

O MOBREAL se estabeleceu através de Comissões Municipais, as quais se constituíam principalmente por voluntários e líderes locais. Cada (COMUM) tinha autonomia para preencher funções e desenvolver as atividades de alfabetização, porém, essa autonomia dependia do sucesso ou insucesso dos resultados obtidos. A seguir, encontra-se um quadro com os nomes das pessoas que compuseram a Comissão Municipal de Patos de Minas e os cargos que ocupavam:

Quadro VI - Comissão Municipal de Patos de Minas/ 1970

Presidente do MOBREAL de Patos de Minas	Fábio Helvécio Ferreira Borges
Secretária Executiva	Ermelinda Artiaga de Sousa
Coordenadora Geral	Filomena de Macedo Melo
Supervisora de Área	Zilda Maria França
Supervisora Seccional	Maria Imaculada Canedo
Encarregados dos Assuntos Financeiros	Floriscena Fonseca e Arnaldo Ribeiro
Auxiliares	Maria Faustina e Clelia Vieira Porto

Fonte: MOBREAL, s/d

Diante dos dados obtidos, percebe-se que os funcionários do quadro anterior sofreram mudanças em 1973 nos seguintes cargos: Presidente- Ermelinda Artiaga de Sousa; Secretário Executivo- Dácio Pereira; e Supervisora de Área- Maria Alves Pedra.

Diante da documentação analisada, verifica-se que o MOBRAL em Patos Minas tinha uma estrutura hierárquica inegável e seus cargos foram ocupados por indicação de lideranças locais. Esse tipo de prática é percebida não apenas nos cargos mais elevados, mas também no cargo de professores, uma vez que estes não passavam por processo seletivo para atuar nessa área.

A partir das informações dadas pelas ex-professoras acerca dos critérios utilizados para selecionar os professores do MOBRAL, verifica-se que a seleção era feita pela professora da Escola Normal, Filomena de Macedo Melo, que ocupava também, o cargo de Coordenadora Geral da Comissão Municipal. O critério que ela utilizava era o de considerar a candidadata como uma boa aluna e, essa aluna deveria estar cursando o 2º ano do Ensino Normal (magistério). Portanto, pode-se constatar que esse cargo era ocupado através de indicação da COMUM, já que não havia processo seletivo para contratar os professores. A esse respeito, a ex-professora do MOBRAL, faz o seguinte comentário:

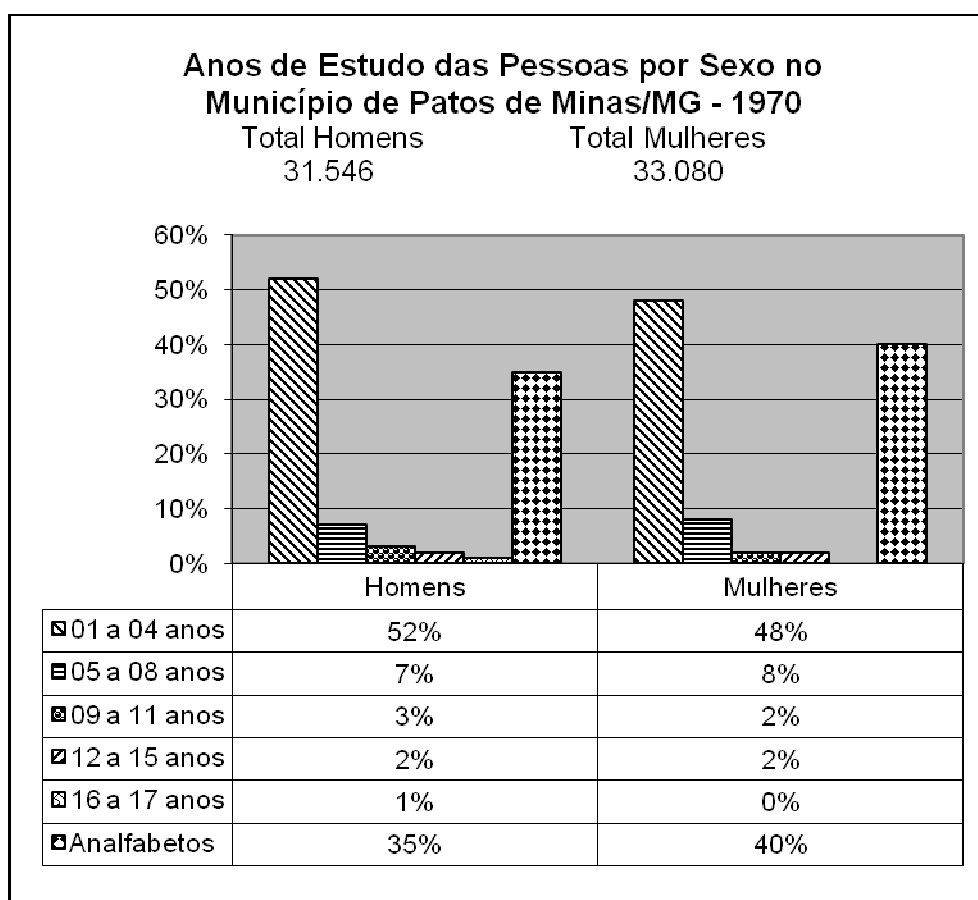
Bom, elas tinham que estar cursando o Curso Normal, tinha que estar no 2º ano, tinha que ter um bom rendimento escolar, ser as melhores alunas da turma, tinha que ter um bom comportamento moral dentro e fora da sala de aula[...]. Geralmente a Dona Filomena, era quem escolhia. Então, ela fazia a seleção dessa forma (Luzia: ex-professora do MOBRAL).

De acordo com Haddad (1991), o MOBRAL, ao utilizar-se de professores leigos, gerou um problema, pois, oferecia um ensino de baixa qualidade àqueles com menos prestígio social, o que contribuiu para que o ensino oferecido pelo MOBRAL fosse visto de forma precária, ou seja, de má qualidade. Diante das entrevistas realizadas foi possível perceber, através do perfil das ex-professoras do MOBRAL de Patos de Minas, que elas não tinham experiência profissional, como também uma boa qualificação, uma vez que eram alunas iniciantes no curso normal.

No entanto, se for analisado o contexto em que se encontrava o município de Patos de Minas no início dos anos de 1970, verifica-se que não poderiam haver professores atuando no MOBRAL com o ensino superior, já que a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FEPAM) de Patos de Minas foi criada em 1970. Além disso, era necessário, no mínimo, três anos para formar a primeira turma.

No início dos anos de 1970, o município de Patos de Minas contava com um número expressivo de instituições escolares públicas que ofereciam educação básica, porém, o índice de analfabetismo ainda era acentuado. Assim, o surgimento do MOBRAL traz a esperança para os indivíduos analfabetos que buscavam a sua qualificação e, conseqüentemente, uma melhor qualidade de vida. Os dados do IBGE mostram, através de gráficos, a triste realidade no âmbito educacional do município de Patos de Minas em 1970 conforme quadro abaixo:

Figura V - Anos de Estudo das Pessoas por Sexo no Município de Patos de Minas/MG

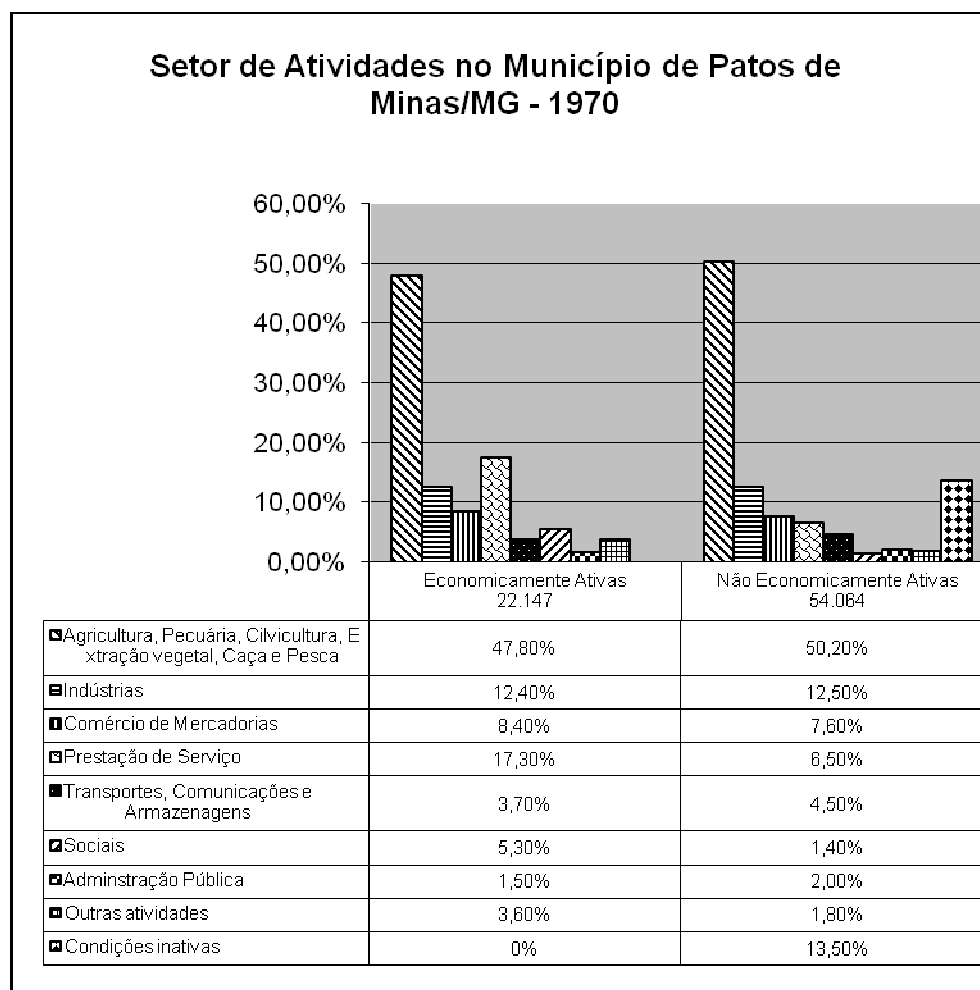


Fonte: IBGE - Censo demográfico - MG/1970

Percebe-se, através do gráfico acima, que em Patos de Minas, no início dos anos 1970, havia ainda um percentual elevado de pessoas sem instrução ou apenas com as séries iniciais do ensino fundamental, somando mais de 80% da população entrevistada. Isso se apresenta como um fator agravante no que se refere ao desenvolvimento e progresso da região, uma vez que a educação é vista como fator primordial no que concerne a tais conquistas.

Diante dos dados obtidos no IBGE, verifica-se o quanto a educação está intimamente ligada ao setor de atividades, uma vez que o gráfico a seguir mostra um percentual bem menor da população entrevistada ocupando setores que exigem um grau de escolaridade mais elevado.

Figura VI - Setor de Atividades no Município de Patos de Minas/MG



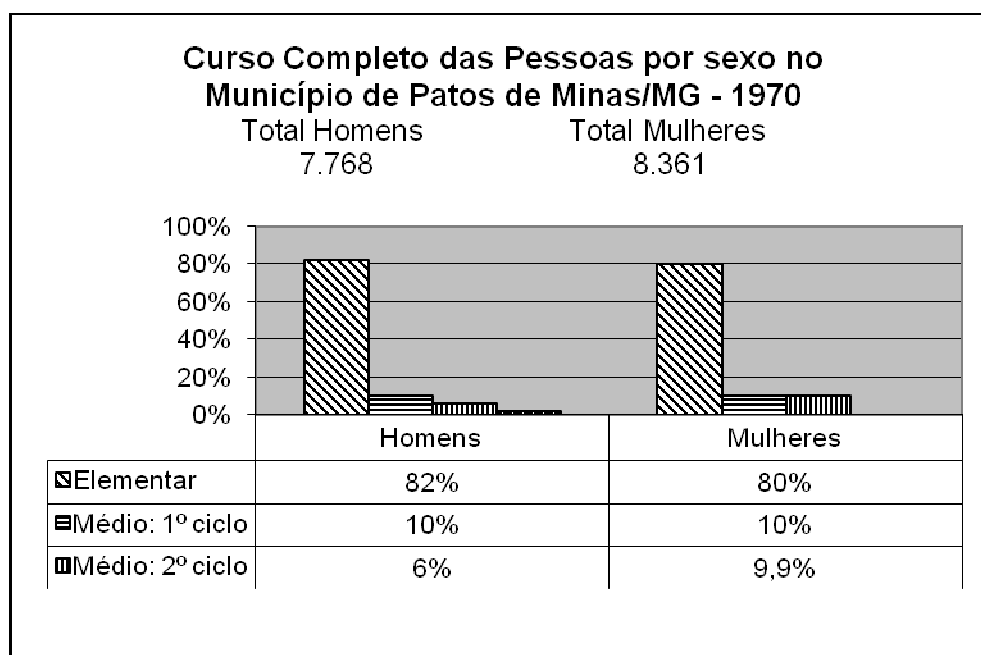
Fonte: IBGE - Censo demográfico - MG/1970.

Dessa forma, é possível perceber que a população patense, no que tange ao setor agropecuário, concentrava um percentual de 47,8% da população entrevistada, ou seja, esse índice considerado alto pertence a uma área que não exige um grau de escolaridade elevado. No que concerne à população não economicamente ativa, os dados são mais preocupantes, já que mais de 50% das pessoas entrevistadas pertencem ao setor da agropecuária e vivem na informalidade. Quanto à área industrial, havia cerca de 12,4%; em prestação de serviços (que concentrava principalmente empregadas domésticas) 17,3%, setor este que é geralmente

composto por mulheres com baixa escolaridade. E, por fim, temos 13,5% da população não economicamente ativa, em condições inativas, ou seja, ociosas.

Diante disso, nota-se que nos anos de 1970 o quadro educacional de Patos de Minas era comprometedor. Os dados do IBGE mostram que mais de 80% da população entrevistada tinham apenas o ensino elementar.

Figura VII - Curso Completo das Pessoas por Sexo no Município de Patos de Minas



Fonte: IBGE - Censo demográfico - MG/1970

Na análise feita no gráfico anteriormente, verifica-se que o município de Patos de Minas, no início de 1970, tinha uma carência significativa de mão-de-obra qualificada, principalmente no âmbito educacional. E isso, como já foi dito, provavelmente ocorreu devido à falta de faculdades na região, pois, segundo dados do IBGE, apenas 2% da população de Patos de Minas do sexo masculino tinham curso superior, havendo cerca de 0,07% da população do sexo feminino. Diante disso, verifica-se que a população feminina no ensino superior se encontrava em uma situação mais preocupante, pois os cargos para alfabetizadores do MOBRAL eram ocupados por mulheres. Dados semelhantes foram apresentados nas entrevistas feitas com ex-professoras do MOBRAL, que afirmaram não haver professora com curso normal completo ou ensino superior:

A gente trabalhou com as turmas de implantação do projeto MOBRAL, então nas primeiras turmas, que foi o meu caso, éramos todas estudantes. Eram escolhidas

dentre as estudantes do curso normal as professoras digamos assim, que trabalhariam dentro do projeto (Antonia: ex-professora do MOBRAL).

A educação não só no Brasil, como também em outros países, é vista como um fator primordial para o desenvolvimento de qualquer nação. Tal discurso se faz presente há bastante tempo, no entanto, nota-se que o MOBRAL utilizou esse discurso em todo o desenrolar de seu projeto, já que pregava a ideologia de que o indivíduo deveria ser qualificado para poder desenvolver a consciência de seus direitos e deveres, o que propiciaria melhor qualidade de vida e, conseqüentemente, se tornaria um ser ativo e participativo perante a sociedade. Esse discurso pode ser percebido em matéria publicada no jornal Folha Diocesana, em fevereiro de 1972, pela Maria do Carmo Moller, funcionária do Movimento no Estado Minas Gerais, que esteve presente na cidade a fim de inspecionar e orientar os objetivos e filosofia do MOBRAL. Na entrevista, a funcionária esclarece a importância da semi-qualificação na vida do ser humano:

Semi-qualificação, é o aperfeiçoamento e o desenvolvimento de habilidades que influem na subsistência da família. Atividades desenvolvidas no meio da família podem concorrer de forma efetiva, para melhorar o seu nível econômico, além de favorecer a criação de pequenos núcleos industriais, comerciais e agrícolas. Nós estimulamos o aperfeiçoamento de fibras, frutos minerais, isto é, os recursos materiais locais. Procuramos desenvolver no grupo familiar o uso e emprego do dinheiro, organização do tempo, a distribuição de tarefas de acordo com as possibilidades de cada membro, os hábitos de trabalho e participação em equipe, a compreensão dos próprios direitos e deveres comunitários. Enfim, vitalizar e valorizar o homem. O HOMEM TOTAL, isto é, o homem em todos os seus aspectos: físico, intelectual, emocional e social (O MOBRAL no País e em Patos de Minas. Folha Diocesana. Patos de Minas, 10 de fev. 1972, nº 45, p. 05).

Diante do entusiasmo do projeto MOBRAL pelo desenvolvimento e progresso do país, percebe-se a existência de um jogo ideológico, no intuito de convencer a sociedade de que os problemas enfrentados pelo Brasil eram exclusivamente de ordem educacional, ou seja, os únicos responsáveis pelo atraso do país são os analfabetos. Tal discurso não era desenvolvido apenas em âmbito nacional, pois se encontra presente também na imprensa local. A seguir, encontra-se um artigo jornalístico publicado no jornal Correio de Patos acerca deste assunto:

O grande número de pessoas analfabetas e semi-analfabetas impedem o desenvolvimento de um país. Participar do trabalho de alfabetização é participar ativamente no Desenvolvimento do Brasil, permitindo a todos os indivíduos alcançarem melhores condições de vida, de uma vida digna e construtiva. O alfabetizado é, portanto, um agente de Progresso e Desenvolvimento. A alfabetização não é só ensinar o aluno a ler, escrever e contar, mas também dar-lhes oportunidades de desempenhar conscientemente seu papel de cidadão e membro

produtivo da sociedade. Portanto a criação do MOBRAL, vem tendo isso: proporcionar através da alfabetização melhores condições e melhores níveis de vida culturais e econômica, de acordo com as possibilidades de cada indivíduo (MOBRAL: Preparando um amanhã melhor. Correio de Patos. Patos de Minas, 04 de out. 1980, nº 204, p. 04).

De acordo com Corrêa (1979), o MOBRAL é um Movimento eminentemente municipalista, uma vez que adotou uma política descentralizadora, já que as lideranças locais tinham autonomia e liberdade para executar tal projeto. Dessa forma, o MOBRAL seria um exemplo vivo de uma política em que as comissões municipais poderiam tomar suas decisões sem consultar o órgão central.

No entanto, Haddad (1991) ressalta que o MOBRAL criou uma estrutura adequada aos objetivos políticos, já que sua intenção era a de criar uma campanha de massa com um controle doutrinário. O autor afirma ainda que havia três características básicas no MOBRAL, para que seus objetivos fossem de fato concretizados. Essas características eram:

Descentralização com uma base conservadora para garantir o caráter amplo; centralização dos objetivos políticos e controle vertical pelos supervisores; paralelismo dos recursos e da estrutura institucional, garantindo mobilidade e autonomia (p. 86-7).

No que tange ao âmbito local, verifica-se que o MOBRAL tinha uma postura hierarquia, já que as Comissões Municipais estavam atentas ao desenvolvimento das atividades desenvolvidas pelas professoras, e isso se dava através de fiscalização e treinamento do pessoal envolvido no projeto. O processo pedagógico do Movimento era centralizador e hierárquico, uma vez que o professor não tinha autonomia para desenvolver suas atividades, pois estas já se encontravam prontas pelos coordenadores, cabendo aos professores, apenas colocá-las em prática. Tais afirmativas se encontram no relato colhido junto à ex-professora do MOBRAL:

O professor não tinha autonomia nenhuma. O processo pedagógico era proposto pelos coordenadores e o professor tinha que seguir aquilo que era imposto. Ele era autoritário. O MOBRAL acreditava que sabia o que era melhor para o povo. As atividades eram impostas pelos planejadores. Militarismo mesmo (Márcia: ex-professora do MOBRAL).

De acordo com Haddad (1991), os coordenadores e supervisores do MOBRAL tinham como função garantir a implantação das orientações gerais desse Movimento. Para tanto, foi necessário o treinamento dos supervisores, através de encontros nacionais realizados no Rio de Janeiro. Conforme Paiva, apud Haddad (1991), os encontros nacionais

de supervisores tinham como objetivo a difusão ideológica do Movimento, o que gerou, na opinião da autora, um desperdício de recursos. A mesma autora, afirma ainda que tais encontros reforçavam os laços de lealdade dos supervisores com o Movimento, e isso se dava através de um clima festivo, nos quais eram distribuídas fotografias autografadas do presidente do MOBRAL Central, além do entusiasmo daqueles que viajavam de avião e visitavam o Rio de Janeiro pela primeira vez.

A título de ilustração, as fotografias a seguir mostram o encontro nacional de Supervisores de Área¹⁵ em treinamento no Rio de Janeiro, em 1978, e o presidente do MOBRAL Central, Arlindo Lopes Corrêa.

Figura VIII - Encontro Nacional de Supervisores de Área



Fonte: Acervo particular da ex-supervisora de área do MOBRAL de Patos de Minas (1978)

¹⁵ As Supervisoras de Áreas supervisionavam oito municípios, nos quais eram encarregadas de todas as tarefas destinadas a colocar os programas em funcionamento, dando especial atenção à parte pedagógica.

Figura IX - Presidente do MOBRAL Central Arlindo Lopes Corrêa



Fonte: Acervo Particular da ex-supervisora de área do MOBRAL de Patos de Minas (1978).

As atribuições administrativas e pedagógicas da supervisora de área do MOBRAL no município de Patos de Minas se resumem em:

Diagnosticar o município quanto ao número de analfabetos, implantar classes, verificar recursos humanos, financeiros e materiais, assinar convênios, verificar prestação de contas, avaliar e promover recrutamento de alfabetizadores, professores, alunos, locais e equipamentos. Capacitar todo pessoal envolvido, reciclar, orientar quantas medidas corretivas, supervisionar o funcionamento de todos os programas, elaborar planejamento com os grupos visando minimizar as falhas quanto a metodologia, realizar treinamentos específicos, treinar em serviço com trabalho cooperativo, promover ações voluntárias, atividades culturais, realizar cursos profissionalizantes, etc (Madalena: ex-supervisora de área do MOBRAL).

Ao fazer uma análise da entrevista concedida pela ex-supervisora de área do MOBRAL de Patos de Minas, percebe-se a organização vertical do projeto. Dessa forma, fica evidente que os supervisores eram treinados pelo MOBRAL/Central, a fim de que, ao voltarem aos seus respectivos municípios, tivessem condições de treinar e fiscalizar os professores, além de repassar a ideologia do Movimento.

A seguir, encontra-se a título de ilustração, a fotografia do encontro de supervisores de área, com a presença do agente de profissionalização Júlio Talma e da supervisora estadual Célia Pimenta. O encontro aqui ilustrado mostra a presença de profissionais das diferentes áreas de atuação do projeto MOBRAL no município Patos de Minas.

Figura X - Encontro de Supervisores de Área em Patos de Minas



Fonte: Acervo particular da ex-supervisora de área do MOBRAL. (1978)

Embora o MOBRAL pregasse o discurso de que não era centralizador e hierárquico, e que seu programa era *evolucionário*, aberto, participativo, e que as pessoas discutiam com toda liberdade e sem dirigismo as coisas de seu mundo, tem-se a nítida visão da divergência entre o discurso oficial do MOBRAL e a realidade vivenciada em termos práticos. Nesse sentido, Haddad (1991) salienta que as argumentações de caráter pedagógico não se faziam necessárias, já que o MOBRAL se desenvolvia em um contexto que havia dinheiro, controle dos meios de comunicação, silêncio por parte das oposições, como também intensa campanha na mídia, o que propiciava maior êxito em seus objetivos.

No âmbito local, constata-se, através da entrevista concedida pela ex-professora do MOBRAL, que o discurso oficial é contraditório, já que seu depoimento evidencia que o MOBRAL partia de uma visão pré-determinada, uma vez que o professor deveria apenas executar as funções pré-estabelecidas. Assim, verifica-se que suas afirmações vão de encontro àquelas salientadas por Haddad anteriormente. O trecho abaixo mostra que o professor não tinha autonomia didático-pedagógica e que sua função era colocar em prática os objetivos terminais que o MOBRAL Central determinava:

Não porque nossa função era apenas executar o projeto[...] Já vinha tudo prontinho, tudo pré-estabelecido. E a nós como monitoras, cabia somente colocá-lo em prática, do jeitinho que ele era apresentado a nós. Mesmo porque semanalmente a gente estava dando aula e de repente entrava uma equipe da fiscalização para ver se a gente estava realmente fazendo a coisa direitinho, como tinha nos ensinado (Luzia: ex-professora do MOBRAL).

De acordo com Corrêa (1979), o MOBRAL tinha o objetivo de integrar os mobralenses no mercado de trabalho, o que elevaria os índices de crescimento econômico, além de propiciar ao indivíduo, o desenvolvimento em termos de autoconfiança, valorização, liberdade e responsabilidade. Para o referido autor, esse programa possibilitaria ao aluno a conscientização de seus direitos e deveres, dando-lhes a oportunidade de escolher as melhores formas de participação na sociedade. Esse tipo de discurso também se fazia presente na região, e isso é evidenciado nos artigos jornalísticos ao mostrar o empenho dos dirigentes locais em inculcar nos indivíduos a mentalidade de que a educação é de suma importância para o desenvolvimento do ser humano:

O homem vale pela sua cultura. Por isso empenhamos: Vamos desenvolver o nosso povo, abrir-lhe os olhos para o desenvolvimento. No dia 03, em todos os grupos da cidade, tiveram início as aulas do MOBRAL (MOBRAL em Foco. Folha Diocesana. Patos de Minas, 06 de fev.1975, nº 787, p. 01).

Diante disso, percebe-se que esses discursos não passaram de um jogo ideológico, uma vez que não é possível constatá-los na prática. Portanto, acredita-se que o MOBRAL não poderia oferecer aos seus alunos uma educação que os levassem ao desenvolvimento pleno, já que foi desenvolvido em um contexto (regime militar) em que não era permitida a liberdade de expressão. Nesse sentido, a entrevista da ex-professora do MOBRAL confirma tal prática:

Acho assim, no momento de extrema repressão, que nós estávamos no auge do regime militar, o MOBRAL não passou de um lindo projeto como tantos outros que não saiu do papel. Mais uma enganação do governo [...]. Mais uma ideologia política como tantas outras. (Luzia: ex-professora do MOBRAL)

Para Corrêa (1979), o MOBRAL veio para modificar o panorama educacional, econômico e social da população menos favorecida. No entanto, as entrevistas feitas com ex-alunos do MOBRAL de Patos de Minas mostram que isso não aconteceu, pois estes eram e continuam sendo pessoas humildes e sem expectativas em relação à melhoria da qualidade de vida; além disso, possuem uma baixa estima acentuada. O trecho da entrevista de uma ex-aluna do MOBRAL confirmam tais dados. Ao ser questionar quais os motivos que a levaram a estudar no MOBRAL, foi respondido:

[...] é vontade mesmo de aprender assinar pelo menos o nome. É que eu não sabia nada, então como diz o caso, já estava velha, mais cheguei e tinha escola ali pertinho e fui lá e matriculei eu mesma. Mais daí, a cabeça estava muito ruim, eu fiquei só um mês, não aprendi quase nada não (Josefa: ex-aluna do MOBRAL).

Quanto à situação social e econômica dos ex-alunos do referido programa, verificou-se que não houve alteração devido ao seu ingresso no mesmo. A seguir, encontra-se um trecho do relato colhido junto a uma ex-aluna do MOBRAL acerca desse assunto: “Não. Num houve não. A alteração é sair preocupada com a casa e os meninos. Mais é só, não tinha mais nada não” (Josefa: ex-aluna do MOBRAL).

Segundo Corrêa (1979), os dirigentes do MOBRAL tinham consciência da importância e do valor das mensagens promocionais e dos apelos para que as massas se envolvessem efetivamente no referido movimento. Para o autor, mensagens como *Você pode, basta querer* ou *Você também é responsável*, suscitou um efeito mágico para o projeto. Ele acredita que o sucesso alcançado se deve mais aos agentes locais, já que estes eram os catalizadores dessa causa. Encontram-se a seguir *prospectos* que divulgam a ideologia do MOBRAL.

Figura XI - Prospecto: Você pode. Basta querer



Fonte: Acervo particular da ex-supervisora de área do MOBRAL.

Figura XII - Prospecto: O MOBRAL faz mais do que ensinar a ler e escrever



Fonte: Acervo particular da ex-supervisora de área do MOBRAL.

Dessa forma, percebe-se que o MOBRAL procurou responsabilizar o indivíduo analfabeto pelos seus possíveis fracassos, já que todos são dotados de poder. Sendo assim, basta querer que se conseguirá; no entanto, há uma distância gritante entre querer e poder, principalmente se estiver referindo-se ao contexto da ditadura.

Outro discurso pregado por Corrêa (1979) é que o MOBRAL faz mais do que ensinar a ler e escrever. Além disso, o programa forma seres responsáveis, críticos e livres, dentro de uma perspectiva de auto-transformação e transformação do mundo. Entretanto, sabe-se que no período do regime militar não era permitida a criticidade, uma vez que esta poderia colocar em risco os interesses dos governantes; por isso, a importância de se pregar um tipo de discurso na teoria, e outro totalmente oposto na prática. Sendo assim, esse discurso se torna o meio mais viável para controlar os atos de rebeldia da população, com exceção de alguns intelectuais que foram inclusive punidos e/ou exilados por não se calar diante de tais divergências. Nesse sentido, Germano (1994), afirma que

[...] em abril de 1969 vem à tona mais um ciclo repressivo, aposentando compulsoriamente vários professores da USP e de outras universidades, quase todos portadores de grande projeção intelectual no país e no exterior. Entre outros, podemos citar: Bolívar Lamounier, Floreston Fernandes, Villanova Artigas, José Leite Lopes, Manuel Maurício de Albuquerque, Maria Yeda Linhares, Miriam Limoeiro Cardoso, Bento Prado Jr., Caio Prado Jr., Elza Berqué, Emília Viotti da Costa, Fernando Henrique Cardoso, Isaias Raw, Jean Claude Bernadet, José Arthur Giannotti, Luiz Hildebrando Pereira da Silva, Mário Schamberg, Octavio Ianni, Paulo A. M. Duarte, Paul I. Singer. Vale a pena lembrar outros intelectuais de grande relevância que foram

igualmente punidos pelo “Governo Revolucionário”, como: Josué de Castro, Paulo Freire e Celso Furtado. O número de punidos, incluindo os atingidos pelo Decreto Lei 447, monta a 263 professores e estudantes[...] (p. 111).

No âmbito regional, percebe-se que houve controle por parte dos dirigentes locais, uma vez que estes determinavam de que forma os professores executariam suas funções no desenvolvimento do projeto. Para que tais objetivos se efetivassem, foi necessário vigiar os sujeitos envolvidos a fim de não ultrapassarem aquilo que era determinado. Diante disso, nota-se que o professor não tinha autonomia em sala de aula, tornando o ensino puramente técnico, ou seja, os professores ensinavam apenas as técnicas de leitura e escrita. Portanto, verifica-se que o discurso do MOBRAL não condiz com as práticas desenvolvidas em Patos de Minas. Nesse sentido, a fala de uma ex-professora do MOBRAL revela por quem eram fiscalizadas em sala de aula: “De vez enquanto a gente recebia visita sim. Eu recebi várias visitas da coordenadora e recebi também da supervisora” (Joana: ex-professora do MOBRAL).

Portanto, o MOBRAL, no município de Patos de Minas, se desenvolveu de forma imposta, já que seus dirigentes não discutiam com os sujeitos envolvidos os meios mais viáveis para a implantação e desenvolvimento de suas atividades. Assim, verifica-se que o MOBRAL com sua estrutura vertical não tinha o intuito de oferecer uma educação em que o aluno tivesse possibilidade de se desenvolver intelectualmente. Embora pregasse o discurso de que seus alunos, além de saírem do curso alfabetizados, também estariam preparados para prosseguir estudos mais avançados. Nota-se também, através do relato da ex-professora, que seus alunos eram pessoas humildes e tinham sonhos muito simples, sendo desprovidos de uma consciência crítica; por isso, não tinham condições de ter sonhos mais amplos e muito menos de crescer intelectualmente, pois o fato de aprender assinar o nome já era motivo de grande satisfação:

[...] eles mal conseguiam assinar o nome. Alguns iam mais além um pouquinho, as vezes conseguiam ler algumas palavrinhas, mas era só isso mesmo. O sonho deles era muito pequeno, era só mesmo aprender a assinar o nome. Para eles já estava maravilhoso. Jamais eles tinham condições de ter um sonho maior, de seguir os estudos (Luzia: ex-professora do MOBRAL).

Diante disso, percebe-se que o MOBRAL não propiciou aos seus alunos as condições necessárias para que se desenvolvessem, uma vez que não recebiam incentivos para prosseguirem os estudos. De acordo com uma ex-professora do MOBRAL, o aluno ao

terminar o curso não tinha oportunidade para continuar seus estudos, pois ao terminar o semestre eram encerradas as turmas e começavam outras com novos alunos. Além disso, não existiam nas proximidades escolas que oferecessem cursos noturnos para alunos trabalhadores. Tais afirmações se encontram na entrevista da ex-professora do MOBRAL:

Não eram criadas turmas para dar aos alunos condições para prosseguirem. Terminada aquela etapa recebiam o certificado e pronto, no outro semestre já começava outra etapa com novos alunos, e não havia nos bairros outros cursos noturnos. Acredito que dificilmente eles se deslocariam para o centro da cidade, e quanto aos meus alunos terem prosseguido nos estudos eu creio que não. Eu não tenho notícias de nenhum (Joana: Ex-professora do MOBRAL).

O MOBRAL pregava o discurso de que seu alfabetizador era conscientizado para o fato de que seu aluno não era uma tábula rasa, e que ele podia escrever suas verdades absolutas, pois esse aluno já tinha uma experiência de vida e que devia ser conhecida, reconhecida e respeitada. Para o MOBRAL, o mais importante era o aluno: por isso, foram integrados nas disciplinas temas ligados à vida cotidiana dos mesmos ou seja, o MOBRAL teria reconhecido a realidade de sua clientela.

Porém, verifica-se através de entrevistas com ex-professoras, que isso não ocorreu, uma vez que não foi levado em conta a realidade dos alunos, já que o importante naquele momento era enfatizar as gigantescas obras que o governo estava construindo. Diante disso, percebe-se que as autoridades governamentais pretendiam coibir as ações dos professores, para que não despertassem uma consciência crítica em seus alunos, já que o objetivo era o de disseminar a idéia de que estavam trabalhando em prol do bem estar da sociedade:

[...] É eu me lembro de um cartaz que [...] estava a floresta amazônica, quando eles cortaram para a transamazônica. Então, a gente falava para o aluno assim, como uma obra fabulosa, gigantesca e era para ser enfatizado isso [...]. E lembro também de outro cartaz, quando a gente ia trabalhar a letra iniciada com (S) e no cartaz estava um par de sapatos sociais, então haviam assim uma discrepância, não mostrava a realidade do aluno, porque os nossos alunos iam descalço ou de chinelo [...]. E então, eu acho assim que estava fora da realidade do aluno, ele não mostrava a realidade. E [...] como havia censura, a gente seguia mais os passos mesmo da aula, a orientação que a gente tinha da nossa coordenadora (Joana: ex-professora do MOBRAL).

De acordo com Corrêa (1979), o MOBRAL implantou diversos programas, dentre os quais priorizou as áreas: profissionalizante, cultural, de saúde e de ação comunitária. Esses programas eram integrados ao Programa de Alfabetização Funcional (PAF) e tinham dois enfoques distintos. No primeiro, levava-se em conta o ponto de vista da comunidade, ou seja, cada programa tinha seu próprio objetivo, que priorizava as singularidades vividas pela

comunidade. Quanto ao segundo enfoque, há uma priorização do PAF em relação aos demais programas do MOBRAL. O autor afirma ainda que, para a integração desses projetos com o PAF, deveriam ser considerados os interesses e as necessidades de seus alunos, como também a adequação às características locais, já que o material respeitaria o contexto em que seus alunos estavam inseridos.

3.2 Os Programas do MOBRAL

O MOBRAL criou vários programas com o intuito de disseminar suas ideologias, como também legitimar seu poder perante a sociedade; esses programas eram a estratégia de sobrevivência do órgão, enquanto movimento de alfabetização das massas. Encontram-se a seguir os programas criados pelo MOBRAL.

3.2.1 Programa de Alfabetização Funcional (PAF)

Criado em 1970, o PAF tinha o objetivo de propiciar ao indivíduo as técnicas de leitura, escrita e cálculo, e integrá-lo à sua comunidade, possibilitando-lhe uma melhor qualidade de vida. Pretendia também erradicar o analfabetismo até 1980.

Esse programa foi considerado o de maior relevância em Patos de Minas, uma vez que seria através dele que se erradicaria o analfabetismo presente no município.

3.2.2 Programa de Educação Integrada (PEI)

Esse programa foi criado em 1971 e tinha duração de 12 meses. Propiciava o ingresso do aluno à 5ª série do ensino regular. Era reconhecido oficialmente pelo Conselho Federal e Conselhos Estaduais de Educação e funcionava em convênio com as Secretarias Estaduais e Municipais de Educação.

Diante da análise das documentações não foi possível encontrar evidências de que esse programa tenha se desenvolvido no município de Patos de Minas.

3.2.3 Programa de Desenvolvimento Comunitário (PDC)

Foi a primeira tentativa do MOBRAL em implantar uma educação comunitária; no entanto, a metodologia adotada se revelou inadequada. Esse programa foi criado em 1972 e extinto em 1974.

3.2.4 Programa Cultural

Criado em 1973, realizava uma ação cultural e tinha como finalidade comemorar as datas nacionais, festivais e históricas, além de organizar quermesses com o intuito de arrecadar fundos para a Comissão Municipal. Nesses eventos, havia apresentações de violeiros, repentistas, seresteiros, poesias, histórias contadas, música, dança, entre outras atividades culturais. Para o MOBRAL, esse tipo de atividade seria uma oportunidade ímpar para mobilizar as massas populares em torno de seus programas, uma vez que estavam reconhecendo a riqueza cultural do povo brasileiro, que é tão sufocada e incomunicada.

No entanto, essas manifestações não levavam o indivíduo à criticidade, bem como à liberdade de expressão, pois estas se desenvolveram em um momento de censura, momento este em que o dirigismo estava presente em todas as situações.

Esse tipo de discurso era pregado de forma intensa na imprensa regional. Além disso, o jornal divulgava a oferta de prêmios oferecidos aos primeiros colocados de concursos, a fim de atrair as massas populares, o que facilitava a divulgação da ideologia do MOBRAL. As reportagens a seguir mostram alguns concursos em Patos de Minas nos anos de 1970 e 1980 com premiações para os primeiros colocados:

O MOBRAL fará realizar um concurso de teatro, devendo as mesmas serem inéditas e em língua vernácula. Poderão ser premiadas até 5 peças. A cada obra escolhida caberá um prêmio de CR\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiro) (Prêmio MOBRAL. Folha Diocesana. Patos de Minas, 15 de nov. 1973, nº 725, p. 01).

Em Patos de Minas, o MOBRAL promovia também concursos de redações com temas sugestivos, mas que em nada acrescentaria em termos de reflexão crítica ao indivíduo:

Terminou ontem, 29, o prazo para a entrega de redações do concurso promovido pelo MOBRAL de Patos de Minas, sob o tema “Recordar é Reviver”. Haverá prêmios para os três primeiros colocados: Dois mil para o primeiro; mil e quinhentos para o segundo e mil cruzeiros para o terceiro colocado (MOBRAL realiza concurso. Folha Diocesana. Patos de Minas, 01 de mar. 1980, nº 174, p. 01).

A seguir, encontram-se algumas fotografias de manifestações culturais a título de ilustração, em 1978, organizadas e desenvolvidas pelo MOBRAL em Patos de Minas.

Figura XIII - Festa Junina em Patos de Minas em 1978, promovida pelo MOBRAL



Fonte: Acervo particular da ex-supervisora de área do MOBRAL

Figura XIV - Comemoração do Dia do Índio em Patos de Minas



Fonte: Acervo particular da ex-supervisora do MOBRAL

No que se refere à área de esportes, o MOBRAL criou a campanha *Esporte para Todos*. De acordo com Corrêa (1979) essa área foi inédita em nosso país, e seus resultados mostram o quanto as massas populares aprovaram tal campanha. Além disso, os alunos tinham uma perspectiva positiva em relação a esse tipo de modalidade de lazer.

Para Corrêa (1979), o esporte é de suma importância no que tange a integração entre os jogadores, já que estimula a criatividade e incentiva o espírito sadio de competição, como também a troca de experiência cultural. Além disso, o autor acreditava que tal campanha mobilizava as massas populares além de conduzir ao conagraçamento, ao civismo e ao bem-estar físico e psicológico dos alunos.

Diante do discurso do MOBRAL, percebe-se que foi necessário criar vários sub-programas dentro do referido Movimento, no intuito de atrair as massas populares para que estas continuassem sonhando com dias melhores, não tendo, assim, consciência do que estavam vivenciando naquele momento. Os discursos feitos em âmbito nacional se faziam presentes também na região. A título de ilustração, encontra-se a seguir a fotografia de um torneio de pelada em Patos de Minas, organizado pelo MOBRAL em 1979.

Figura XV - Torneio de pelada em Patos de Minas organizado pelo MOBRAL em 1979



Fonte: Acervo particular da ex-supervisora do MOBRAL.

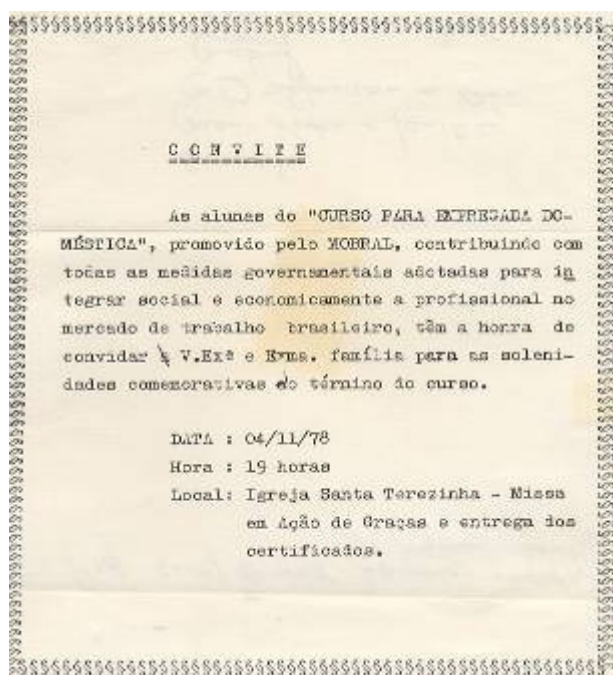
De acordo com a ex-supervisora do MOBRAL de Patos de Minas, os programas oferecidos propiciavam a participação do aluno em festas comemorativas, concursos e esportes, com a finalidade de oferecer ao recém-alfabetizado condição para não regredir ao analfabetismo pela falta de estímulo a leitura. Por isso, foi desenvolvido programas com atividades que valorizavam a cultura local.

3.2.5 Programa de profissionalização

O programa foi criado em 1974 e surgiu a partir da diversificação das atividades oferecidas pelo MOBRAL. Segundo Corrêa (1979), o objetivo desse programa não era o de oferecer uma qualificação profissional em seu sentido formal, e sim disseminar técnicas para o trabalho, o que permitiria ao aluno iniciar-se profissionalmente. Com isso, o aluno iria elevar o nível de cultura técnica, como também conseguir melhores condições sócio-econômica.

No âmbito local, os cursos profissionalizantes que tinham uma ênfase maior eram os de corte, costura e de empregada doméstica. A título de ilustração, segue o convite do término do *Curso para empregadas domésticas*, oferecido pelo MOBRAL em Patos de Minas, no ano de 1978.

Figura XVI - Convite: Solenidades comemorativas



Fonte: Acervo particular da ex-supervisora de área do MOBRAL.

Diante do convite para a solenidade ao término do *Curso para empregadas domésticas*, nota-se que o MOBRAL não mediu esforços para disseminar a ideologia de que veio para integrar o indivíduo nos âmbitos sociais, econômicos e profissionais, melhorando assim sua qualidade de vida.

Percebe-se também que a imprensa local procurou divulgar intensamente os objetivos e as ações do MOBRAL em Patos de Minas. O artigo a seguir mostra os discursos pregados em prol do bem-estar dos indivíduos, além do surto de desenvolvimento e progresso propiciado pelo MOBRAL ao país. Observa-se a seguir o discurso acerca dos objetivos e das ações do MOBRAL em Patos de Minas:

Alfabetização funcional de adolescentes e adultos a partir de 12 anos através de um programa de impacto. É um investimento expresso na fórmula: Alfabetização mais semi qualificação – maior rendimento, melhor salário, melhor nível social, um gerador de riqueza, um melhor consumidor. Surto do progresso. A aquisição de técnicas de ler, escrever, contar com operação imediata no crescimento e no aperfeiçoamento pessoal do aluno (O MOBRAL no País e em Patos de Minas. Folha Diocesana. Patos de Minas, 10 de fev. 1972, nº 45, p. 05).

Embora o MOBRAL pregasse o discurso de que os cursos profissionalizantes ofereciam à sua clientela o crescimento pessoal e o aperfeiçoamento profissional, nota-se que esses cursos não contribuíram para a melhoria da qualidade de vida do mobralense, uma vez que as entrevistas concedidas pelos ex-alunos mostram que não houve alterações no que tange à situação sócio-econômica e que estejam atribuídas ao ingresso no projeto. A seguir o depoimento do ex-aluno retrata que: “Não. Continuou do mermo jeito. Aí num tive diferença não” (José: ex-aluno do MOBRAL).

Segundo Corrêa (1979), o MOBRAL sofre no início de 1977, uma queda em seus recursos financeiros, porém esse projeto não só sobreviveu diante de tais dificuldades, como também lançou e ampliou vários programas profissionalizantes, no intuito de beneficiar as massas populares.

3.2.6 Programa Diversificado de Ação Comunitária (PRODAC)

O MOBRAL criou esse programa em 1975, e o dividiu em sub-programas que buscavam solucionar problemas relacionados à educação, saúde, nutrição e habitação. Tinha como proposta de trabalho vincular a educação ao desenvolvimento do indivíduo e da comunidade, ou seja, o desenvolvimento e o progresso estavam intimamente ligados com a educação.

3.2.7 Programa de Autodidatismo

Sua criação ocorreu em 1975, e surgiu como um programa alternativo, na linha da autodidaxia, sendo destinado à população que tinha pouca oportunidade de estudo. Esse programa buscava atingir principalmente os alfabetizadores do MOBRAL. Parte do princípio de que a educação propicia ao homem as habilidades de se informar e formar; no entanto, tais habilidades só serão possíveis se o indivíduo aprender a assimilar as descobertas. Diante disso, são necessárias ações educativas que estejam voltadas para programas que ofereçam condições para que o indivíduo possa ser o agente de sua própria educação.

Em Patos de Minas, verifica-se, através da imprensa, que houve um encontro em que foram reunidos profissionais, tais como os supervisores de área, o agente de profissionalização e auxiliares, a fim de discutir assuntos relacionados a convênio e implantação de subprogramas como autodidatismo, esporte para todos, bem como o de natureza cultural, no município de Patos e demais regiões:

Nos dias 4, 5 e 6 deste, tiveram reunidos aqui, os supervisores da Área Estadual de Patos de Minas. Durante o Encontro foram discutidos assuntos de interesse da Área e assuntos específicos de cada município. Foram estudados assuntos como: convênio / MOBRAL / GERFAMIG, implantação e acompanhamento do PES e AUTODIDATISMO, acionamento da Campanha Esporte para Todos, Dinamização dos cursos de iniciativa local, desenvolvimento dos subprogramas culturais: folclore, patrimônio histórico, literatura, entre outros. A Comissão Municipal de Patos recepcionou os participantes do Encontro em seu Escritório no dia 06 onde foram oferecidos presentes, um lanche e um grande calor humano do povo de Patos, através de seus representantes [...]. Estiveram presentes: a Supervisora Estadual, Célia Maria Pimenta; agente de profissionalização, Júlio Talma Caporale; Auxiliares, Irai Alves Ferreira e Mário Roberto Assis e os seguintes supervisores de Área: Vera Lúcia Alves, São Gotardo; Aparecida Martins Murais, João Pinheiro; Maria Antonieta Assunção, Bom Despacho; Maria Rosário de Oliveira, Buritis; Terezinha Santos Cordeiro, Unai; Maria Romualda Olívia e Ruth Moura Brochado de Paracatu; Arlindo de Deus Godinho, Presidente Olegário (MOBRAL Informa. Folha Diocesana. Patos de Minas, 13 de abr. 1978, nº 947, p. 11).

Diante dos dados obtidos, percebe-se que a Comissão Municipal do MOBRAL no município de Patos de Minas buscava atingir os objetivos terminais pré-estabelecidos pelo MOBRAL Central, uma vez que este mostrava seu interesse e empenho em atingir tais objetivos.

3.2.8 Programa de educação comunitária para a saúde (PES)

Criado pelo MOBRAL em 1976, tinha como objetivo propiciar melhores condições de saúde e saneamento à população rural e, para isso, seria necessário um trabalho educacional que motivasse e orientasse quanto aos problemas referentes à saúde e ao saneamento básico. Acreditava-se que esse programa se fazia importante, uma vez que a saúde depende de fatores que estão relacionados às condições sociais, econômicas, culturais e educacionais dos indivíduos. Assim, era necessário que cada município buscasse estratégias no intuito de inculcar tais idéias na mentalidade das massas populares, tornando-as seres participativos e conscientes acerca da educação para a saúde.

No âmbito local, percebe-se que a estratégia encontrada pelos dirigentes do MOBRAL foi intercalar palestras educativas acerca de problemas referente às doenças mais propensas naquele momento. De acordo com uma ex-professora do MOBRAL o intuito dessas palestras eram:

Aproveitar a palavra trabalhada, como por exemplo: trabalhou a palavra doença, porque do cê-cedilha, aí você levava um médico para falar sobre as doenças do tempo do inverno ou do calor[...] como também as doenças sexualmente transmissíveis (Maria: ex-professora do MOBRAL).

Dessa forma, percebe-se, através da entrevista com a ex-professora, que essas palestras eram oferecidas no decorrer do curso e na medida em que era trabalhada a palavra geradora. Para isso, procurava-se um profissional da área para informar aos alunos acerca de determinadas doenças.

3.2.9 Programa de Educação Comunitária para o Trabalho (PETRA)

Criado em 1978, resultou da evolução do programa de profissionalização. Aproveitava profissionais locais de mais idade para trabalhar como monitor nos cursos de bordado, costura e crochê.

3.2.10 Programa Pré-Escolar

Foi criado em 1980, e, inicialmente, organizou classes a partir de iniciativas da própria comunidade, sendo responsável pelo recrutamento e treinamento do pessoal. Posteriormente, foi incorporado ao MEC, passando a trabalhar em colaboração com as Secretarias Estaduais e Municipais de Educação.

Ao analisar as documentações do MOBRAL em Patos de Minas, foi possível perceber a presença desses programas, porém, era dada maior ênfase nos seguintes programas: *Cultural, Esporte para todos e os cursos Profissionalizantes (corte, costura, e de empregadas domésticas)*, uma vez que os alunos do MOBRAL procuravam com mais frequência esses cursos.

O MOBRAL procurou, através de seus discursos ideológicos, mobilizar as entidades das mais diferentes classes sociais do município, pois, segundo Moller, que era inspetora do MOBRAL no Estado de Minas Gerais, o analfabeto não é responsabilidade apenas do governo, e sim de todos da sociedade. Dessa forma, cada um de nós deve contribuir, de forma ativa e participativa, no intuito de eliminar o analfabetismo presente em nossa sociedade. Tal discurso se faz presente na entrevista concedida por Moller ao jornal Folha Diocesana de Patos de Minas em 1972. Diante disso, a referida funcionária do MOBRAL acreditava que todos os indivíduos são responsáveis pelos problemas gerados, devido à falta de escolarização e, por isso, lança discursos apelativos a fim de conseguir apoio das entidades governamentais e não governamentais, através de campanhas e promoções sociais:

O analfabeto não é apenas do governo; é de todos nós da comunidade. Cada pessoa que participa de maneira, ou outra, está “engajada”, está compromissada com o programa do MOBRAL que deve dar a sua contribuição através de uma participação ativa e efetiva. Esta participação deve ser crítica, isto é, deve decorrer de uma observação e de um julgamento objetivo, evitando esquemas e considerações sem fundamento científico. Quero deixar aqui meu pedido às entidades de classes – Lions, Rotary, A.C.A.R., L.B.A. e outros, que continuem dando o mesmo apoio moral a fim de extinguir o analfabetismo neste próspero e promissor município (Estudantes patense colaboram com o MOBRAL. Folha Diocesana. Patos de Minas, 10 de ago. 1972, nº 662, p. 01).

Além do apoio empresarial, o MOBRAL contou também com o auxílio e colaboração da Igreja Católica. A aliança entre MOBRAL e Igreja Católica em Patos de Minas fica evidente nas matérias jornalísticas publicadas no jornal Folha Diocesana. A seguir, encontram-se trechos que retratam essa relação:

Seguirá a Belo Horizonte o Exmo. e Revmo. Sr. Monsenhor João Baptista Balke, representando a Diocese de Patos de Minas, participará de um encontro com os Prefeitos Municipais em Belo Horizonte, ocasião em que o MOBRAL fará o lançamento de seu programa para o ano de 1971 (BALKE, Monsenhor João Baptista. Representante diocesano no encontro do MOBRAL. Folha Diocesana. Patos de Minas, 11 de fev. 1971, nº 593, p. 01).

Dessa forma, verifica-se que a Igreja Católica teve uma participação relevante no que tange à alfabetização de jovens e adultos em Patos de Minas, pois, percebe-se que seus representantes estavam presentes nos encontros e solenidades organizadas pelo MOBRAL, além de celebrar missas nos encerramentos das atividades desenvolvidas pelo projeto:

O movimento de alfabetização encerrou solenemente suas atividades, no dia 10 (domingo) com participação na Missa das 9 horas, na Matriz, estando presentes coordenadores, professores, 2560 alunos e o prof. Dr. José R. Duarte (MOBRAL. Folha Diocesana. Patos de Minas, 24 de mai. 1971, nº 604, p. 01).

Para o MOBRAL, era extremamente relevante o apoio da Igreja Católica, já que esta contribuía de forma significativa na disseminação de sua ideologia entre os fieis religiosos. Nisso estava a importância de unir forças com a Igreja em todos os pontos do país. A matéria a seguir evidência nitidamente o apelo do MOBRAL em prol de tal união:

Dentro da programação estabelecida pelo Governo e que vem sendo desenvolvida pela Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBRAL em todo os pontos do país, é de capital relevância a união de esforços com a Igreja Católica, no sentido de, mais rápido e decisivamente, integrar as pessoas no contexto social de suas comunidades, foi o que escreveu a D. Jorge Scarso o Secretário Executivo do MOBRAL, Marcos de Carvalho Cardau (MOBRAL & Igreja. Folha Diocesana. Patos de Minas, 27 de mar. 1975, nº 795, p. 01).

Quanto aos recursos financeiros para que o MOBRAL atingisse seus objetivos, Corrêa (1979) afirma que estes não foram suficientes no período compreendido entre 1973 e 1977, já que foram se reduzindo a partir de 1973; e, com isso, o MOBRAL teve que recorrer a estratégias como empréstimos, arrecadações de impostos, apoio empresarial, como também apoio de entidades não governamentais, a fim de cumprir os compromissos e metas pré-estabelecidas. No entanto, o autor acredita que, mesmo o MOBRAL passando por esta crise financeira, conseguiu resistir aos momentos difíceis, uma vez que buscou alternativas para prosseguir e/ou expandir seus programas por todos os pontos do país.

Em Patos de Minas, uma das alternativas encontradas pela Comissão Municipal do MOBRAL foi a organização de shows com coroação da *Rainha Mirim* do MOBRAL patense, com o objetivo de arrecadar fundos para o desenvolvimento dos programas oferecidos pelo projeto. Encontram-se a seguir, a título de ilustração, fotografias de coroação das rainhas do MOBRAL nos anos de 1979 e 1980 em Patos de Minas.

Figura XVII - Coroação da Rainha Mirim do MOBRAL Patense em 1979



Fonte: Acervo particular da ex-supervisora de área do MOBRAL

Figura XVIII - Coroação da Rainha Mirim do MOBRAL Patense em 1980



Fonte: Acervo particular da ex-supervisora do MOBRAL

Portanto, constatou-se que as festividades organizadas pelo MOBRAL em Patos de Minas tinham o intuito de integrar as massas populares em seus programas, além de arrecadar fundos para a manutenção dos mesmos. O movimento procurava estar sempre presente em manchetes de jornais, já que seria interessante estar divulgando suas ações e, por isso, tudo o que acontecia, era publicado na imprensa como algo inédito, até mesmo a entrega de certificados, uma vez que demonstrava para a população suas ações no que se refere à extinção do analfabetismo. A matéria jornalística abaixo divulga a conclusão de mais um curso do MOBRAL em Patos de Minas:

No dia 20, no Colégio Estadual “Professor Antônio Dias Maciel”, foram entregues os certificados de conclusão a mais uma turma do MOBRAL. Desta vez foram 58 concluintes e atingimos a mais de 280 pessoas alfabetizadas pelo MOBRAL em nossa cidade, no corrente ano (MOBRAL. Folha Diocesana. Patos de Minas, 28 de out. 1973, nº 723, p. 01).

Está reproduzido a seguir o modelo do certificado oferecido pelo MOBRAL aos seus alunos no término do curso:

Figura XIX - Diploma do MOBRAL

Fonte: Acervo particular da ex-supervisora de área do MOBRAL.

Para Corrêa (1979), o MOBRAL tinha como objetivos principais a alfabetização funcional e a educação continuada de adolescentes e adultos, o que possibilitava a concretização de uma política de desenvolvimento social, econômico, político e cultural, cujo intuito era atingir a população carente do país.

No entanto, Haddad (1991) contrapõe a esse discurso, já que afirma ser um curso aligeirado, sem fundamentação pedagógica e participação dos educadores, como também desenvolveu-se um discurso carregado de preconceitos no que tange ao aluno analfabeto. O referido autor acredita ainda que esse movimento se preocupou em oferecer um material didático em que a qualidade gráfica se sobrepõe ao conteúdo, ou seja, o MOBRAL pretendia atingir os objetivos estratégico-políticos, e não os de caráter educacional como pregava em seus discursos.

Em âmbito local, verifica-se, através das entrevistas concedidas pelas ex-professoras, que ocorreram os mesmos problemas abordados por Haddad (1991), uma vez que

foi constatado que os alunos de Patos de Minas, ao terminarem o curso do MOBRAL, não conseguiam dominar as habilidades básicas de leitura, escrita e, principalmente, interpretação de texto. Na opinião da ex-professora, tais deficiências ocorreram devido a fatores referentes ao curto tempo de estudo, por não haver um outro projeto dando continuidade a este, e pelo fato de o aluno não poder matricular-se em outra etapa, no caso de não estar alfabetizado. Isso mostra que os coordenadores do MOBRAL estavam interessados mais na quantidade de certificados entregues do que na qualidade do ensino:

[...] não vou esconder a verdade, muitos alunos terminavam a etapa lendo e escrevendo mal, interpretar nem pensar, aqueles mais jovens, com mais facilidade, claro, se saíam melhor. Também o espaço de tempo de estudo era muito pequeno não havia uma continuidade, o aluno não podia matricular-se novamente na etapa inicial, seria hoje talvez, a promoção automática (Joana: ex-professora do MOBRAL).

Os dirigentes do MOBRAL fixaram uma duração de 5 meses com 2 horas diárias de aula, uma vez que acreditavam que esse tempo era suficiente para que os alunos se alfabetizassem. Para Corrêa (1979), os resultados obtidos foram satisfatórios e, por isso, a duração de cinco meses foi mantida até o final do projeto. Entretanto, percebe-se, através de entrevistas realizadas com uma ex-professora do MOBRAL, que os alunos não saíam alfabetizados devido, principalmente, ao tempo pré-estabelecido pelo MOBRAL, já que cinco meses não são suficientes para proporcionar ao aluno os conhecimentos básicos do ensino fundamental. Além disso, a ex-professora afirma que o indivíduo adulto tem mais dificuldade no processo de alfabetização do que aqueles que estão na idade própria:

O tempo era muito curto, era um período de 5 meses, então para proporcionar um conhecimento básico correspondente às quatro primeiras séries do ensino do primeiro grau era muito pouco. Além do tempo ser muito pequeno, a alfabetização do indivíduo adulto é muito mais lenta do que a alfabetização infantil, principalmente no que se refere a coordenação motora, que é muito grossa (Márcia: ex-professora do MOBRAL).

No que tange às dificuldades enfrentadas em sala de aula pelas ex-professoras do MOBRAL de Patos de Minas, verifica-se que o principal foi o cansaço de seus alunos, uma vez que eram trabalhadores braçais, tais como empregadas domésticas, pedreiros e lavadeiras de roupas etc. E isso fazia com que o aluno, ao chegar na sala de aula depois de um dia de trabalho, tivesse dificuldade para concentrar nas atividades propostas pela professora:

Uma das maiores dificuldades enfrentadas em sala de aula era o cansaço apresentado pelos alunos, pois vinham estudar depois de um dia de trabalho, e

trabalho pesado claro, o que dificultava a concentração de cada aluno, na maioria das vezes totalmente analfabetos (Antonia: ex-professora do MOBRAL).

De acordo com uma ex-professora do MOBRAL era necessário convencer os alunos da importância de frequentar as aulas diariamente, uma vez que faltavam freqüentemente devido a problemas de saúde, dificuldades de aprendizagem e falta de perseverança no que concerne aos seus objetivos:

As principais dificuldades era convencer os alunos a assiduidade as aulas. Eles faltavam muito. Reclamavam de problemas de saúde, do frio e da chuva. Isso ocorria também, devido a idade deles. Um outro problema era evitar a evasão, o que era muito frequente. Logo de início, alguns desanimavam, achavam que estava difícil, que não iam conseguir aprender. Eles queriam resultados imediatos, o que não ocorria, principalmente de adultos (Márcia: ex-professora do MOBRAL).

Diante disso, nota-se que as ex-professoras tinham a preocupação em criar estratégias para que os alunos não desistissem do curso, já que acreditavam que o cansaço e a baixa estima estavam intimamente ligados à evasão escolar:

Eu tinha que me esforçar muito para tornar as aulas chamativas e interessantes para que os alunos não desanimassem e abandonassem a escola. Levantar também a auto estima deles e fazê-los acreditar que realmente eles eram capazes de aprender (Joana: ex-professora do MOBRAL).

Ao analisar as entrevistas concedidas pelos ex-alunos, verifica-se que suas opiniões acerca das dificuldades enfrentadas em sala de aula convergem para o que foi relatado pelas ex-professoras. De acordo com a ex-aluna do MOBRAL, a evasão escolar se dava por estarem: “Muito cansado, trabalhava muito, outros mesmo por falta de incentivo, num tinha vontade de aprender, e deixaram a escola” (Iracema: ex-aluna do MOBRAL).

Para a ex-aluna do MOBRAL, a maior dificuldade encontrada no processo de ensino-aprendizagem ocorreu em termos de coordenação motora, uma vez que é muito difícil aprender a manusear um lápis depois de adulto. “É, no início era escrever. É muito difícil saber escrever, que se a gente nunca escreveu para começar pegar num lápis é, a dificuldade é grande” (Iracema: ex-aluna do MOBRAL).

A evasão escolar dos alunos mobralenses fez com que algumas turmas fossem extintas, já que havia um percentual mínimo de alunos por turma e, por isso, não foi possível o prosseguimento da etapa em algumas turmas, uma vez que o índice de evasão se encontrava elevado:

Muitos abandonaram, muitos diziam que estavam cansados, trabalhavam muito durante o dia, outros mesmo por falta de incentivo não tinha vontade de aprender, e deixou a escola. Os alunos evadiram-se e foi ficando difícil para a professora, e ela

falava se eles não voltassem ia ter que fechar, e foi até que infelizmente, fechou (Iracema: ex-aluna do MOBRAL).

De acordo com Corrêa (1979), foi fixado um limite mínimo de 15 alunos, e o máximo de 25 por classe. Além disso, a gratificação recebida pelo professor tinha como base o valor *aluno-programa*, justificava-se que tal pagamento tornava-se mais viável por propiciar mais interesse ao alfabetizador, já que a frequência dos mobralenses estava intimamente ligada ao salário recebido pelos professores.

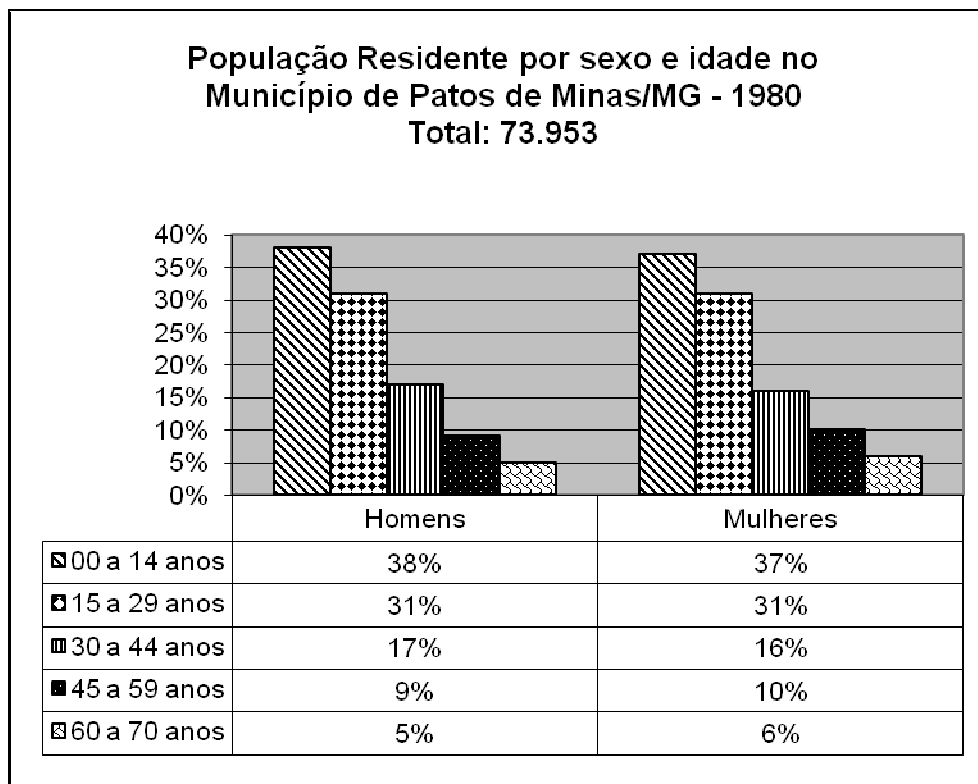
No que se refere ao âmbito regional, nota-se que tais exigências também se faziam presentes. Essas afirmativas foram constatadas através de entrevistas realizadas com ex-professoras do MOBRAL, ao serem questionadas acerca da quantidade de alunos por turma nesse projeto. De acordo com esses sujeitos, o número de alunos variava, pois dependia muito mais do esforço delas do que da própria coordenação do MOBRAL. Por isso, as ex-professoras tinham que sair nos bairros visitando todas as residências no intuito de atrair alunos analfabetos para a sala de aula, uma vez que o salário recebido variava de acordo com o número de alunos presentes:

[...] eram vinte e cinco alunos o máximo, o número máximo permitido eram vinte e cinco. É, mas as quatro etapas que eu participei, o maior número que eu consegui foi 17 [...]. Nós recebíamos pelo número de aluno que atraíamos para escola. Fazíamos uma pesquisa no bairro, visitando todas as residências, e aqueles alunos que conseguíamos convencer, eram matriculados (Joana: ex-professora do MOBRAL).

Para Corrêa (1979), a atuação prioritária do MOBRAL em relação ao problema do analfabetismo era de eliminá-lo no decorrer da década de 1970, e que os esforços estariam concentrados na faixa dos 15 aos 35 anos de idade, uma vez que esta faixa etária representava grande parcela da população ativa no país. Diante disso, seria necessário preparar urgentemente os indivíduos para o mercado de trabalho, já que o país passava por um momento de crescimento econômico e intensa urbanização.

Todavia, percebe-se, através das entrevistas concedidas por ex-professoras, que o MOBRAL em Patos de Minas não conseguiu seduzir a população mais jovem, uma vez que: “eram mais idosos mesmo. A partir dos 40, 50, até 60 anos. Por aí” (Luzia: ex-professora do MOBRAL).

Para melhor visualização, encontra-se a seguir o gráfico da população residente em Patos de Minas, por sexo e grupos de idade, no ano de 1980.

Figura XX - População Residente por Sexo e Grupo de Idade em Patos de Minas

Fonte: IBGE - Censo demográfico - MG/1980

Diante dos dados do IBGE, verifica-se que a população residente em Patos de Minas nos anos de 1980 era bastante jovem, uma vez que o percentual de pessoas na faixa de 0 a 29 anos atingia um índice de quase 70% da população entrevistada. A partir de tais dados, percebe-se que o MOBREAL patense, ao atrair apenas alunos com faixa etária acima de 30 anos, não atingiu seus objetivos, já que seus alunos faziam parte de um percentual de pouco mais de 30%. Além disso, não possuíam expectativas quanto à melhoria da qualidade de vida.

O MOBREAL deu prioridade à alfabetização de adultos porque o Brasil fazia parte dos países-membros da UNESCO, e por esse órgão acreditar que o analfabetismo é o grande fator de impedimento para o desenvolvimento das nações. Diante disso, o MOBREAL optou por um programa de massa em grande escala, que lhe permitisse erradicar o analfabetismo no país em dez anos, o que gerava uma relação confortável entre o governo brasileiro e a UNESCO.

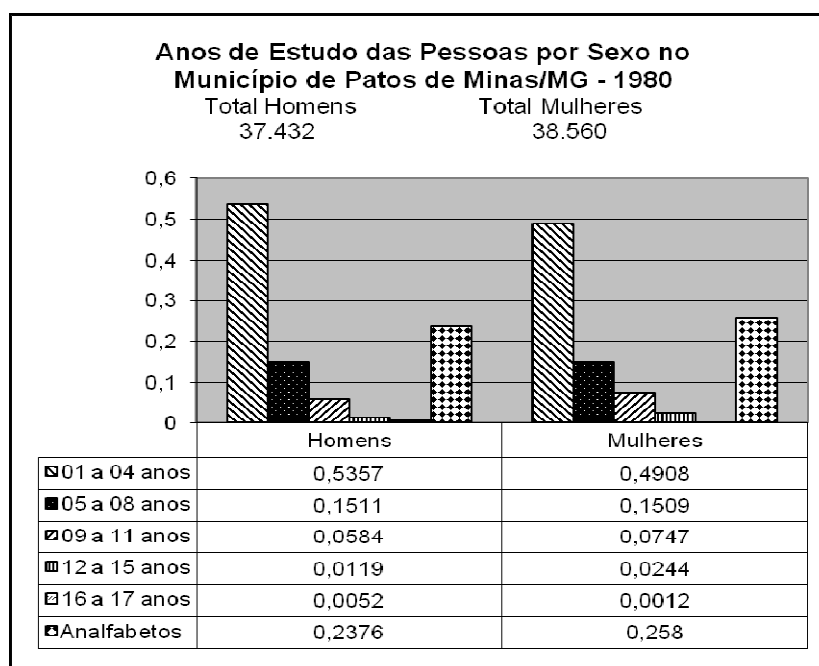
A partir de 1980, o MOBREAL passou a ter como prioridade as atividades que desenvolvessem a promoção humana; e, por isso, o presidente do MOBREAL Central, Arlindo Lopes Corrêa, divulgou através da imprensa a mudança dos objetivos do movimento, já que os índices de analfabetismo haviam caído. O presidente afirmou ainda que o MOBREAL vinha

estreitando sua relação com a comunidade, o que facilitava a resolução dos problemas enfrentados. A seguir, encontra-se uma matéria jornalística publicada no jornal Correio de Patos acerca deste assunto:

O presidente do MOBRAL Arlindo Lopes Corrêa anunciou que o órgão passará a ter como objetivo principal a “Educação Comunitária”, ampliando suas atividades da promoção humana[...]. O MOBRAL não se afastará totalmente do objetivo que originou sua criação em 1970 (extinguir o analfabetismo em dez anos), quando o índice de analfabetismo era de 34% da população adulta. Ele disse que “como esse índice abaixou para cerca de 11% o órgão só alfabetizará quando isso fora necessidade prioritária da comunidade”[...]. O presidente lembrou que desde 1971 o órgão vem gradualmente estreitando os laços com a comunidade, através da ação comunitária[...]. Corrêa espera o auxílio da própria população, já que os recursos do MOBRAL são pequenos (MOBRAL não mais alfabetiza. Correio de Patos. Patos de Minas, 12 de abr. 1980, nº 180, p. 06).

No que se refere ao MOBRAL em Patos de Minas, percebe-se que não alcançou o objetivo de erradicar o analfabetismo de adolescentes e adultos até 1980, pois os dados do IBGE mostram que em 1980 ainda havia cerca de 23,7% de homens e 25,8% de mulheres da população entrevistada sem escolaridade, índice considerado elevado diante do discurso desenvolvido no decorrer dos anos de 1970.

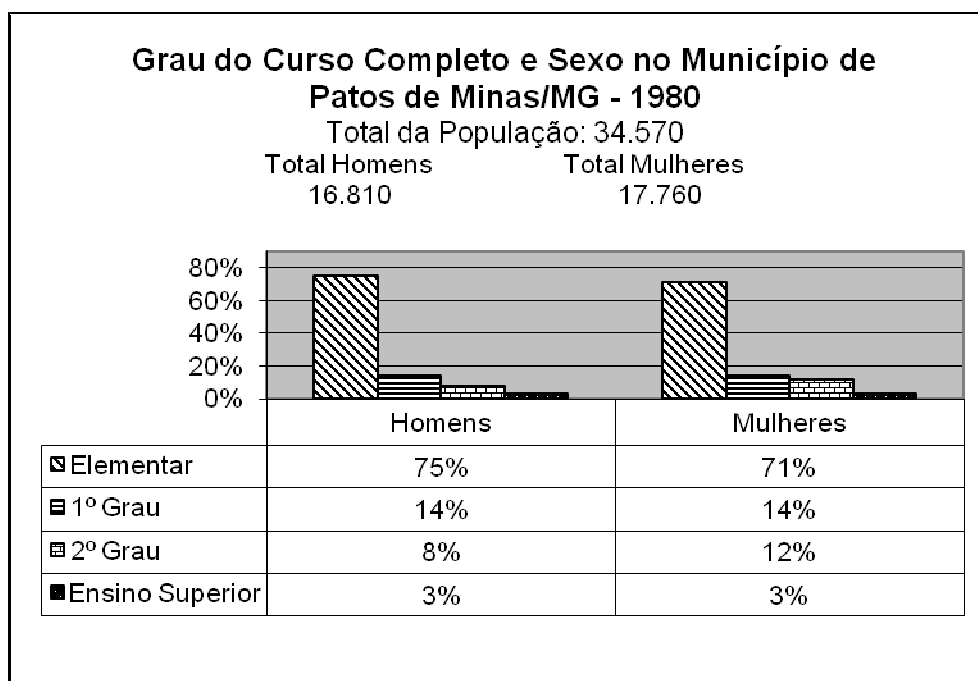
Figura XXI - Anos de Estudos das Pessoas por Sexo no Município de Patos de Minas/MG



Fonte: IBGE - Censo demográfico - MG/1980

Ao analisar a educação após dez anos de atuação do MOBRAL, verifica-se que, apesar de ter diminuído o percentual do analfabetismo, os índices não foram tão significativos, já que o discurso pregado nos dez anos de atuação do MOBRAL era de erradicar a chaga do analfabetismo. Percebe-se também que quanto maior o grau de escolaridade, menor é o percentual da população que compõe esse quadro. Essas afirmações podem ser verificadas no gráfico a seguir.

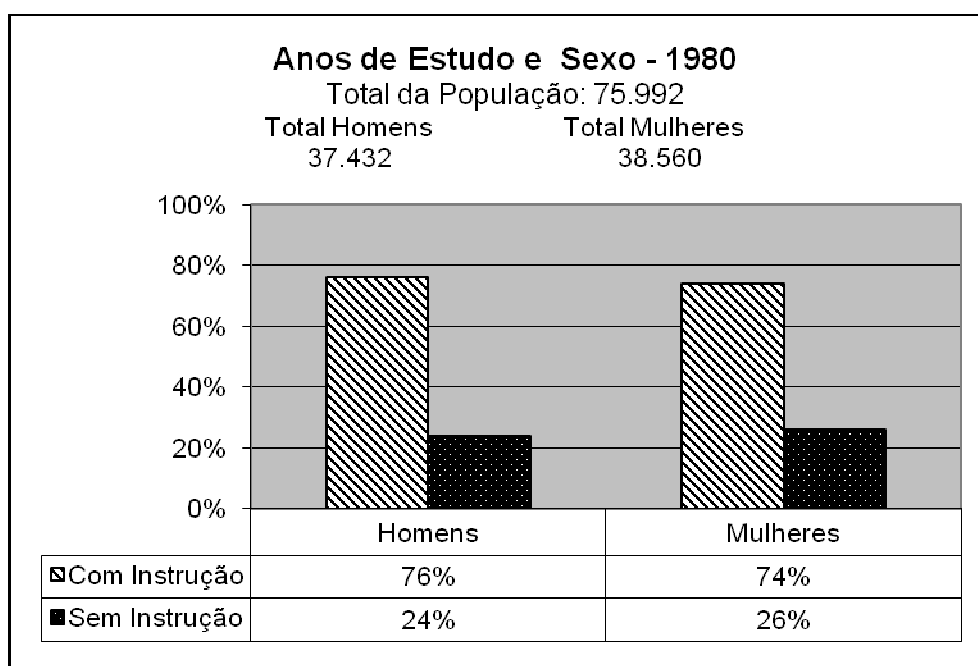
Figura XXII - Grau do Curso Completo e Sexo no Município de Patos de Minas



Fonte: IBGE - Censo demográfico - MG/1980

Dessa forma, percebe-se que a atuação do MOBRAL em Patos de Minas não foi suficiente para resolver a questão do analfabetismo, nem propiciar aos alunos uma melhor qualidade de vida. Portanto, o discurso oficial do MOBRAL Central não condiz com as ações em termos práticos em Patos de Minas. Percebe-se também que o índice de analfabetismo divulgado pelo MOBRAL diverge dos dados do IBGE. Observa-se a seguir o gráfico acerca da população patense no que se refere aos indivíduos com e sem escolaridade.

Figura XXIII - Anos de Estudo e Sexo da População no Município de Patos de Minas/MG



Fonte: IBGE - Censo demográfico - MG/1980

Portanto, o gráfico mostra que no município de Patos de Minas, em 1980, ainda havia um índice considerável de pessoas sem escolaridade, o que evidencia a ineficiência do projeto MOBRAL em relação ao problema do analfabetismo.

O MOBRAL apresentou-se como um órgão burocrático e com uma estrutura administrativa vertical, o que ocasionou um nível considerável de sofisticação técnica em seu planejamento, porém não logrou, no que se refere à execução de seus programas, o que o tornou semelhante a outras campanhas de massa desenvolvidas no contexto educacional brasileiro.

Além disso, o referido projeto priorizou o modelo político-econômico do regime militar, modelo este em que qualquer tentativa de elevação do nível das classes trabalhadoras não teria resultados satisfatórios, já que o problema não era apenas educacional, mas principalmente político.

No projeto MOBRAL, a proposta de educação era baseada nos interesses políticos do regime militar, por isso era necessário o jogo ideológico, o qual pregava-se o discurso de que seus alunos saíam capacitados para integrar-se no mercado de trabalho, o que lhes propiciaria melhor qualidade de vida, além de prepará-los para o exercício da cidadania. No entanto, sabe-se que dificilmente haveria a melhoria na renda da população carente, uma vez

que o modelo de desenvolvimento naquele contexto era excludente e concentrador de renda. Quanto à participação social, acredita-se que não seria possível, pois o MOBRAL desenvolveu-se no período da ditadura, período em que foi reprimida toda a participação popular.

Portanto, o MOBRAL partiu de uma visão de mundo predeterminada, uma vez que seus objetivos eram previamente definidos pelo MOBRAL Central, não dando oportunidade às comunidades de discutirem os caminhos mais viáveis para executar tal projeto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Brasil, foram realizadas várias campanhas e programas educacionais ao longo de sua história, com o objetivo de erradicar o analfabetismo de jovens e adultos. Tais campanhas e programas foram fundamentados em concepções de homem e de mundo diferentes, uma vez que estas estão atreladas historicamente ao processo político, econômico e social de cada época.

O analfabetismo no Brasil teve redução em termos de números absolutos a partir de 2000. Os dados do IBGE revelam no censo de 1991 que, em um total de 95.837.043 pessoas, havia cerca de 19.233.758 sem escolaridade, o que equivale a um percentual de 20,07 %. No ano de 2000, havia uma população de, aproximadamente, 119.533.048, sendo 16.294.889 desprovidos de instrução, que corresponde a uma média de 13,63 %. Isso revela a necessidade de políticas públicas educacionais abrangentes, contínuas e adequadas à população brasileira. Portanto, percebe-se que embora tenham surgido grandes campanhas em prol da erradicação do analfabetismo, os índices dos considerados sem letras ainda são bem acentuados.

O IBGE revelou que em 2006 o país tinha cerca de 34 milhões de jovens entre 18 e 29 anos residente na zona urbana que abandonaram a escola antes de completar o ensino fundamental. Desses 34 milhões de jovens urbanos, cerca de 7,4 milhões tiveram de um a sete anos de estudo, ou seja, não completaram o ensino fundamental. Quanto aos jovens sem escolaridade, ainda existe aproximadamente 813,2 mil. Em nosso país, a região Nordeste é a que possui o maior índice de jovens urbanos desprovidos de escolaridade, cerca de 35%. Em seguida vêm a região Norte com 31%, a região Centro-Oeste com 25%, a região Sul com 19% e a Sudeste com cerca de 18%. Com base nos dados do IBGE, o governo federal estimou para 2008 um total de 9 milhões de jovens entre 18 e 29 anos sem o ensino fundamental. Desse total de excluídos, 71% estarão na zona urbana e 29% na zona rural.

Dessa forma, a questão do analfabetismo continua preocupante, já que nosso país ainda apresenta um quadro com números bastante acentuados no que se refere à falta de escolarização. Essa situação problemática está relacionada às condições de vida precária dos indivíduos e da ineficiência do ensino público que não oferece uma educação regular com quantidade e qualidade suficientes às classes populares.

Diante da globalização das comunicações e dos sistemas produtivos, comerciais e financeiros em que estamos vivendo, percebe-se que temos pouco a comemorar sobre os

impactos desta globalização do ponto de vista educacional. Muitos dos limites impostos às políticas educacionais são conseqüências de um modelo de desenvolvimento que é baseado apenas nos aspectos econômicos e financeiros da globalização. Percebe-se que o avanço da tecnologia e do desenvolvimento do país deixou a situação dos analfabetos e semi-analfabetos mais preocupante, uma vez que se vive um momento de busca pelo domínio dos meios tecnológicos, o que torna esses indivíduos cada vez mais excluídos do mundo do trabalho e da sociedade como um todo.

Para que possamos compartilhar os benefícios oferecidos pela sociedade global é preciso superar esse modelo de desenvolvimento que promove a exclusão de uma parcela da população que, portanto, é incompatível com o princípio de educação para todos. Portanto, é necessário pensar alternativas de políticas que integrem ações em diferentes planos, tendo em vista a real necessidade de ampliar as oportunidades de desenvolvimento para todas as pessoas ao longo de suas vidas.

Acredita-se que a erradicação do analfabetismo de jovens e adultos só acontecerá de fato se a eles forem oferecidas condições necessárias para que tenham uma formação crítica, levando-os ao exercício da cidadania. É preciso, também, que as autoridades governamentais, juntamente com os educadores, entendam que o indivíduo analfabeto é um sujeito pensante e dotado de cultura.

Diante disso, percebe-se que os programas de educação de jovens e adultos trazem arraigados um caráter político; isso fica evidenciado principalmente nas grandes campanhas desenvolvidas em nosso país e, entre elas, inclui-se o MOBRAL, que partiu de iniciativas governamentais, legitimando o poder hegemônico em nossa sociedade.

Retomando o objeto de estudo desta pesquisa, procura-se fazer algumas considerações: através do estudo realizado, verifica-se que o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) no município de Patos de Minas/MG, no período compreendido entre 1970 e 1980, foi um projeto centralizador e hierárquico, uma vez que as documentações analisadas mostram que o referido projeto já vinha do MOBRL Central pré-estabelecido, cabendo aos professores apenas executá-lo.

O projeto MOBRL implantado e desenvolvido no município de Patos de Minas recrutou alfabetizadores pertencentes à própria comunidade, sendo estas alunas do 2º ano do curso normal. Verifica-se também que essas alfabetizadoras eram jovens e não tinham experiência na docência, e o critério básico para atuar no MOBRL era o fato de ser

considerada uma boa aluna, ou seja, seu comportamento deveria ser, dentro e fora da escola, de uma aluna comprometida, responsável e obediente.

De acordo com o relato das ex-alfabetizadoras, verificou-se que o projeto MOBREAL atribuía a elas a responsabilidade de atrair os alunos analfabetos para a sala de aula. Para isso, fazia-se necessário que as alfabetizadoras visitassem os bairros da cidade, no intuito de levantar dados referentes ao número de analfabetos, como também convencê-los a freqüentar a escola. Embora as alfabetizadoras acreditassem que esse papel deveria ser desempenhado pela Comissão Municipal, elas se submetiam a essa função, uma vez que o salário recebido dependia do número de alunos em sala de aula.

O MOBREAL, por ter sido desenvolvido em um momento de extrema repressão, não teve interesse de levar o indivíduo à criatividade, pois naquele contexto (regime militar) o importante era ensinar o mobrealense apenas as habilidades de ler, escrever e contar para diminuir os altos índices de analfabetismo presentes no Brasil.

Diante da análise dos documentos, percebeu-se que há uma divergência entre o discurso oficial do MOBREAL e suas ações em termos práticos, já que não foi possível identificar ações em que o MOBREAL tivesse de fato levado seus alunos à qualificação de mão de obra, bem como à melhoria da qualidade de vida. Verificou-se também que os alunos do MOBREAL eram sujeitos simples e humildes e que não tinham perspectivas quanto à melhoria da qualidade de vida, o que vem comprovar a sua ineficiência no que tange aos objetivos pré-estabelecidos.

Foi constatado também que o MOBREAL em Patos de Minas/MG não levou em conta a realidade de seus alunos, pois esse projeto já chegou no município com conteúdos e metodologias definidas. Embora o projeto pregasse o discurso de que oferecia uma educação de qualidade, percebe-se que não tinha interesse em propiciar a seus alunos uma educação conscientizadora, para que pudessem refletir acerca dos seus direitos e deveres. Em termos curriculares, o MOBREAL em Patos de Minas procurava dar ênfase às comemorações de datas nacionais, festivas e históricas, como também oferecia concursos com premiações para os primeiros colocados, mas que em nada contribuía para o crescimento intelectual do aluno.

O Projeto MOBREAL em Patos de Minas teve o apoio de dirigentes locais, da imprensa e da Igreja Católica, o que contribuiu significativamente para a disseminação de suas ideologias. A aliança entre MOBREAL e instituições privadas também se fez importante, uma vez que estas representavam os interesses da classe economicamente emergente.

Diante da análise feita do material didático-pedagógico, percebeu-se que o MOBREAL traçou objetivos terminais, no intuito de orientar e direcionar o trabalho do

alfabetizador, tendo assim mais chance desses objetivos serem atingidos. Com o passar do tempo, o MOBRAL foi criando sub-programas como: cultural, esportes para todos, de saúde e profissionalizantes, no intuito de atrair para o interior de seu programa as massas populares. No entanto, essa estratégia não surtiu efeito, uma vez que os alunos do MOBRAL em Patos de Minas eram pessoas mais idosas e, nesse momento, a maioria da população do município era bastante jovem, ou seja, o MOBRAL não conseguiu atrair para a sala de aula a população da faixa etária entre 15 e 35 anos como se propôs.

O programa apresentou um índice considerável de evasão escolar devido a algumas dificuldades encontradas pelos alunos em termos de fixação de conteúdos, coordenação motora e cansaço, pois eram trabalhadores braçais, o que gerava certo desinteresse ao enfrentar a sala de aula. Além dessas dificuldades, o aluno tinha também um tempo de estudo curto (apenas cinco meses) para ser alfabetizado. Após o término dessa etapa, não havia um outro projeto que desse continuidade a este, e aqueles alunos que não conseguiam se alfabetizar não podiam se matricular novamente em outra etapa.

Assim, verifica-se que o MOBRAL em Patos de Minas não teve a preocupação em criar estratégias para que seus alunos, ao terminarem o curso, pudessem prosseguir seus estudos e aqueles que não conseguiram tivessem a oportunidade de voltar e repetir o curso. Portanto, ao terminar a etapa o aluno, independente de estar alfabetizado ou não, recebia seu diploma, que era equivalente às quatro primeiras séries do ensino fundamental. Dessa forma, percebe-se que o MOBRAL não atingiu o objetivo proposto: erradicar o analfabetismo em um período de dez anos.

Ao fazer uma análise dos dados de 1970 a 1980 do IBGE, acerca do analfabetismo no município de Patos de Minas, verificou-se que em 1970, de um total populacional de 64.626 pessoas, sendo, 31.546 homens e 33.080 mulheres, constatou-se que havia aproximadamente 24.214 pessoas sem instrução, o equivalente, em termos percentuais, a 35% de homens e 40% de mulheres.

Em 1980, de um total de 75.992 pessoas, das quais 37.432 eram homens e 38.560 mulheres, havia cerca de 18.843 sem escolarização, o que significa um índice de 24% de homens e 26% de mulheres desprovidos de alfabetização. Embora o MOBRAL tenha diminuído o índice do analfabetismo no município de Patos de Minas, nota-se que foram desenvolvidas ações muito mais de cunho ideológico do que educacional, uma vez que sua proposta era de erradicar a chaga do analfabetismo presente no país, já que era considerada a causa de impedimento para o desenvolvimento, como também era visto como motivo de vergonha nacional diante de agências internacionais, principalmente da UNESCO.

Acredita-se que sua falha se deu na tentativa de alterar as reais condições dos alunos, pois percebeu-se, através da documentação analisada, que não houve mudanças no que tange ao âmbito social, econômico e profissional. Não parece ter havido também aumento nas taxas da força de trabalho, redução no desemprego, ou aumento na renda pessoal, que estejam atribuídos ao programa do MOBREAL.

A questão referente à oferta dos serviços de educação de adultos de qualidade no Brasil é um desafio a ser superado. É preciso considerar também a necessidade de qualificar a demanda por esses serviços, por meio de ações culturais e políticas, voltadas para o amplo reconhecimento do valor da educação de jovens e adultos como estratégias de promoção de equidade educativa e social.

Nesse sentido, as autoridades governamentais precisam assumir o problema do analfabetismo de forma mais efetiva, como também procurar envolver toda a sociedade a engajar-se em iniciativas voltadas à elevação do nível educacional da população. É necessário que a sociedade compreenda que a aprendizagem é essencial à vida do ser humano.

É necessário estabelecer planos mais realistas e eficazes no campo da educação de adultos para elevar os níveis educacionais da população brasileira. Infelizmente, ainda existe um deficit significativa nesse sentido, embora a educação seja um direito de todos. Com base nesse princípio, faz-se necessário avaliar os planos e políticas dessa área, visando aperfeiçoá-los com diretrizes mais coerentes quanto às estratégias e recursos necessários para colocá-las em prática.

Logo, acredita-se que o analfabetismo de jovens e adultos só poderá ser superado se houver escolas de Educação Básica e de qualidade para todos, além de programas voltados para jovens e adultos de longo prazo e processos de mobilidade social, onde permita a vinculação do desenvolvimento educacional com o social.

Portanto, nossa expectativa é que a pesquisa aqui realizada contribua, no sentido de levar autoridades e educadores a refletir acerca da qualidade da educação de jovens e adultos, que é discutida no momento atual, mas que ainda tem muito a ser feito. Logo, espera-se que este trabalho seja uma semente e que possa contribuir para aqueles que vierem adentrar o caminho da educação de jovens e adultos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, José Carlos Souza. **Para uma análise das representações sobre as técnicas de ensino.** In.: VEIGA, Ilma Passos Alencastro (org.). *Técnicas de ensino: Por que não?* Campinas, SP: Papirus, 1991. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).

_____. **Do quadro-negro à lousa virtual: técnica, tecnologia e tecnicismo.** In.: VEIGA, Ilma Passos Alencastro (org.). *Técnicas de ensino: Novos tempos, novas configurações.* Campinas, SP: Papirus, 2006. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).

BARROS, Samuel Rocha. **Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º Grau.** São Paulo: Francisco Alves, 1974.

BEISIEGEL, Celso de Rui. **Estado e Educação Popular (Um Estudo sobre a Educação de Adultos).** São Paulo: Pioneira, 1974, 189p.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é método Paulo Freire.** São Paulo: Brasiliense, 1981, 113p. (Primeiros Passos)

BRITO, Maria Terezinha de. **A escola Normal de Patos de Minas: 1932-1972. Na encruzilhada entre o novo e o velho.** 1999. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Fundamentos da Educação. Centro de Educação em Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, SP. 1999.

CORRÊA, Arlindo Lopes. **Educação de Massa e Ação Comunitária.** Rio de Janeiro: MOBREAL AGGS, 1979, 472p.

CARVALHO, Irene Mello. **O processo Didático.** 3ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 1979.

FÁVERO, Osmar. **Lições da História:** os avanços de sessenta anos e a relação com as políticas de negação de direitos que alimentam as condições do analfabetismo no Brasil. In:

OLIVEIRA, Inês Barbosa; PAIVA, Jane. (Orgs.) **Educação de Jovens e Adultos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2004. 158p.

FONSECA, Geraldo. **Domínios de Pequários e Enxadachins: História de Patos de Minas**. Belo Horizonte: Igrabrás, 1974.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 25 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, 184p.

_____. **Educação como Prática da Liberdade**. 14 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983, 150p.

GERMANO, José Willington. **Estado Militar e Educação no Brasil (1964-1985)**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1994, 297p.

GUARATO, Mônica. **Alfabetização de Adultos: A Experiência do MOBREAL no Município de Uberlândia-MG (1971-1985)**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Uberlândia – Programa de Pós-graduação em Educação. Uberlândia –MG, 2001.

HADDAD, Sergio. **Estado e Educação de Adultos (1964-1985)**. São Paulo: Tese de Doutorado. Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 1991, 360p.

JANNUZZI, Gilberta Martino. **Confronto Pedagógico: Paulo Freire e MOBREAL**. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979, 111 p. (Coleção Educação Universitária).

LOPES, Ana Amélia Borges de Magalhães; GONÇALVES, Irlen Antônio; FARIA FILHO, Luciano Mendes; XAVIER, Maria do Carmo (org.). **História da Educação em Minas Gerais**. Belo Horizonte: FCH/FUMEC, 2002, p.103.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de História Oral**. 3ed. São Paulo: Loyola, 1996, 111p.

MELLO, Antônio de Oliveira. **Patos de minas: Capital do Milho**. Patos de Minas: Editora da Academia Patense de Letras, 1971.

MENDONÇA, Nácia Jaime: **MOBRAL: do discurso a realidade**. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. Rio de Janeiro: v. 1, n. 1, p. 576-592, jul. 1984.

MENDONÇA, Onaide Schwartz; MENDONÇA, Olympio Correa. Alfabetização: método sociolinguístico: consciência social, silábica e alfabética em Paulo Freire. São Paulo: Cortez, 2007.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. Os **Sentidos da Alfabetização: (São Paulo/ 1876-1994)**. São Paulo: UNESP, 2000, 375p.

OLIVEIRA, Inês Barbosa; PAIVA, Jane. (Orgs.) **Educação de Jovens e Adultos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2004. 158p.

OLIVEIRA, João Batista Araujo; OLIVEIRA, Mariza Rocha. **Tecnologia instrucional: um enfoque sistêmico**. São Paulo, Pioneira, 1974.

PAIVA, Vanilda Pereira. **Educação Popular e Educação de Adultos**. 5ªed. São Paulo: Loyola, 1987, p.159-356.

RIBEIRO, Vera Maria Masagão et ali (1992). **Metodologia da Educação: Pesquisa em educação de Jovens e Adultos**. Campinas, São Paulo: Papyrus, 1992, p. 18-39. (CEDI)

_____. **Educação e Jovens e Adultos: ensino fundamental, proposta curricular**. 1º segmento. 3ªed. Brasília: MEC, 1999, 239p.

RIZZO, Gilda Meneses. **Os diversos métodos de ensino da leitura e da escrita: estudo comparativo**. 3ª ed. Rio de Janeiro: América, 1983.

ROMANELLI, Otaiza de Oliveira. **História da Educação no Brasil (1930/1973)**. 26ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

SOARES, Leônicio José Gomes. **Educação de Adultos em Minas Gerais: Continuidades e rupturas**. Tese de Doutorado. Faculdade de Educação da Universidade Federal de São Paulo/SP, 1995.

Legislação, Entrevistas e Outras Fontes

BRASIL. Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização/ Ministério da Educação e Cultura. **Conjunto de Alfabetização: Leitura**. Rio de Janeiro: Primor educacional, 1974.

BRASIL. Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização. SUSUG. **Leitura continuada e as habilidades de leitura**. Rio de Janeiro: MOBRAL, 1976.

BRASIL. Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização. SUSUG. **A palavra geradora e o aprendizado leitura e da escrita**. Rio de Janeiro: MOBRAL, 1976.

BRASIL. Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização/ Ministério da Educação e Cultura. **Objetivos terminais: programa de educação integrada**. Rio de Janeiro: MOBRAL/MEC. DSU, 1978.

BRASIL. **Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 4.024 de 20 de dezembro de 1961.

BRASIL. **Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 5.692/71 de 11 de agosto de 1971.

BRASIL. Constituição (1934). **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro, RJ: Senado, 1934.

BRASIL. Lei nº 5.379 de 15 de dezembro de 1967.

FIBGE. (1970). **Anuários Estatísticos de Minas Gerais**. Rio de Janeiro.

FIBGE. (1980). **Anuários Estatísticos de Minas Gerais**. Rio de Janeiro.

Maria. Entrevista concedida – ex-professora do MOBRAL. Patos de Minas, 11 de junho de 2004.

Antonia. Entrevista concedida – ex-professora do MOBRAL. Patos de Minas, 11 de junho de 2004.

Joana. Entrevista concedida – ex-professora do MOBRAL. Patos de Minas, 15 de junho de 2004.

Luzia. Entrevista concedida – ex-professora do MOBRAL. Patos de Minas, 22 de junho de 2004.

Márcia. Entrevista concedida – ex-professora do MOBRAL. Patos de Minas, 28 de junho de 2004.

Josefa. Entrevista concedida – ex-aluna do MOBRAL. Patos de Minas, 29 de julho de 2004.

José. Entrevista concedida – ex-aluno do MOBRAL. Patos de Minas, 29 de julho de 2004.

Madalena. Entrevista concedida – ex-supervisora de área do MOBRAL. Patos de Minas, 08 de agosto de 2004.

Sebastiana. Entrevista concedida – ex-aluna do MOBRAL. Patos de Minas, 24 de novembro de 2004.

Iracema. Entrevista concedida – ex-aluna do MOBRAL. Patos de Minas, 01 de dezembro de 2004.

Artigos de Jornais

Alfabetização em 32 cidades em 70. **Folha Diocesana**. Patos de Minas, 8 de jan. 1970, nº 537, p. 06.

MOBRAL. **Folha Diocesana**. Patos de Minas, 27 de ago. 1970, nº 570, p. 01.

Monsenhor João Baptista Balke. Representante Diocesano no Encontro do MOBRAL. **Folha Diocesana**. Patos de Minas, 11 de fev. 1971, nº 593, p. 01.

MOBRAL. **Folha Diocesana**. Patos de Minas, 24 de mai. 1971, nº 604, p. 01.

MOBRAL. **Folha Diocesana**. Patos de Minas, 21 de out. 1971, nº 625, p. 02.

Educação. **Folha Diocesana**. Patos de Minas, 20 de jan. 1972, nº 635, p. 01.

O MOBRAL no País e em Patos de Minas. **Folha Diocesana**. Patos de Minas, 10 de fev. 1972, nº 45, p. 05.

Estudantes patense Colaboram com o MOBRAL. **Folha Diocesana**. Patos de Minas, 10 de ago. 1972, nº 662, p. 01.

MOBRAL. **Folha Diocesana**. Patos de Minas, 25 de dez. 1972, nº 88, p. 19.

MOBRAL. **Folha Diocesana**. Patos de Minas, 23 de abr. 1973, nº 104, p. 01.

MOBRAL. Boletim Municipal. **Folha Diocesana**. Patos de Minas, 08 de ago. 1973, nº 9, p. 01

MOBRAL. **Folha Diocesana**. Patos de Minas, 28 de out. 1973, nº 723, p. 01.

Prêmio MOBRAL. **Folha Diocesana**. Patos de Minas, 15 de nov. 1973, nº 725, p. 01.

MOBRAL. **Folha Diocesana**. Patos de Minas, 30 de jan. 1975, nº 786, p. 01.

MOBRAL em Foco. **Folha Diocesana**. Patos de Minas, 06 de fev. 1975, nº 787, p. 01.

MOBRAL & Igreja. **Folha Diocesana**. Patos de Minas, 27 de mar. 1975, nº 795, p. 01.

MOBRAL. **Folha Diocesana**. Patos de Minas, 02 de set. 1976, nº 869, p. 01.

Wulfano Patrício. MOBRAL. **Folha Diocesana**. Patos de Minas, 09 de set. 1976, nº 870, p. 01.

MOBRAL Informa. **Folha Diocesana**. Patos de Minas, 13 de abr. 1978, nº 947, p. 11.

MOBRAL realiza concurso. **Folha Diocesana**. Patos de Minas, 01 de mar. 1980, nº 174, p. 01.

MOBRAL não mais alfabetiza. **Correio De Patos**. Patos de Minas, 12 de abr. 1980, nº 180, p. 06.


MOBRAL: Preparando um amanhã melhor. **Correio De Patos**. Patos de Minas, 04 de out. 1980, nº 204, p. 04.

Um em cada 5 jovens não completou o Ensino Fundamental. **Folha de São Paulo.** São Paulo, 21 de janeiro 2008, p 01.

ANEXOS

Termo de Convênio

4.8 OK



Ministério da Educação e Cultura
Secretaria de Ensino de 1º e 2º Graus
Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização

TERMO DE CONVÊNIO

Convênio que entre si celebram a Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização, doravante denominada Mobral, e o(a) Comissão
Municipal do NOBRAL de Patos de Minas doravante denominada Entidade, na forma abaixo:

Pelo presente instrumento particular, a Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização — Mobral, com sede na Rua da Alfândega, nº 214, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, C.G.C. 34.103.010/0001-74, neste ato representada por seu presidente, Dr. Claudio Augusto Joaquim Moreira, ou seu representante legal, Coordenadora Wilda Caporali Cordeiro

Brasileira casada Pedagoga R: Albita - 194 - Belo Horizonte -
Nacionalidade Estado Civil Profissão Endereço
Minas Gerais 015422226
CPF

e o(a) Comissão Municipal de Patos de Minas
Entidade
com sede na R: General Osório - 203 - Patos de Minas - Minas Gerais
Rua, Cidade, Estado

neste ato representado(a) por seu Presidente Vicente de paulo Amâncio
Cargo/Função Nome
Brasileiro casado Fun. pùb. R: Professora
Nacionalidade Estado Civil Profissão Endereço
Zélia - 29 Patos de Minas - Minas Gerais 013137976-34
CPF

ou por quem de direito mediante delegação de competência, com a intervenção do(a) Prefeitura Municipal
de Patos de Minas

Entidade
com sede na Av: Getúlio Vargas - 230 Patos de Minas - Minas Gerais
Rua, Cidade, Estado

neste ato representado(a) por Prefeito Arlindo Porto Neto
Cargo/Função Nome
Brasileiro casado Empresário
Nacionalidade Estado Civil Profissão
R: Cônego Getúlio - 438 - Patos de Minas - MG 00794236-49
Endereço CPF

ou por quem de direito, mediante delegação de competência, a seguir denominados(as), respectivamente, MOBRAL, ENTIDADE e INTERVENIENTE, ajustam celebrar o presente Convênio, para execução de ações educativas, conforme cláusulas constantes no verso.

Patos de Minas 07 de fevereiro de 1985
Local Dia Mês Ano

Testemunhas:

1. Maria Alves Pedra

2. Vania Maria da Silva

Mobral

Wilda Caporali Cordeiro
Entidade

[Assinatura]
Interveniente

0512

Cláusulas do Convênio

Cláusulas do Convênio

CLÁUSULA PRIMEIRA — DO OBJETO

O presente Convênio tem por objeto a ação conjunta entre o MOBRRAL e a ENTIDADE, no que se refere às ações educativas a serem desenvolvidas/iniciadas neste exercício, conforme especificado na contra-capa deste instrumento e de acordo com o estabelecido no Planejamento Municipal.

§ 1º — A implementação das atividades/ações será formalizada através da Relação de Agentes e Locais — RAL, que será preenchida em 2 (duas) vias pela ENTIDADE, sendo 1 (uma) via encaminhada à Coordenação do MOBRRAL.

§ 2º — Os recursos previstos na contra-capa estão condicionados à implantação/execução das atividades/ações.

CLÁUSULA SEGUNDA — DAS COMPETÊNCIAS DO MOBRRAL

Compete ao MOBRRAL:

- a) acompanhar e fiscalizar o desenvolvimento das ações em todas as suas fases, através da participação efetiva de seus técnicos nas atividades de planejamento, implantação, execução, supervisão e avaliação;
- b) fornecer material adequado à execução das atividades/ações;
- c) organizar e ministrar o treinamento dos elementos envolvidos na execução das atividades/ações, em época previamente fixada, podendo transferir essas atribuições à ENTIDADE;
- d) subsidiar tecnicamente a ENTIDADE durante o desenvolvimento das atividades/ações previstas neste Convênio;
- e) fornecer e repassar na forma estabelecida nos Boletins de Informações de Participação em Projetos — BIPP, os recursos financeiros.

CLÁUSULA TERCEIRA — DAS COMPETÊNCIAS DA ENTIDADE

Compete à ENTIDADE:

- a) observar as diretrizes e normas do MOBRRAL para a execução das atividades/ações previstas;
- b) recrutar os elementos necessários ao desenvolvimento das atividades/ações e selecioná-los dentre aqueles que atenderem aos critérios estabelecidos para o desenvolvimento do trabalho;
- c) participar dos treinamentos realizados pelo MOBRRAL, com vistas a sua permanente atualização e correta aplicação da metodologia dos Programas;
- d) organizar e ministrar treinamento dos elementos envolvidos nas atividades/ações em época previamente fixada, sempre que transferidas essas atribuições pelo MOBRRAL e de acordo com as diretrizes por ele determinadas;
- e) distribuir, controlar e zelar pela conservação do material fornecido pelo MOBRRAL, informando, sempre que solicitado pela Coordenação do MOBRRAL, a quantidade existente, e restituir o saldo que houver ao final do desenvolvimento das atividades/ações;
- f) supervisionar, sistematicamente, as atividades/ações previstas;
- g) gerir os recursos financeiros enviados pelo MOBRRAL através de conta especial;
- g.1.) em se tratando de Comissão Municipal, a conta será movimentada em conjunto pelo Presidente e o responsável pelos assuntos financeiros da mencionada Comissão;
- g.2.) nos demais casos, a ENTIDADE nomeará uma Comissão Especial, composta de, no mínimo, 2 (dois) membros, os quais serão responsáveis pela movimentação da conta especial;
- h) elaborar e remeter ao MOBRRAL, via Coordenação do MOBRRAL, a prestação de contas dos recursos financeiros recebidos na forma estabelecida na Cláusula Sexta;
- i) enviar ao MOBRRAL, via Coordenação do MOBRRAL, os instrumentos específicos de acompanhamento das atividades/ações.

CLÁUSULA QUARTA — DAS COMPETÊNCIAS MÚTUAS

Compete, mutuamente, ao MOBRRAL e à ENTIDADE:

- a) manter intercâmbio de informações referentes ao desenvolvimento das atividades/ações previstas;
- b) sensibilizar e mobilizar a população para a participação ativa nas atividades/ações previstas;
- c) divulgar, enfatizando a ação conjunta, as atividades/ações desenvolvidas e os resultados obtidos.

CLÁUSULA QUINTA — DOS RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos financeiros a que se refere o Parágrafo Segundo, da Cláusula Primeira, serão liberados de acordo com as Normas Operacionais que regem as atividades/ações previstas na contra-capa.

§ 1º — O valor inicial do presente Convênio será expresso pela soma dos valores das atividades/ações previstas na contra-capa.

§ 2º — Qualquer alteração de valores será comunicada através do ofício da Coordenação do MOBRRAL à ENTIDADE, o qual será parte integrante do presente Convênio para todos os efeitos.

§ 3º — O valor final do presente Convênio será o total de parcelas efetivamente repassadas à ENTIDADE.

§ 4º — Os recursos financeiros a que se refere esta Cláusula serão creditados na Agência Bancária em conta especial, indicada na contra-capa do presente Convênio.

CLÁUSULA SEXTA — DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A ENTIDADE prestará contas ao MOBRRAL na forma estabelecida a seguir:

- a) a prestação de contas dos recursos repassados para o pagamento de ajuda aos agentes, será efetuada até 30 (trinta) dias após o término de cada atividade/ação, cadastrada através da RAL. A prestação de contas das Despesas Administrativas repassadas para a execução das atividades/ações, será efetuada juntamente com a prestação de contas de cada atividade/ação desenvolvida, prevista neste Convênio;
- b) nos casos de rescisão do Convênio, a prestação de contas deverá ser apresentada de imediato;
- c) no caso de cancelamento de uma atividade/ação já iniciada e com recursos liberados, a prestação de contas será imediata, com a devolução dos recursos;
- d) ocorrendo saldo financeiro de qualquer atividade/ação, a ENTIDADE o devolverá de imediato ao MOBRRAL, através de cheque comprado, nominal à Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização — MOBRRAL, pagável na praça do Rio de Janeiro;
- e) ocorrendo saldo financeiro relativo à Despesa Administrativa repassada para execução de uma atividade/ação, poderá o saldo demonstrado na prestação de contas permanecer à disposição da ENTIDADE para utilização no desenvolvimento de outra atividade/ação prevista neste Convênio;
- f) ao término da última atividade/ação desenvolvida havendo saldo financeiro relativo à Despesa Administrativa, esse saldo deverá ser devolvido na forma da alínea d, desta cláusula.

CLÁUSULA SÉTIMA — DO PRAZO

O presente Convênio vigorará até o encerramento das atividades previstas na Cláusula Primeira.

§ 1º — Operar-se-á a rescisão do presente instrumento, a qualquer tempo, por denúncia de qualquer dos convênientes ou, ainda, por inadimplência de suas Cláusulas e condições, independentemente da interposição judicial ou extrajudicial.

§ 2º — O encerramento de qualquer atividade/ação prevista na Cláusula Primeira, não implicará a critério do MOBRRAL, na rescisão das demais atividades/ações em execução.

CLÁUSULA OITAVA — DA INTERVENIÊNCIA

O (a) INTERVENIENTE prestará à ENTIDADE todo apoio legal, humano, material e financeiro, no sentido de facilitar o cumprimento, por parte da ENTIDADE, das obrigações previstas neste Convênio.

PARÁGRAFO ÚNICO — O (a) INTERVENIENTE obriga-se a resarcir o MOBRRAL dos prejuízos comprovadamente decorrentes da inadequada aplicação dos recursos materiais e financeiros colocados pelo MOBRRAL à disposição da ENTIDADE, independentemente de ação judicial ou extrajudicial.

CLÁUSULA NONA — DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos que surgirem na execução deste Convênio, serão dirimidos por consenso dos convênientes, através da assinatura de termos aditivos.

CLÁUSULA DÉCIMA — DA DISTRIBUIÇÃO DE VIAS

O presente Convênio será assinado em 4 (quatro) vias assim distribuídas:

- 1ª via — MOBRRAL Central;
- 2ª via — ENTIDADE;
- 3ª via — Coordenação do MOBRRAL;
- 4ª via — INTERVENIENTE.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA — DO FORO

Fica eleito o Foro da Capital do Estado/Território, para dirimir todas as questões resultantes da execução deste Convênio.

ROTEIRO DE ENTREVISTA – PROFESSORES

I – DADOS DA PESQUISA

Título da Pesquisa: Educação de Jovens e Adultos: As Ações do MOBRAL no Município de Patos De Minas/MG (1970-1980).

Instituição: Universidade Federal de Uberlândia

Pesquisadora: Leni Rodrigues Coelho

Orientador: Prof. Dr. José Carlos Souza Araújo.

II – DADOS PESSOAIS DO ENTREVISTADO

Nome:

Local e Data de nascimento:

Endereço:

Documento de Identidade:

Profissão:

III – DADOS DO CONTATO

Indicação do Contato:

Forma do contato:

Local e data do contato:

IV - QUESTÕES

- 01- Na sua concepção, quais eram os principais objetivos do projeto MOBRAL?
- 02- Enquanto professora do MOBRAL, quais as dificuldades enfrentadas em sala de aula?
- 03- Qual era o número de alunos por turma nesse projeto?
- 04- Como foi a receptividade da sociedade no que tange ao projeto MOBRAL?
- 05- Nesse projeto, os alunos saíam realmente alfabetizados?
- 06- Os alunos, ao concluírem o curso davam prosseguimento aos estudos?
- 07- Qual a participação do poder público municipal na implantação desse projeto?
- 08- Qual a sua opinião acerca do material didático – pedagógico do MOBRAL?
- 09- No projeto MOBRAL o professor tinha autonomia didático-pedagógico?

ROTEIRO DE ENTREVISTA – SUPERVISORA DE ÁREA

I – DADOS DA PESQUISA

Título da Pesquisa: Educação de Jovens e Adultos: As Ações do MOBRAL no Município de Patos De Minas/MG (1970-1980).

Instituição: Universidade Federal de Uberlândia

Pesquisadora: Leni Rodrigues Coelho

Orientador: Prof. Dr. José Carlos Souza Araújo.

II – DADOS PESSOAIS DO ENTREVISTADO

Nome:

Local e Data de nascimento:

Endereço:

Documento de Identidade:

Profissão:

III – DADOS DO CONTATO

Indicação do Contato:

Forma do contato:

Local e data do contato:

IV - QUESTÕES

- 01- Como era a organização do MOBRAL em Patos de Minas?
- 02- De que forma você ingressou no programa?
- 03- Quais eram suas atribuições administrativas e pedagógicas?
- 04- Quais as dificuldades encontradas no relacionamento com professores e alunos?
- 05- Qual a avaliação que você faz do material didático-pedagógico do MOBRAL?
- 06- Qual era a postura dos políticos em relação aos alunos alfabetizados?
- 07- Como era o relacionamento entre professores e alunos?
- 08- Quais eram as principais queixas dos alunos?
- 09- A direção do MOBRAL dava autonomia didático-pedagógica aos professores?
- 10- O MOBRAL recebeu apoio do poder público municipal para sua efetivação?

ROTEIRO DE ENTREVISTA – ALUNOS

I – DADOS DA PESQUISA

Título da Pesquisa: Educação de Jovens e Adultos: As Ações do MOBRAL no Município de Patos De Minas/MG (1970-1980).

Instituição: Universidade Federal de Uberlândia

Pesquisadora: Leni Rodrigues Coelho

Orientador: Prof. Dr. José Carlos Souza Araújo.

II – DADOS PESSOAIS DO ENTREVISTADO

Nome:

Local e Data de nascimento:

Endereço:

Documento de Identidade:

Profissão:

III – DADOS DO CONTATO

Indicação do Contato:

Forma do contato:

Local e data do contato:

IV – QUESTÕES

- 01- O que motivou seu ingresso ao MOBRAL?
- 02- Quais as dificuldades encontradas no processo de ensino?
- 03- Como era a postura dos professores em sala de aula?
- 04- Como era a relação professor/ aluno?
- 05- Sua situação social e econômica foi alterada ao ingressar no MOBRAL?
- 06- Ao ingressar no MOBRAL você pode participar das eleições?
- 07- Algum colega de turma abandonou o curso antes de concluí-lo?
- 08- Ao terminar o curso você prosseguiu seus estudos?
- 09- Você teve apoio de empresas ou do poder público municipal em seus estudos?
- 10- Você fazia as tarefas passadas pelo professor?